

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**TEREZA DE FATIMA DOS SANTOS RODRIGUES LEMOS**

PROUNI: Possibilidades e limites de uma política pública de inclusão social

SÃO PAULO

2019

Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos

PROUNI: Possibilidades e limites de uma política pública de inclusão social

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster em Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup> Ana Luíza Matos de Oliveira

SÃO PAULO

2019

## Ficha Catalográfica

LEMOS, Tereza de Fatima dos Santos Rodrigues

Prouni: Possibilidades e Limites de uma política pública de Inclusão Social / Tereza de Fatima dos Santos Rodrigues Lemos. São Paulo: FLACSO/FPA, 2019.

Quantidade de folhas f.:161

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2019.

Orientadora: Professora Dr<sup>a</sup> Ana Luíza Matos de Oliveira

Tereza de Fátima dos Santos Rodrigues Lemos

PROUNI: Possibilidades e limites de uma  
política pública de inclusão social

Dissertação apresentada ao Curso de  
Maestría Estado, Gobierno y Políticas  
Públicas, Faculdade Latino Americana de  
Ciências Sociais, Fundação Perseu  
Abramo, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de  
Magíster em Estado, Gobierno y Políticas  
Públicas.

Aprovada em 16 de dezembro de 2019.

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Ana Luíza Matos de Oliveira  
FLACSO Brasil/FPA

---

Professora Dr<sup>a</sup>. Ednalva Felix das Neves  
Universidade Federal de Santa Maria

---

Professor Dr<sup>o</sup>. Euzébio Jorge Silveira de Sousa  
Strong Esags FGV / FESPSP

*Aos meus pais.*

*Mãe, fonte de vida e inspiração. Mulher de muita garra e determinação.*

*Exemplo de mãe e mulher.*

*Pai, um homem à frente de seu tempo, lutou bravamente contra a cultura que menina da roça não precisa estudar. A escola era distante, pai, mas, você enfrentou comigo o frio, a distância, as estradas difíceis, as dificuldades financeiras e todas as adversidades impostas pela sociedade. Você nunca mediu esforços para que eu pudesse estudar. Se, hoje sou mestre, pai, devo a você.*

*(In memoriam)*

## AGRADECIMENTOS

Ao José, meu companheiro de sonhos, de vida e de luta, pelo carinho e compreensão, em mais essa etapa do caminho, que juntos percorremos.

Aos meus filhos, filha e nora. Miguelângelo, Pitágoras, Letícia e Danielle, pelo carinho, apoio e pela compreensão.

Ao Wilson Ramos Filho, o “Xixo”, pelo apoio incondicional.

Ao Reitor da instituição de ensino superior onde foi realizado o *survey*, por abrir as portas da instituição e permitir que a entrevista com os estudantes fosse realizada.

À Coordenadora Pedagógica da instituição de ensino superior onde foi realizado o *survey*, pelo carinho com que me acolheu, pela atenção e disposição dedicada durante a realização da pesquisa.

À Pró-Reitora Acadêmica da instituição de ensino superior onde foi realizado o *survey*, pela acolhida e pela dedicação de tempo e atenção durante a realização a entrevista.

Aos estudantes da instituição de ensino superior onde foi realizado o *survey*, que se disponibilizaram a participar da entrevista.

À FPA/Flacso pela parceria que resultou na possibilidade da realização do curso de mestrado em “Estado, Governo e Políticas Públicas”.

À equipe de professores e funcionários da FPA/Flacso, pelo trabalho, dedicação e compromisso com a formação intelectual e política dos alunos. A todos gratidão, pelo carinho.

Aos colegas das turmas cinco e seis pela amizade, companheirismo e pelo carinho com que fui acolhida nas duas turmas.

Ao Miguelângelo Lemos e ao Carlos Barbosa, pela revisão do texto.

Ao Pitágoras Lemos, Letícia Lemos e Bruno Miranda Dalchau, por todas vezes que me socorreram, na minha inabilidade com a tecnologia digital.

Ao Antônio Frutuoso, pelo apoio incondicional e pela revisão final do texto.

E, finalmente, à minha querida orientadora, professora Dr<sup>a</sup> Ana Luíza Matos de Oliveira, pela atenção, orientação, compreensão, dedicação e incentivo.

*Não basta conhecer e interpretar o mundo, é preciso transformá-lo.*

*Karl Marx.*

## RESUMO

Este estudo analisa as possibilidades e os limites do Prouni enquanto uma política pública de inclusão social pelo viés da educação. A partir dos pressupostos teóricos de Gramsci e Mészáros sobre o papel da educação na sociedade e as relações com o modo de produção, a dissertação busca compreender qual é o papel que a educação, ofertada através do Prouni, cumpre na sociedade atual. Objetiva-se compreender se a educação tem possibilitado aos estudantes, beneficiários, filhos da classe trabalhadora, que concluem um curso superior, a ter consciência de classe. Também, se pretende, à luz da teoria de Lênin e Gramsci sobre o papel do Estado na organização da sociedade, saber como os estudantes contemplados com o Programa compreendem o papel do Estado na sociedade atual.

Palavras – Chaves: Prouni. Política Pública. Inclusão Social. Capital. Consciência de Classe.

## **ABSTRACT**

The aim of this study is to analyze the possibilities and limits of Prouni as a public policy of social inclusion by the bias of education. And, based on the theoretical assumptions of Gramsci and Mészáros about the role of education in society and relations with the mode of production, the dissertation seeks to understand what role education, offered through Prouni, fulfills in current society. The objective is to understand whether education has made it possible for students, beneficiaries, working class children, who complete a higher education, to be class-conscious. Also, if it is intended, in the light of Lenin and Gramsci's theory about the role of the State in the organization of society, to know how students contemplated with the Program understand the role of the State in today's society.

Key Words: Prouni. Public Policy. Social Inclusion. Capital. Class Consciousness.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Crescimento do número de instituições 1997-2003 .....	37
GRÁFICO 2 - Número de matrículas no ensino superior, por ano, de 1997 a 2003.....	38
GRÁFICO 3 - Linha do tempo da criação das universidades federais.....	41
GRÁFICO 4 - Evolução no número de bolsas Capes de 2003 -2012.....	42
GRÁFICO 5 - Bolsas do Reuni assistência ao ensino 2008-2012.....	43
GRÁFICO 6 - Número de matrículas em cursos de graduação por categoria administrativa – 1980-2017.....	45
GRÁFICO 7 - Comparativo do número de instituições de ensino superior, no Brasil, nos anos 2003 – 2007.....	49
GRÁFICO 8 - Comparativo do número de instituições de ensino superior, no Brasil, por categoria administrativa da IES, anos 2003-2017.....	51
GRÁFICO 9 - Comparativo do número de estudantes que ingressaram no ensino Superior, no Brasil, anos 2003-2017.....	52
GRÁFICO 10 - Comparativo do número de ingressos por categoria administrativa da IES, 2003-2017.....	53
GRÁFICO 11 - Comparativo do número de estudantes que concluíram o ensino o ensino superior no Brasil, anos 2003-2017.....	55
GRÁFICO 12 - Comparativo do número de estudantes que ingressaram no ensino superior no Brasil, por categoria administrativa da IES, anos 2003- 2017.....	56
GRÁFICO 13 - Número de IES no Paraná- 2017.....	68
GRÁFICO 14 - Número de estudantes que ingressaram no ensino superior, no Estado do Paraná, ano 2017.....	69
GRÁFICO 15-Número de estudantes que ingressaram no ensino superior no Paraná, por categoria administrativa da IES, ano 2017.....	70
GRÁFICO 16 - Número de estudantes que concluíram o ensino superior no Estado do Paraná no ano 2017.....	71
GRÁFICO 17 - Número de estudantes que concluíram o ensino superior no Paraná, por categoria administrativa da IES.....	72

GRÁFICO 18 - Comparativo entre o número de instituições de ensino superior no Estado do Paraná, anos 2003-2017.....	74
GRÁFICO 19 - Comparativo de número de IES no Paraná, por categoria administrativa 2003-2017.....	75
GRÁFICO 20 - Comparativo entre o número de estudantes que ingressaram no ensino superior no Estado do Paraná, anos 2003-2017.....	77
GRÁFICO 21 - Comparativo entre o número de estudantes que ingressaram no ensino superior, no Estado do Paraná, por categoria administrativa da IES, anos 2003-2017.....	78
GRÁFICO 22 – Comparativo entre número de estudantes que concluíram o curso superior, no Estado do Paraná, anos 2003-2017.....	79
GRÁFICO 23 – Comparativo entre o número de estudantes que concluíram o ensino superior, no Paraná, por categoria administrativa da IES, 2003-2007.....	80

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Número e percentual de instituições por categoria administrativa.....	36
TABELA 2- Evolução do número de instituições por categoria.....	37
TABELA 3- Número de bolsas de estudo do Prouni ofertadas em 2017.....	54
TABELA 4 -IDH dos municípios da região centro-sul do Paraná.....	64
TABELA 5- Dados do IBGE-2016 sobre os municípios da região centro-sul do Estado do Paraná.....	65
TABELA 6- Motivos semelhantes que levaram os estudantes a escolher o curso superior.....	89
TABELA 7- Número e percentual de estudantes contemplados com a bolsa integral e parcial do Prouni, que participaram do <i>survey</i> .....	91
TABELA 8- Dados do <i>survey</i> sobre a avaliação do prouni referente à possibilidade de o estudante cursar um curso superior.....	92
TABELA 9-Dados sobre a avaliação do Prouni, enquanto política pública questão 7.....	97
TABELA 10-Dados sobre a avaliação do Prouni com relação ao quesito de ingresso no curso superior, questão 8.1.....	102
TABELA 11-.Dados sobre a avaliação do Prouni com relação ao quesito de ingresso no curso superior, questão 8.2.....	105
TABELA 12- Dados sobre a avaliação do prouni referente ao quesito qualidade do curso superior ofertado pela instituição conveniada, questão 8.3.....	110
TABELA 13- Dados sobre sugestões de mudanças no prouni, questão 10.....	113
TABELA 14- Dados sobre a avaliação dos estudantes quanto ao aspecto de classe trabalhadora, questão 3.....	117
TABELA 15 - Dados sobre a avaliação dos estudantes referentes a relação de classes sociais e modo de produção, questão 4.....	125

TABELA 16 - Dados sobre a avaliação dos estudantes referente ao reconhecimento do papel do Estado, questão 6.....126

TABELA 17- Dados sobre a avaliação dos estudantes referentes ao cenário brasileiro, questão 9.....128

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Dados do IBGE sobre o Estado do Paraná.....	62
QUADRO 2- Argumentos dos estudantes que responderam sim à questão 5.2, sobre avaliação do Prouni, com relação às necessidades dos estudantes...	92
QUADRO 3- Argumentos dos estudantes que responderam não à questão 5.2 do questionário.....	96
QUADRO 4 – Argumentos dos estudantes que não responderam nem sim nem não à questão 5.2 do questionário.....	96
QUADRO 5 - Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar a avaliação sobre o Prouni, questão 7 do <i>survey</i> . Respostas dos que afirmaram que o Prouni é excelente.....	98
QUADRO 6 - Argumentos utilizados pelos estudantes que participaram do <i>survey</i> e responderam que o Prouni é uma política pública muito boa, questão 7 do questionário do <i>survey</i> .....	100
QUADRO 7 - Justificativas utilizadas pelos estudantes que responderam que o Prouni é uma política pública boa, questão 7 do questionário.....	101
QUADRO 8- Justificativas utilizadas pelos estudantes que responderam sim à questão 8.1 do questionário, sobre o quesito ingresso.....	102
QUADRO 9 – Justificativas utilizadas pelos estudantes que responderam não à questão 8.1.....	105
QUADRO 10 - Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar a satisfação com o Prouni referente ao quesito permanência no curso superior.....	106
QUADRO 11 - Argumentos utilizados pelos estudantes que responderam que o Prouni não corresponde às suas expectativas com relação ao quesito permanência no curso superior.....	109
QUADRO 12- Argumento utilizado pelo estudante que respondeu que o Prouni correspondeu mais ou menos para a permanência no curso superior.....	109
QUADRO 13- Justificativas dadas pelos estudantes, no <i>survey</i> , referente à avaliação do quesito qualidade do curso superior, ofertado pela instituição de ensino superior conveniada com o Prouni. Justificativas dos estudantes que responderam sim à questão 8.3.....	111

QUADRO 14- Justificativa dada, na resposta da questão 8.3, sobre qualidade do curso superior ofertado pela instituição conveniada com o Prouni, onde foi realizado o <i>survey</i> . Justificativa de quem respondeu que o Prouni não atende às expectativas.....	112
QUADRO 15- Sugestões de mudanças, no Prouni, apresentadas pelos estudantes que participaram do <i>survey</i> .....	114
QUADRO 16 - Justificativas dadas na resposta da questão 10, pelos estudantes que entendem que é preciso ter mais vagas pelo Prouni.....	115
QUADRO 17 - Justificativa dos estudantes que responderam que pertencem à classe trabalhadora.....	118
QUADRO 18- Argumentos utilizados pelos estudantes que responderam, na questão 3 que não pertencem à classe trabalhadora.....	120
QUADRO 19- Respostas dadas pelos estudantes à questão 4 sobre relações de classes sociais e modo de produção.....	122
QUADRO 20 - Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar as respostas dadas à questão 6, sobre o reconhecimento do papel do estado na oferta de políticas públicas.....	127
QUADRO 21- Argumentos utilizados pelos estudantes, no <i>survey</i> , para justificar por que o cenário brasileiro está ruim, questão 9. ....	129
QUADRO 22- Argumentos utilizados pelos estudantes, no <i>survey</i> , para justificar por que o cenário brasileiro está bom, questão 9.....	131
QUADRO 23- Argumentos utilizados pelos estudantes que afirmam que o cenário brasileiro está bom, que se referem ao Prouni, questão 9.....	133
QUADRO 24- Argumentos utilizados pelos estudantes que avaliam que o cenário brasileiro está bom porque vai iniciar um novo período pós-eleição de 2018, questão 9.....	133
QUADRO 25- Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar que o cenário brasileiro está bom, mas numa decrescente, questão 9.....	134
QUADRO 26 - Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar que o cenário brasileiro está bom por razões diversas, questão 9.....	13
QUADRO 27 - Argumentos utilizados pelos estudantes que responderam que o cenário brasileiro está muito bom, questão 9 do <i>survey</i> .....	135
QUADRO 28 - Justificativa utilizada pelo estudante que respondeu que o cenário brasileiro está excelente, questão 9, do <i>survey</i> .....	136

QUADRO 29 - Argumento utilizado pelo estudante que não indicou nenhuma alternativa na questão 9, na parte objetiva. Porém, respondeu na parte descritiva.....	136
---	-----

## LISTA DE SIGLAS

- a.C - Antes de Cristo
- CF/88 - Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
- Enem - Exame Nacional do Ensino Médio.
- FHC - Fernando Henrique Cardoso
- Fies - Financiamento Estudantil.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.
- IES - Instituição de Ensino Superior.
- Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- MEC - Ministério da Educação e Cultura.
- MP - Medida Provisória.
- PT - Partido dos Trabalhadores.
- Prouni - Programa Universidade Para Todos.
- TCC - Trabalho de Conclusão de Curso.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>CAPÍTULO 1 - PAPEL DA EDUCAÇÃO E DO ESTADO – GRAMSCI, MÉSZÁROS E LÊNIN</b> .....	19
1.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	19
1.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO.....	23
1.3 O PAPEL DO ESTADO .....	28
1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 1 .....	31
<b>CAPÍTULO 2 – ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO, EXPANSÃO E ACESSO</b> .....	33
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO .....	33
2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: GOVERNO LULA E DILMA.....	39
2.3 PROUNI .....	45
2.4 - COMPARATIVO DE DADOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL 2003- 2017 .....	48
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 2.....	59
<b>CAPÍTULO 3 – PARANÁ: CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL E ENSINO SUPERIOR</b> .....	62
3.1 ESTADO DO PARANÁ- CONTEXTUALIZAÇÃO .....	62
3.2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ .....	64
3.3 NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E VAGAS NO PARANÁ .....	68
3.4 COMPARATIVO DE DADOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARANÁ ENTRE O ANO DE 2003 E O ANO DE 2017 .....	73
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 3.....	83
<b>CAPÍTULO 4- ESTUDO DE CAMPO</b> .....	86
4.1 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CAMPO .....	86
4.2 SURVEY- ANÁLISE .....	88
4.2.1 GRUPO 1: ANÁLISE DAS QUESTÕES RELATIVAS AO PROUNI .....	89
4.2.2 - GRUPO 2: PERGUNTAS GERAIS .....	117
4.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 4.....	137
<b>5. CONCLUSÃO</b> .....	147
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	154
<b>ANEXO I</b> .....	158

## INTRODUÇÃO

O Prouni, Programa Universidade Para Todos, é uma política pública de inclusão social que foi criada em 2004, através da Medida Provisória nº 213/2004, que foi transformada na de nº 11.096/2005, no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Pretende-se com esta dissertação apresentar o resultado de uma pesquisa que tem por objetivo analisar as possibilidades e os limites do Prouni, enquanto uma política pública de inclusão social pelo viés da educação. O estudo procura analisar o Programa a partir de dois aspectos diferentes. Um que parte de circunstâncias mais concretas, com a pretensão de analisar qual é o olhar que o estudante beneficiário do Programa tem sobre ele, com relação aos aspectos de ingresso permanência e qualidade do curso ofertado pela Instituição conveniada com o Programa. O outro procura avaliar aspectos mais abstratos do Programa, com a pretensão de avaliar se a educação ofertada através do Prouni possibilita aos estudantes beneficiários do programa, filhos da classe trabalhadora, formação política que os leve a ter consciência de classe ao concluir o curso superior; se os leva a compreender a estrutura da sociedade organizada a partir do modo de produção capitalista; se identificam as relações de classe dentro desse sistema capitalista; e se se identificam em alguma classe social.

Para atingir os objetivos, um survey foi organizado e aplicado para os estudantes contemplados com o Programa, que em 2018 estavam cursando o último ano da graduação em uma instituição de ensino superior, localizada na Região Centro-Sul do Paraná. Participaram da entrevista estudantes de dez cursos diferentes da instituição: medicina veterinária, administração de empresa, arquitetura, agronomia, enfermagem, biomedicina, psicologia, direito, engenharia de produção e nutrição. O critério para participação era ser bolsista Prouni, estar cursando o último ano da graduação e se voluntariar. No total, 59 estudantes participaram da pesquisa.

O estudo foi realizado a partir dos pressupostos teóricos de Gramsci e Mézáros sobre o papel da educação; de Lênin, Engels e Gramsci sobre o papel do Estado e da leitura e da análise do Projeto de Lei (PL) n. 3.582/2004 (BRASIL,

2004a), da Medida Provisória (MP) n. 213/2004 (BRASIL, 2004b) e da Lei Ordinária Federal (LOF) n. 11.096/2005 (BRASIL, 2005a) e de dados estatísticos do Censo da Educação Superior do Inep referentes ao período estudado.

A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa e quantitativa. O survey era composto de perguntas abertas e fechadas. Das perguntas abertas coletou-se as informações que foram transcritas em quadros e tabelas desta dissertação e analisadas. Da parte fechada das questões tabulou-se os dados.

A realização do estudo aqui apresentado partiu da hipótese de que com a oferta do Prouni aumentou-se o número de estudantes da classe trabalhadora na formação superior no Brasil, porém a educação ofertada não proporcionou aos beneficiários do Programa a tomada de consciência de classe, eles não identificam o papel do Estado brasileiro na oferta do programa de inclusão social que possibilitou o acesso ao curso superior, além de atribuírem a oportunidade que tiveram de fazer uma graduação à meritocracia.

Além desta introdução o texto é composto por quatro capítulos. No primeiro capítulo apresentamos os pressupostos teóricos sobre o papel da educação em Gramsci e Mészáros e sobre papel do Estado segundo Lênin e Gramsci. Apresentamos também as categorias de análise que serão consideradas no desenrolar do texto. Sobre as categorias de análise falaremos de modo de produção, classe social, luta de classe, consciência de classe e política pública.

No segundo capítulo o leitor encontrará um breve histórico sobre o ensino superior no Brasil com ênfase no contexto histórico, expansão e acesso. Como nosso objeto de estudo é o Prouni e como o Prouni foi uma política pública implementada pelo governo Lula e potencializada no governo Dilma, fizemos um recorte especial sobre o ensino superior no Brasil durante os governos Lula e Dilma. E, buscando apresentar um estudo mais detalhado sobre o ensino superior no Brasil, no período estudado, apresentamos, neste capítulo, um comparativo dos dados do Censo da Educação Superior no Brasil, entre os anos de 2003 e 2017.

A escolha desse período para ser objeto de estudo se deu pelo fato que 2003 foi o ano em que se iniciou, no Brasil, um ciclo de governo democrático e

popular. E, porque nosso objeto de estudo é o Prouni, no Censo da Educação Superior de 2003 não constava ainda o Prouni, o que torna esse dado interessante para o comparativo. Na outra ponta, o Censo da Educação Superior de 2017 é o Censo que fecha o ciclo dos governos democráticos e populares no país. Sendo assim, o comparativo parte do último Censo da Educação Superior antes do governo Lula e encerra com os dados do último Censo da Educação Superior, sob a vigência do governo Dilma. Ambos os governos considerados são aqui considerados como do campo democrático e popular, apesar de todas as contradições de ambas apresentadas no texto, como o leitor poderá constatar.

Já no terceiro capítulo, apresentamos alguns dados sobre o estado do Paraná, bem como uma caracterização da Região Centro-Sul do Estado, onde está situada a instituição de ensino superior em que foi realizado o survey. E, na sequência, um estudo sobre os dados do Censo da Educação Superior, referentes ao Estado do Paraná, do ano de 2017, em que é analisado o número de instituições, número de ingressos e concluintes. A exemplo do que foi apresentado no capítulo anterior, este traz também um comparativo dos dados do Censo da Educação Superior entre os anos de 2003 e 2017, referentes ao Estado do Paraná.

No quarto apresentamos a análise do survey que foi aplicado para os estudantes beneficiários do Prouni que em 2018 cursaram o último período da graduação em uma instituição de ensino superior privada, localizada na Região Centro-Sul do Estado do Paraná. Para a análise, as questões do survey são apresentadas em dois grupos. No primeiro grupo são analisadas as questões referentes ao Prouni, cujos objetivos principais com essas questões são perceber qual olhar os estudantes beneficiários do Programa têm sobre ele nos aspectos de oferta, ingresso, permanência e qualidade do curso. Também, encontrar nas respostas dos estudantes, elementos para a análise dentro do contexto geral da pesquisa. No segundo grupo de análise estão as perguntas de aspectos gerais. Os objetivos com esse segundo grupo de questões são de perceber a compreensão dos estudantes sobre as categorias classe social, luta de classe, consciência de classe e sobre o papel do Estado na organização da sociedade. Bem como, buscar saber o que os estudantes sabem sobre a organização da

sociedade brasileira e se a educação oferecida através do Prouni tem contribuído para que os filhos da classe trabalhadora tenham consciência de classe.

O que motivou a realização da presente pesquisa, no âmbito do curso de mestrado na FPA/Flacso, é consequência de uma das inquietações que persegue a pesquisadora há tempo, e que se deu a partir da observação da expansão do acesso ao ensino superior desencadeada, principalmente, durante o governo Lula, que teve sequência no governo Dilma, período em que se constata o crescimento elevado no número de instituições de ensino superior público e privado, o que aumentou, conseqüentemente, o número de pessoas com ensino superior no Brasil. No entanto, observa-se que aparentemente não se elevou o nível de politização da sociedade, ou pelo menos no que diz respeito á tomada de consciência de classe; ao contrário, a sociedade passa por um momento de aparente despolitização generalizada. Inclusive uma despolitização sobre as medidas tomadas pelo governo, como políticas públicas de inclusão social. Mesmo a parcela da sociedade que foi contemplada com as políticas públicas de inclusão social parece ter se voltado contra o governo que as instituiu.

## **CAPÍTULO 1 - PAPEL DA EDUCAÇÃO E DO ESTADO – GRAMSCI, MÉSZÁROS E LÊNIN**

### **1.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE**

Antes, porém, de falar do papel da educação em Gramsci e Mészáros e, do papel do Estado em Lênin e Gramsci, é preciso fazer algumas considerações sobre as categorias de análise desses teóricos a partir das quais se deu a realização da pesquisa aqui apresentada. São elas: modo de produção, classe social, luta de classe e consciência de classe e hegemonia. Também apresentaremos a categoria política pública.

Na análise que se apresenta nesse texto sobre o Prouni parte-se da constatação que a sociedade brasileira é estruturada a partir da lógica do modo de produção capitalista. O modo de produção capitalista consiste em um sistema econômico e uma ideologia que tem como base a propriedade privada dos meios de produção, cujas operações têm fins lucrativos.

Para o marxismo, segundo Poulantzas (1975), o econômico, o político e o ideológico assumem um papel determinante no modo de organização social. Essas superestruturas fazem com que as sociedades organizadas a partir da lógica do capital sejam formadas por classes sociais. Essas classes sociais são definidas nas práticas sociais, de acordo com o lugar que os indivíduos ocupam no conjunto da divisão social do trabalho. Portanto, no marxismo as classes sociais significam ao mesmo tempo movimento, contradições e luta de classes (POULANTZAS, 1975).

Uma das definições mais articuladas sobre o conceito de classes sociais na literatura marxista foi formulado por Lênin

As classes são grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, por sua relação com os meios de produção (na maioria dos casos, fixada e formulada em leis), por seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pela magnitude da parte da riqueza social de que dispõem e pelo modo de obtê-la. As classes são grupos

de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro em virtude dos lugares diferentes que ocupam num sistema de economia social determinado. (Lênin, Apud PEREIRA, 2012, p.12).

As classes sociais são constituídas a partir das relações sociais estabelecidas no seio da sociedade de acordo com os diferentes papéis que os grupos sociais exercem no processo de produção da riqueza. Logo, fazem parte de uma mesma classe social as pessoas que têm status sociais similares em relação aos aspectos econômicos, políticos, culturais e ideológicos. Márcio Pochmann (2013) afirma que as classes sociais são processos vivos e em movimentos conflituosos, resultado do conjunto das estruturas econômicas, políticas, culturais e ideológicas da sociedade. Sobre classes sociais, Pochmann cita que atualmente alguns autores questionam o uso das clássicas classes sociais definidas por Marx em burguesia e proletária.

Pela sociedade dos serviços generalizados, nas economias capitalistas avançadas, a transição do padrão de mobilidade social ocorre seguida de importantes debates a questionar a utilização recorrente das clássicas categorias de classe social, conformadas anteriormente para a dinâmica própria do capitalismo industrial. Sociedade individualizada, sociedade líquida, classes de serviço, multidões, classes globais, entre outros termos têm sido referências em profusão, nos estudos sobre as transformações recentes nas estruturas sociais, no centro do capitalismo mundial (POCHMANN, 2013, p.190).

De acordo com Pochmann (2013), no capitalismo da livre concorrência surgiu a classe média, que seria a expressão da própria burguesia representada por industriais e comerciantes capitalistas emergentes e, também, surgiu uma visão de classe média associada ao desenvolvimento de alguns serviços urbanos, serviços esses, auto gerenciados. Porém, ainda segundo Pochmann (2013), para Marx não existe a possibilidade de uma classe intermediária entre as classes estruturantes do capitalismo. Haveria somente a classe burguesa e a proletária. Se houvesse alguma outra classe ela seria por um período de transição pois, o processo de acumulação do capital levaria a proletarização do trabalho. Sobre a tendência que alguns autores da atualidade têm de tentar criar outras classes sociais para além das estruturantes do capitalismo, conforme Marx, Tineu (2017), afirma que isso é a negação do marxismo.

Sobre lutas de classes, Marx e Engels afirmam que:

A história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação (*Umgestaltung*) revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta (Marx e Engels, 1990, p. 66 Apud PEREIRA e CHAVES, 2016).

A luta de classes, conforme afirma Poulantzas (1975) acontece na prática. As classes sociais não existem a priori, elas se constituem por pessoas com comportamentos sociais similares diante de necessidade comuns.

As classes sociais significam para o marxismo, em um mesmo movimento, contradições e luta de classes: as classes sociais não existem a priori, como tais, para entrar em seguida em luta de classe, o que deixa supor que existiriam sem luta das classes. As classes sociais abrangem as práticas de classe, isto é, a luta das classes, e só podem ser colocadas em sua oposição (POULANTZAS, 2017, p. 14).

Quando as pessoas ou o grupo social tomam consciência do lugar que ocupam na divisão social do trabalho e se unem em torno dos mesmos objetivos, tem então, a consciência de classe. No marxismo, a consciência de classe é o que permite a passagem da classe “em si”, ou seja, um agrupamento com interesses e objetivos comuns, à classe “para si”, que é um grupo que busca se organizar ou através de conflito ou por luta política para atingir objetivos definidos e declarados (TINEU, 2017).

Para reforçar o que é a categoria consciência de classe no contexto do marxismo apresenta-se a seguir a contribuição de Lukács. Ele descreve a consciência de classe

(...)como sendo uma reação adequadamente racional que deve ser transferida a uma determinada situação típica no processo de produção. A consciência de classe é uma totalidade não é, portanto, nem a soma nem a média do que os indivíduos que formam a classe pensam ou sentem (Lukács, 1997, p.18-21 apud TINEU, 2017).

As políticas públicas são mais uma categoria que precisa ser conceituada. Elas são próprias do modelo capitalista em resposta as demandas sociais. De

certa maneira nascem com a instauração do Estado de Bem-Estar Social pós-segunda guerra mundial. Trata-se de uma concessão do Estado burguês para avançar com seu projeto hegemônico sobre a classe trabalhadora. Numa acepção gramsciana, constroem-se consensos sociais que permitem que o capital avance controlando as erupções populares (Gramsci, apud GURGEL e RIBEIRO, 2011)

No âmbito do próprio capital, a emergência de políticas públicas também é resultado da luta de classes. A classe trabalhadora encontra nelas um respiro de possibilidade de equalização social. É, portanto, em parte, concessão do Estado e, em parte, luta dos trabalhadores que fazem avançar pautas de seu interesse no interior da sociedade de classe, até porque o Estado não é um ente monolítico, mas “condensação material de uma relação contraditória”, inclusive contraditória em relação as frações da mesma classe (Poulantzas, apud GURGEL e RIBEIRO, 2011). Isso permite a disputa e o avanço das políticas públicas.

Na tentativa de lidar com esse complexo universo de políticas públicas e na busca de interpretar os dados para análise foram criadas várias tipologias. Uma das mais relevantes tipologias foram criadas por Theodore Lowi (1964,1972). Ele classificou-as em quatro tipos. São eles: Política Pública Regulatória, Política Pública Distributiva, Política Pública Redistributiva e Políticas Públicas Constitutivas ou Estruturadas (Lowi apud RUA e ROMANINI, 2013)

Usando esta tipologia, o Prouni é uma política pública que pode ser classificada como Política Pública Redistributiva, pois consiste, de acordo com a classificação de Lowi (1964,1972), em um jogo de soma zero, na medida em que os benefícios para uma categoria, a população de baixa renda, resulta em custo para outras categorias, no caso, os donos das instituições privadas de ensino superior. Essas, por vez, ficam isentas de alguns impostos e tributos. Este tipo de política pública expõe de maneira clara as posições antagônicas presentes na sociedade (AGUM, RISCADO e MENEZES, 2015).

Outro conceito que precisa ser considerado neste texto é o conceito de hegemonia. Para Gramsci conforme afirma Marilena Chauí, hegemonia é o exercício do poder por um conjunto de indivíduos sobre os outros. É a maneira como o poder é exercido não através do conjunto de instituições políticas, mas,

através da cultura. Por isso, ela é resultado de um longo processo histórico no campo de poder através da cultura. Gramsci não se referia a hegemonia da classe trabalhadora ele sempre se referiu a contra hegemonia, ou seja, superar a cultura de dominação de uma classe sobre outra e criar uma nova cultura (CHAUÍ, 2014).

## 1.2 O PAPEL DA EDUCAÇÃO

Apesar de não ser possível saber ao certo quando se deu o início da educação no mundo, Manacorda (1996) afirma que é do Egito que chegaram até nós os testemunhos mais antigos e mais ricos sobre a educação e sobre todo o processo civilizatório. Segundo ele, no início do primeiro milênio a.C., o príncipe de Biblos, na Filícia, declarava ao egípcio Venamum que (MANACORDA, 1996, p. 9):

Amon fundou todos os países, fundou-os depois de ter criado primeiramente o Egito. A Arte veio de lá, de onde tu vens, até aqui onde eu estou, e a educação veio de lá até aqui onde estou (MANACORDA, 1996, p.9).

O papel da educação de modo geral, da educação escolar em seus diversos níveis, inclusive da educação superior, é um tema que perpassa por toda a história da humanidade.

Independentemente do modo de organização social de uma sociedade o debate sobre o papel da educação está sempre presente. Isso porque a educação exerce um papel fundamental para compreender o passado, o presente e o futuro da humanidade e de todas as relações inerentes à vida. Educar é possibilitar aos sujeitos a apropriação de um modo civilizatório que pode ser numa perspectiva liberal e unilateral ou emancipatória e onilateral. Por isso, também, ela é um instrumento de disputa na luta de classe.

Gramsci afirma que o homem é resultado de sua formação histórica, para ele o homem não é fruto da natureza simplesmente (Gramsci Apud MANACORDA, 2013). Com essa expressão ele não está assumindo a postura do culturalismo, ao contrário, se contrapõe a uma concepção de educação voluntarista. Portanto, para ele, a educação tem um papel fundamental no

processo da criação histórica do homem.

Para o pensador e teórico italiano a cultura “não é somente uma organização subjetiva do próprio eu interno, mas também objetiva, externa dos instrumentos para sua difusão, um modo de ser que determina uma forma de consciência” (Gramsci Apud MANACORDA, 2013, p.30).

Para analisar e compreender toda a formação humana, desde os primeiros anos de vida até a vida adulta, Gramsci parte do pressuposto que o ser humano não é moldado livremente pela natureza, mas que ele é resultado de um processo histórico. Para o filósofo italiano, o ser humano está sempre em formação, porém, são nos primeiros anos da vida que adquire hábitos de estudo e conhecimentos necessários para a formação na vida adulta. E, neste contexto, a escola promove o aceleração e disciplinamento da formação da criança (Gramsci Apud MANACORDA, 2013). Por isso, ele defende uma “escola que não hipoteque o futuro do jovem e não constranja a sua vontade, sua consciência, e a sua inteligência, a mover-se dentro de um trilho com direção pré-fixada” (Gramsci Apud MANACORDA, 2013. p.35).

Para Gramsci a formação profissional também precisa ter um ideal geral. Não se pode, segundo ele, transformar a escola profissional num espaço onde se forma a pessoa simplesmente para o trabalho, apenas uma educação informativa. Aliás, merece destaque a compreensão do trabalho como uma condição ontológica de constituição do ser social descrita em Lukács (2013) e que Gramsci também aborda no sentido de constituir-se como um princípio educativo (Gramsci apud DORE, 2014).

Gramsci defende uma concepção humanístico-histórica para a escola, onde a técnica-trabalho e a técnica-ciência sejam expressões unívocas. Uma no plano cultural e a outra no plano educativo. Uma concepção em que o motivo científico-técnico e o motivo historicista se unificam na história da ciência e da técnica. Uma educação que resulte no humanismo. E o humanismo ele o caracteriza como sendo a consciência da história da humanidade como história do progressivo domínio científico-técnico do homem sobre a natureza (MANACORDA, 2013).

O ensino é a luta contra o folclore<sup>1</sup>, em favor de uma concepção realista em que se unam dois elementos: a concepção de lei natural e a participação ativa do homem na vida da natureza, isto é, em sua transformação segundo um objetivo que é a vida social dos homens. Ou seja, essa concepção unifica-se no trabalho, que se baseia sobre o conhecimento objetivo e exato das leis naturais para a criação da sociedade dos homens (Gramsci Apud MANACORDA, 2013. p.193).

E continua Gramsci:

O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico –prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro. É este o fundamento da escola primária; que ela tenha dado todos os seus frutos, que no corpo de professores tenha existido a consciência de seu dever e do conteúdo filosófico deste dever, (...) (GRAMSCI, 2006, p. 43, vol. 2).

Com um olhar marxista sobre o mundo, principalmente sobre a Itália, Gramsci afirma que a “ausência de uma dialética política intensa e a separação consequente entre a escola e a vida criam e perpetuam o caráter retórico e a inadequação didática e cultural da escola”. (Gramsci apud MANACORDA, 2013. p. 212).

Ele considera que a escola é um dos instrumentos que compõem a estrutura ideológica da classe dominante para se manter, se defender e desenvolver frentes para continuar na condição de classe dominante. Por isso, ele defende uma escola unitária e se posiciona radicalmente contra uma escola que prepara o estudante para o mundo do trabalho e outra escola que prepara o estudante para uma formação integral. Desta forma, ele está afirmando que não pode ter uma escola com menos recursos, com um currículo fragmentado, voltada para a formação da parcela da população excluída socialmente e um escola com

<sup>1</sup>Folclore aqui é entendido como senso comum

estruturas impecáveis e currículos amplos, destinada à classe dominante.

E, a partir desta perspectiva, defende que a escola profissional precisa ser um espaço de cultura educativa:

A escola profissional não deve tornar-se uma incubadora de pequenos monstros aridamente instruídos num ofício, sem ideias gerais, sem cultura geral, sem alma, mas apenas com olhos infláveis e uma mão firme [...]. É também através da cultura profissional que se pode fazer com que do menino brote o homem, desde que essa seja uma cultura educativa e não apenas informativa (Gramsci Apud. MANACORDA, 2013, p. 36).

Ao analisar a realidade da educação na Itália Gramsci afirma que:

A escola tradicional era oligárquica, já que se destinava à nova geração de grupos dirigentes, destinada por sua vez a tornar-se dirigente: mas não era oligárquica pelo seu modo de ensino. Não é a aquisição de capacidades de direção, não é a tendência a formar homens superiores que dá a marca social do tipo da escola. A marca social é dada pelo fato de que cada grupo social tem um tipo de escola próprio, destinado a perpetuar nestes estratos uma determinada função tradicional, dirigente ou instrumental. Se se quer destruir essa trama, portanto, deve-se não multiplicar e hierarquizar os tipos de escola profissional, mas criar um tipo único de escola preparatória (primária e média) que conduza o jovem até os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante esse meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige.

A multiplicação da escola profissional, portanto, tende a eternizar as diferenças tradicionais; mas, dado que, nesta diferença, a criar estratificação interna, faz nascer a impressão de ter uma tendência democrática. Por exemplo, o operário manual e qualificado, camponês e agrimensor ou pequeno agrônomo, etc. Mas a tendência democrática, intrinsecamente não pode significar apenas que um operário manual se torne qualificado, mas que cada "cidadão" possa tornar-se "governante" e que a sociedade o ponha, ainda que "abstratamente", nas condições gerais de poder fazê-lo. (GRAMSCI, 2006, p. 49 3 e 50, vol.2).

Sobre as universidades, ele constata que o burocratismo universitário distancia a vida universitária da realidade do país, o que leva a uma inadequação da relação didática e humana da universidade (MANACORDA, 2013).

A universidade, todas as instituições que elaboram as capacidades intelectuais e técnicas não permeadas pela vida dos partidos, pelo realismo vivente da vida nacional, formam quadros nacionais apolíticos,

com formação mental puramente retórica, não nacional (Gramsci Apud. MANACORDA, 2013, p. 212).

Para o pensador italiano, uma escola que não seja unitária, que não tenha como base a vida real, que não alie conhecimento técnico e formação humana, cumpre o papel de ser um instrumento ideológico a serviço da classe dominante e acrescenta paralelamente a ela, os tribunais.

Todo Estado é ético na medida em que uma de suas funções mais importantes é a de elevar a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível ou tipo que corresponde à necessidade de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. A escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressora e negativa são as atividades estatais mais importantes nesse sentido; mas, na realidade, para tal fim tende uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades ditas privadas, que formam o aparato da hegemonia política e cultural das classes dominantes (GRAMSCI, 2006, p. 284, vol. 3).

István Mészáros, discípulo de Lukács e pautado pela mesma linha teórica de Gramsci, afirma que em uma sociedade organizada pelo modo de produção regido pelo capital, a educação formal cumpre um papel fundamental de fazer, de modo institucionalizado e legalizado, a conformação de classes e de estabelecer consensos.

(...) a educação formal não é a força ideologicamente primária que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz por si só, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou consenso quanto for capaz, a partir de dentro e por seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções não podem ser formais; elas devem ser essenciais (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Para ele, por maior que sejam as soluções educacionais formais, mesmo sacramentadas em lei, podem ser completamente invertidas, se a lógica do capital, enquanto quadro orientador da constituição social, permanecer intacta como quadro de referências orientador da sociedade (MÉSZÁROS, 2008).

O sentido da educação é possibilitar que as pessoas “vivam positivamente à altura dos desafios que as condições sociais, historicamente em transformação” (MÉSZÁROS 2008 p. 83) colocam. Por isso, todo sistema educacional que parte do pressuposto de uma educação acrítica da ordem estabelecida só pode ser compatível com os mais pervertidos ideais e valores educacionais (MÉSZÁROS, 2008).

A educação só pode chegar à fruição plena numa sociedade construída a partir da perspectiva socialista, tendo em vista que ela não pode ser aplicada individualmente, mas também, nas estruturas vitais da sociedade. Sem a contribuição permanente da educação ao processo de transformação consciente da sociedade é impossível alcançar os objetivos vitais de um desenvolvimento histórico sustentável (MÉSZÁROS, 2008).

Os indivíduos isoladamente ficam à mercê da falsa consciência retificadora, porque as relações produtivas reais em que estão inseridos só podem funcionar com base na personificação das pessoas. Por isso, é preciso uma mudança abrangente porque uma reforma gradual e mudanças parciais são autoderrotistas, se a perspectiva é uma educação emancipadora (MÉSZÁROS, 2008).

Numa educação com perspectiva socialista, a autodefinição dos indivíduos não pode ser imaginada sem relação mais estreita com o seu meio social e com a situação histórica específica claramente identificável de que seus desafios emergem. Nesse contexto a educação efetivamente se torna sinônimo do significado mais profundo da educação como autoeducação (MÉSZÁROS, 2008).

### 1.3 O PAPEL DO ESTADO

O Estado também exerce um papel fundamental na organização social. Para pôr luz na análise das informações obtidas no *survey* sobre o papel do Estado na organização da sociedade, recorreu-se a Engels, a Lênin e retoma-se, mais uma vez, a Gramsci.

Engels afirma que o Estado não é um poder de fora que se impôs à sociedade e também não é a realidade da ideia moral e nem é a imagem e a

realidade da razão (Engels apud LÊNIN, 2017).

É antes um produto da sociedade quando esta chega a determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e que está dividida por antagonismos inconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes, essas classes com interesses econômicos colidentes, não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Esse poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distancia cada vez mais, é o Estado (Engels Apud LÊNIN 2017, p. 29).

Lênin, ao definir o que seria o Estado Proletário instituído, recorre a Engels para afirmar que:

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração dessa classe oprimida (Engels Apud LÊNIN, 2017, p. 35).

Portanto, conforme afirmado por Engels, o Estado é um instrumento de exploração da classe oprimida. Não era só o Estado antigo ou o Estado feudal que exploravam os servos e escravos, mas o Estado moderno representativo, tal qual o concebemos a partir da modernidade, também o faz. Porém, em alguns momentos de exceção, as lutas de classe se equilibram e, assim o Estado assume uma aparente independência momentânea (Engels, apud LÊNIN).

Já Gramsci, sobre classes sociais, Estado e hegemonia, utiliza a concepção hegeliana<sup>2</sup> do Estado ético. Em Hegel, o Estado se opõe à ingerência eclesiástica e assume tarefas educativas e morais. Gramsci adota essa concepção de Estado, porém, numa perspectiva de um “Estado sem Estado”, e conclui que uma vez passada a fase revolucionária da burguesia, ela se fecha em si mesma e faz do Estado força pura e se torna incapaz de assimilar novos

<sup>2</sup> Para informações sobre a teoria de Estado de Hegel, consultar a terceira parte da sua obra: Filosofia do Direito.

elementos sociais (GRAMSCI, 2006).

Veja como Gramsci explica a desassimilação da classe burguesa e como seria segundo ele uma classe capaz de conceber um Estado verdadeiramente de direito:

A classe burguesa põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se “educador”, etc. De que modo se verifica uma paralisação e se volta a concepção do Estado de pura força, etc. A Classe burguesa está “saturada”: não só não se difunde, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si mesma (ou, pelo menos, as desassimilações são muitíssimo mais numerosas do que as assimilações). Uma classe que ponha a si mesma como possível de assimilar toda a sociedade e, ao mesmo tempo, seja realmente capaz de exprimir este processo leva à perfeição esta concepção do Estado e do direito, a ponto de conceber o fim do Estado e do direito, tornados inúteis por terem esgotado sua missão e sido absorvidos pela sociedade civil (GRAMSCI, 2006, p. 271, vl. 3)

As classes dominantes que precederam o surgimento da classe burguesa eram essencialmente conservadoras, ou seja, não tendiam assimilar organicamente as outras classes. Não estava posta na sociedade italiana da época que viveu Gramsci a ampliação técnica e ideológica da esfera de classe. Era uma concepção de casta fechada (GRAMSCI, 2006). A revolução burguesa trouxe consigo a concepção de direito. O pensador italiano ao se referir ao Estado e a concepção de direito afirma que “a função do Estado consiste especialmente na vontade de conformismo” (GRAMSCI, 2006, p. 271, vl. 3).

Quanto à concepção de Hegel sobre o Estado é importante ressaltar que ela é própria de um momento de desenvolvimento extensivo da burguesia em que podia parecer ilimitado e, portanto, a eticidade e a universalidade dessa classe podia ser afirmada, o que levou Hegel a afirmar que todo gênero humano será burguês. Mas, afirma Gramsci, “só um grupo social que propõe o fim do Estado e de a si mesmo como objetivo a ser alcançado é possível criar um Estado ético, capaz de eliminar as divisões internas (...) e criar um organismo social unitário técnico-moral” (GRAMSCI, 2006, p. 284 e 285, vl. 3). E, para ele, essa classe não é a burguesa, e sim a classe proletária.

## 1.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 1

Neste capítulo o objetivo era apresentar um pouco da teoria de Gramsci e Mészáros sobre o papel da educação e um pouco da teoria de Lênin e de Gramsci sobre o papel do Estado na organização da sociedade.

Acredita-se que os pressupostos teóricos aqui apresentados jogam luzes para a análise dos dados apresentados nos próximos capítulos. Pois as formulações teóricas-metodológicas do grande pensador italiano sobre educação não se esgotaram com o tempo, nem com as transformações ocorridas no capitalismo, através das novas formas produtivas de gestão do capital e do trabalho que ocorreram, provocadas pelas sucessivas crises estruturais do sistema capitalista. Elas são fundamentais para aqueles que querem estudar a educação nos tempos atuais, principalmente para aqueles que se referenciam no materialismo histórico e dialético. Manacorda, quando esteve no Brasil em 1997, enfatizou que para Gramsci toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica e frisou que "nenhuma batalha pedagógica pode ser separada da batalha política e social" (MANACORDA, 2013, p. 12). Neste sentido, os pressupostos teóricos de Gramsci contribuem para a análise do Prouni, enquanto uma política pública de inclusão social pelo viés da educação, implementada por um governo do campo popular e democrático.

István Mészáros, um estudioso do marxismo e crítico das visões liberais e utópicas-liberais da educação, também contribui com as análises aqui apresentadas, porque nas suas obras ele enfatiza que os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados e que sem rupturas nas relações sociais, que estão sob controle do sistema do capital, não há mudanças profundas no sistema educacional. Em 2004, na abertura do Fórum Mundial da Educação, em Porto Alegre, ele enfatizou que a educação não deve qualificar para o mercado, mas para a vida e destacou que a "educação não é mercadoria" (MÉSZÁROS, 2008, p. 9). Na análise do Prouni, enquanto uma política pública de inclusão social, não poderíamos prescindir da contribuição desse grande educador do mundo contemporâneo.

A teoria sobre o Estado na ótica marxista de Lênin é também de

fundamental importância para o estudo aqui apresentado, pois ajuda a compreender o papel do Estado na organização da sociedade. Lênin mostra que o Estado é uma máquina de dominação e opressão de classe e apresenta a necessidade de destruir esse modelo de Estado e construir um outro que expresse o poder popular, se a perspectiva é da construção de uma sociedade pautada em ideais não capitalistas.

## **CAPÍTULO 2 – ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: CONTEXTO HISTÓRICO, EXPANSÃO E ACESSO.**

### **2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO**

As universidades surgiram na Idade Média, num período em que a igreja católica detinha a hegemonia cultural. O surgimento da primeira universidade se deu no final do século XI, em Bolonha, na Itália e no século XII surgiu a universidade de Paris. Essas duas primeiras universidades serviram de exemplos para as que viriam depois (SAVIANI, 2010).

A universidade de Bolonha nasce da organização dos estudantes que contratavam professores exigindo deles os cursos específicos, conforme previamente combinado, com isso, ela tinha um caráter leigo enquanto que a de Paris tinha um formato clerical (SAVIANI, 2010).

Já no Brasil, o ensino superior propriamente dito teve início em 1808 com a vinda da família real portuguesa. Antes disso existiam apenas alguns colégios jesuítas que ministravam cursos de filosofia e teologia. A partir de 1808, como o Brasil se tornou a sede da família real portuguesa, o império passou a investir em cursos como: academia da marinha, academia real, curso de cirurgia, medicina, agricultura, química e desenho técnico (SAVIANI, 2010).

Na segunda metade do século XIX houve a grande expansão de cursos superiores no Brasil com a finalidade de preparar os jovens intelectuais da elite brasileira para assumir o poder. Surgiu até uma corrente de pensamento que proclamava o fim da Escolástica<sup>3</sup> e cultuava a abertura, em relação ao pensamento moderno (NETO, 2010). Durante todo o império o ensino superior se espalhou apresentando um rompimento com a mentalidade implementada pela igreja católica durante a colonização (NETO, 2010).

Com a proclamação da República em 1889, o ensino superior no Brasil

3. Escolástica: Ideologia cristã que, durante a Idade Média, buscava associar a razão aristotélica e platônica com a fé, buscando experienciar o contato direto com a verdade. Ensino filosófico ocidental que se baseia na tradição aristotélica, inseparável da teologia.

passou a ter influência para manter o rompimento com o antigo regime e com a igreja, e por outro lado, para atender à camada média e aos senhores do café que o reivindicavam para seus interesses, pautados pelo ideal do Liberalismo Político. Por isso, viam nela a possibilidade de novos lucros. Portanto, o que estava em jogo era a possibilidade de lucros numa universidade pautada pelo liberalismo político. O Positivismo foi uma corrente de pensamento que teve muita influência nesse período (NETO, 2010).

No governo provisório, no início da década de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública no Brasil. Com o decreto da chamada Reforma Francisco Campos, criou-se o Estatuto das Universidade Brasileiras. Com isso, se deu o surgimento das universidades no Brasil (SAVIANI, 2010).

Embora o ensino superior já existisse desde 1808, foi só com a Reforma de Francisco Campos que a universidade se constituiu como tal. Segundo Azevedo (1971, apud NETO, 2010) na maioria dos casos ocorreu a reunião de cursos superiores já existentes.

Depois disso, a primeira etapa de expansão do ensino superior se deu entre os anos de 1960 e 1970, com a criação dos institutos isolados, que nada mais eram do que entidades a serviço da iniciativa privada e dos municípios expandindo a criação de institutos (NETO, 2010). Nesse período, a legislação recomendava que os recursos para a educação deveriam ser investidos nas universidades oficiais. No entanto, foram criadas universidades privadas com recursos públicos, com o compromisso de essas universidades assegurariam vagas para alunos pobres (Germano, apud NETO, 2010).

Em 1968, a reforma universitária que se deu através da Lei nº 5.540/68, atendeu a duas demandas contraditórias: por um lado, a demanda do corpo docente e discente que reivindicavam mais vagas e mais verbas e, por outro lado, a demanda ligada ao regime militar, que era a de vincular o ensino superior à lógica do mercado para atender o capitalismo industrial.

Em 1988, com o advento da nova Constituição Federal, pautas como a autonomia universitária, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, além da gratuidade nas instituições oficiais foram garantidas.

Apesar das várias tentativas de privatização do ensino superior, desde o Império até a Constituição de 1988, prevaleceu a presença do Estado na organização e regulamentação. Porém, a partir dos anos de 1980, teve início uma alteração desse modelo que veio a se concretizar, mais tarde, no governo Fernando Henrique Cardoso, com o decreto 2.306 de 19 de agosto de 1997. Desde então passaram a existir Universidades e Centro Universitários.

Os Centros Universitários são só de ensino e não têm pesquisa. Saviani (2010) afirma que os Centros Universitários são um modelo adotado para expandir o ensino superior de forma barata e de segunda classe, pois não necessita desenvolver pesquisa.

A partir do decreto 2.306 de 19 de agosto de 1997, cessou a expansão das universidades públicas, que só foi retomada nos anos 2000, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva e que teve continuidade no governo de Dilma Rousseff. Nos governos de Lula e Dilma, foram criados 173 novos campi universitários públicos, 22 escolas técnicas e 18 universidades públicas.

No conjunto do sistema educacional brasileiro a participação do setor público caiu de 41% em 1994 para 31% em 2001 (Neto, 2010). Em 1997, segundo dados do MEC/Inep, o Brasil contava com 900 Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e em 2006 esse número passou para 2.398 (Neto, 2010).

É importante considerar que, a partir do início dos anos de 1990 com o advento da reorganização do capital no mundo e a chegada do neoliberalismo, o Brasil assimila o ideário político da nova conjuntura internacional. O mundo organizado sob a ótica do capital passava, nesse momento histórico, pelo processo de reestruturação econômica com ideário neoliberal.

Nesse novo contexto de acumulação do capital, o Estado deixa a sua forma clássica liberal e assume características de Estado mínimo, reduzindo o seu papel de indutor de crescimento e orientador do desenvolvimento econômico. E, o governo brasileiro, por sua vez, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso que, a exemplo seus dois últimos antecessores eleitos, era adepto do programa neoliberal, optou por fazer reforma em nome da modernização do Estado. Essa reforma significou reduzir o tamanho do Estado, ou seja, passou tarefas e

atribuições do Estado para o mercado tomar conta. É nessa conjuntura política e social dos anos de 1990 que se adota uma política de privatização de serviços essenciais, como saúde e educação.

Com a privatização, o Estado passou a ser regulador e deixou de ser o responsável direto pela promoção de bens e serviços. Nessa perspectiva, a educação, passa a ser mercadoria e não um direito. A partir dos anos de 1990, a educação superior brasileira passa por um processo intenso de mercantilização (SILVA E ANDRADE, 2015).

Como reflexo da política de privatização, o Brasil, em 2003, passou a contar com 1.859 Instituições de educação superior, 88% delas no setor privado, conforme mostra a tabela 1.

Com esse percentual, segundo dados do *World Education Indicators*, (*World Education Indicators* Apud LOURENÇO, 2016) o Brasil estava entre os países com o sistema de educação superior mais privatizado do mundo, atrás de poucos países.

A tabela 1 mostra número e percentual de instituições, por categoria administrativa da IES, Brasil – 2003

TABELA 1. Número de instituições de ensino superior no Brasil por categoria administrativa - 2003

Categoria da instituição	Número	%
Pública	207	11,1
Privada	1.652	88,9
Total	1.859	100,0

FONTE: Censo da Educação Superior 2003. NOTA: Tabela copiada do Censo da Educação 2003

Ao analisar a tabela 2, a seguir, extraída do Censo da Educação superior de 2003, é possível perceber o ritmo acelerado da expansão do ensino superior no Brasil e, também, constatar os números da privatização do ensino superior brasileiro no final da década de 1990 e início dos anos 2000.

A tabela 2 apresenta a evolução do número de instituições por categoria Administrativa.

TABELA 2- Evolução do número de instituições de ensino superior por categoria administrativa – Brasil 1997-2003

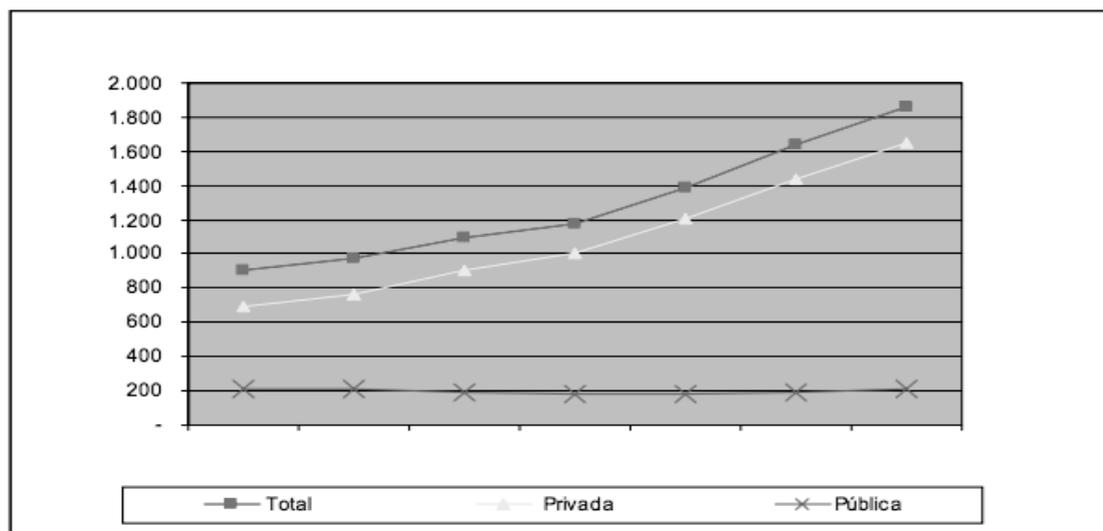
Ano	Pública	Δ %	Privada	Δ %	Total	Δ %
1997	211	-	689	-	900	-
1998	209	-0,9	764	10,9	973	8,1
1999	192	-8,1	905	18,5	1.097	12,7
2000	176	-8,3	1.004	10,9	1.180	7,6
2001	183	4,0	1.208	20,3	1.391	17,9
2002	195	6,6	1.442	19,4	1.637	17,7
2003	207	6,2	1.652	14,6	1.859	13,6

FONTE: Censo da Educação Superior 2003. NOTA: Tabela copiada do Censo da Educação Superior – 2003- Resumo Técnico, p. 8

Ao se comparar, por exemplo, o ano de 1998 com 1999 observa-se um decréscimo de 8,1% no número de instituições públicas, enquanto nas instituições privadas o crescimento foi de 18,5%. Entre 1999 e 2002 se verifica o surgimento de apenas três instituições públicas, enquanto nas instituições privadas houve um crescimento de 60%, saltando de 905 para 1.442 instituições privadas.

O Gráfico 1, a seguir, ajuda a visualizar o crescimento do número de instituições públicas e privadas, no Brasil, entre os anos de 1997 e 2003.

GRÁFICO 1-Crescimento do número de instituições 1997- 2003

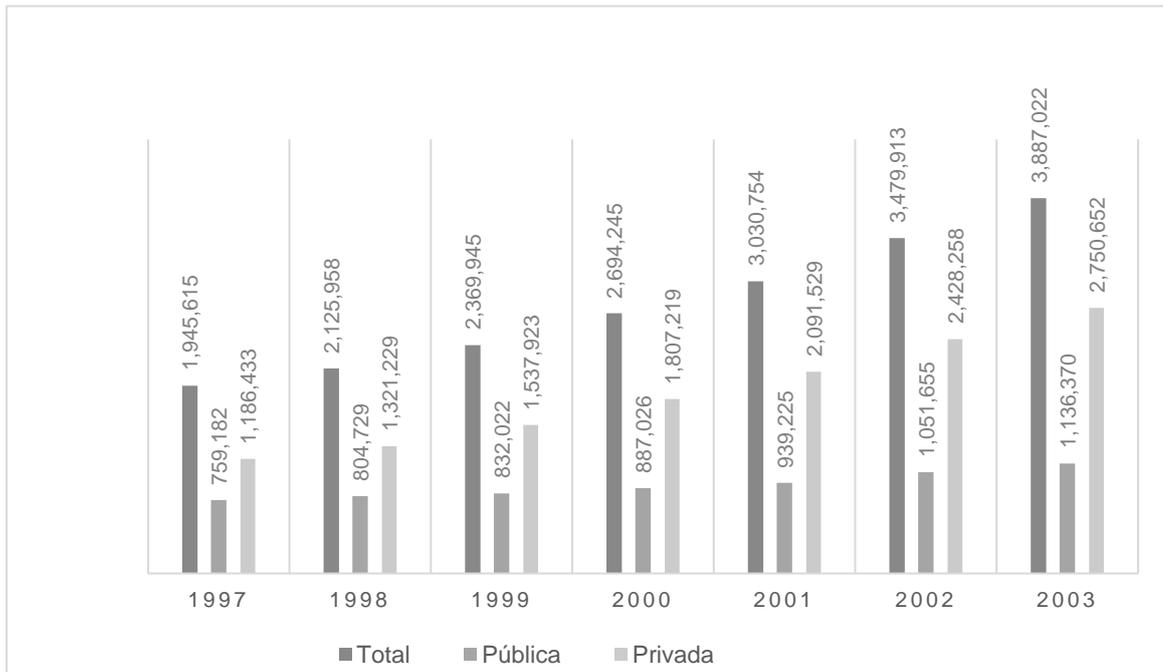


FONTE: Censo de Educação Superior 2003. NOTA: Gráfico copiada do Censo da Educação Superior-2003- Resumo Técnico, p. 9

O Gráfico 1 mostra que de 1997 a 2003 o ensino superior público se

manteve estagnado, enquanto o ensino superior privado cresceu mais que o dobro. A linha que mostra o total das instituições de ensino superior cresce paralelamente com a linha que mostra o crescimento do número de instituições privadas, enquanto a linha que mostra o crescimento das instituições públicas manteve-se estável, em linha reta.

GRÁFICO 2 - Número de matrículas no ensino superior, por ano, de 1997 a 2003.



FONTE: Censo de Educação Superior 1997,1998 e 1999 planilha 4.1 E, dos anos 2000, 2001, 2002 e 2003 planilhas 5.14 acessado em 07/01/2020. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico 2 mostra o número de matrículas no ensino superior, por ano, nas instituições de ensino superior públicas e privadas, entre os anos de 1997 e 2003. Ao observar o gráfico é possível constatar que de fato de 1997 a 2003 o ensino superior privado cresceu muito, mais que dobrou o número de matrículas, de 1.186.433 passou para 2.750.652, enquanto que o ensino superior público passou de 759.182 em 1997 para 1.136.370 em 2003.

<sup>4</sup> Nos anos de 1997,1998 e 1999 o Inep adotava um modelo de planilhas onde o número de matrículas aparecia na mesma planilha do número de cursos e concluintes, nos dados gerais. A partir do ano de 2000, ele adotou um novo modelo de planilha e o número de matrículas aparece separadamente com detalhamento por organização acadêmica e localização (capital e interior), segundo a unidade da federação. Isso justifica os números diferentes das planilhas usadas para a elaboração do gráfico 2.

Como demonstram as tabelas 1 e 2 e os gráficos 1 e 2, houve no Brasil, a partir dos anos de 1980, uma forte expansão do ensino superior privado. No entanto, a expansão do ensino superior privado não garantiu o acesso ao ensino superior para uma parcela significativa da sociedade, pois a taxa de escolarização universitária bruta dos estudantes brasileiros, no início dos anos 2000, era de 15%. E, levando-se em consideração a faixa etária entre 18 e 24 anos, o percentual de escolarização líquida foi de 9%. Comparando o Brasil, no mesmo período, com outros países da América Latina é possível perceber a enorme diferença. Por exemplo: na Argentina a taxa de escolarização bruta era à época de 40%, o Uruguai de 30%, Chile 20,6%, Venezuela 26%, Bolívia 20,6% (SOUSA, apud NETO, 2010, p. 55).

## 2.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: GOVERNO LULA E DILMA

Em 2002, houve no Brasil, nas palavras de Sallum Júnior (Sallum Júnior Apud SINGER 2012, p. 10) a “despolarização e se estabeleceu um consenso liberal- desenvolvimentista” com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência República. Essa despolarização foi selada, com a carta ao povo brasileiro, em que o então candidato a presidência da república aproxima-se da plataforma de governo liberal e passava a atuar numa perspectiva liberal desenvolvimentista. Para Sallum Júnior, o governo Lula passou a adotar práticas semelhantes às do governo liberal, como por exemplo, a defender a estabilidade monetária como prioridade.

Lula vinha disputando as eleições para presidente república desde 1989, pelo PT- Partido dos Trabalhadores - partido estatutariamente de esquerda, de cunho marxista. Porém, o programa que garantiu a vitória nas eleições de 2002 deixou de lado boa parte das características de um partido de esquerda e assumiu as exigências do capital, numa postura liberal desenvolvimentista, que André Singer, chama de “segunda alma do PT” (SINGER,2012, p.37) cujo ponto simbólico é representado pela Carta ao Povo Brasileiro de 22 de junho de 2002, às vésperas daquelas eleições.

Com um programa em boa medida comprometido com o capital, diferente

dos programas apresentados nas disputas das eleições anteriores, o então candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito Presidente do Brasil. A eleição do Presidente Lula se deu envolta, ainda, nos resquícios da aura do movimento operário dos anos de 1980 (SINGER, 2012) e, ao mesmo tempo, com compromissos com um projeto comprometido com a lógica do capital.

Ao assumir a presidência da república, em 2003, ele não implementou um governo segundo o que esperava o movimento operário, mas manteve a ordem liberal em curso no país desde o governo Collor, evitando, com isso, o confronto com o capital (SINGER,2012).

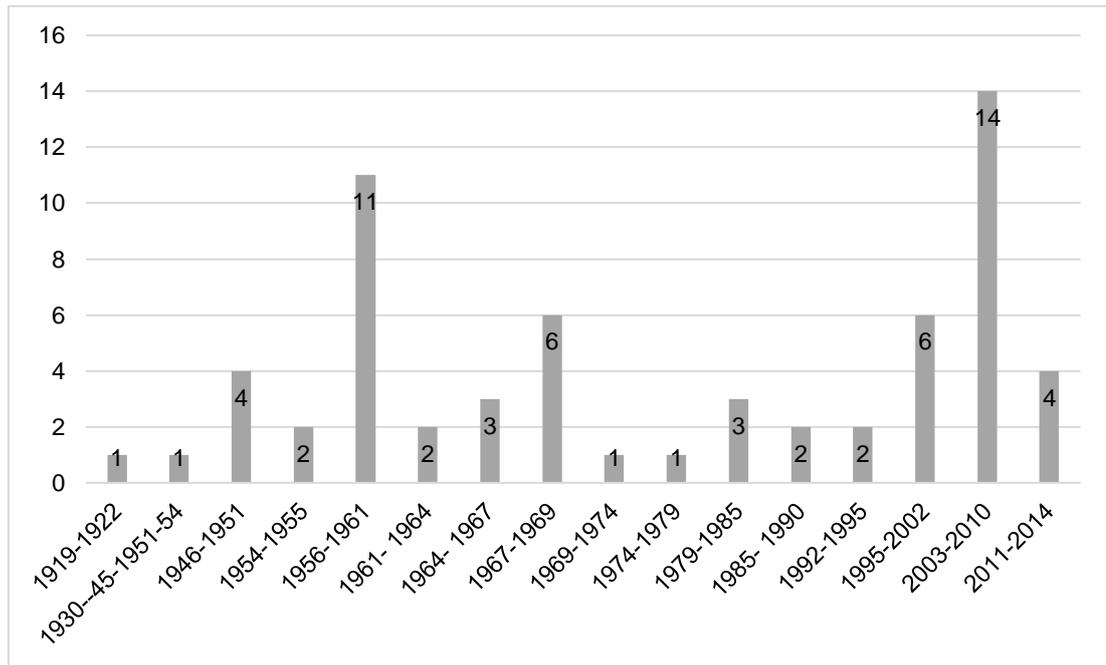
A partir do final de 2003, o governo passou a adotar políticas públicas para reduzir a pobreza e ao mesmo tempo ativar o mercado interno, sem, no entanto, fazer o confronto com o capital. Destacam-se, nesse período, os programas de combate à miséria e à fome (SINGER, 2012).

No bojo das políticas públicas para redução da pobreza e das desigualdades sociais implementadas pelo governo Lula, a partir de 2003, foi editada a Medida Provisória (MP) nº 213/2004, que criou o Programa Universidade Para Todos (Prouni). Essa Medida Provisória deu origem à Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que instituiu o Prouni.

O Programa, por sua vez, ocorreu ao mesmo tempo em que o governo investiu em outras políticas para ampliar a inclusão na educação superior, como o Reuni (que ampliou as universidades públicas e os institutos federais), a ampliação do orçamento da Capes e do CNPq, a ampliação do Fies, de cotas sociorraciais, entre outras medidas.

O gráfico 3 mostra a linha do tempo da criação de universidades federais. Nele é possível constatar que durante o governo Lula e Dilma o Brasil passou por uma nova fase de expansão do ensino superior público. Nesse período foram criados 173 novos campi universitários públicos, 22 escolas técnicas e 18 universidades públicas.

GRÁFICO 3 - Linha do tempo da criação das universidades federais no Brasil

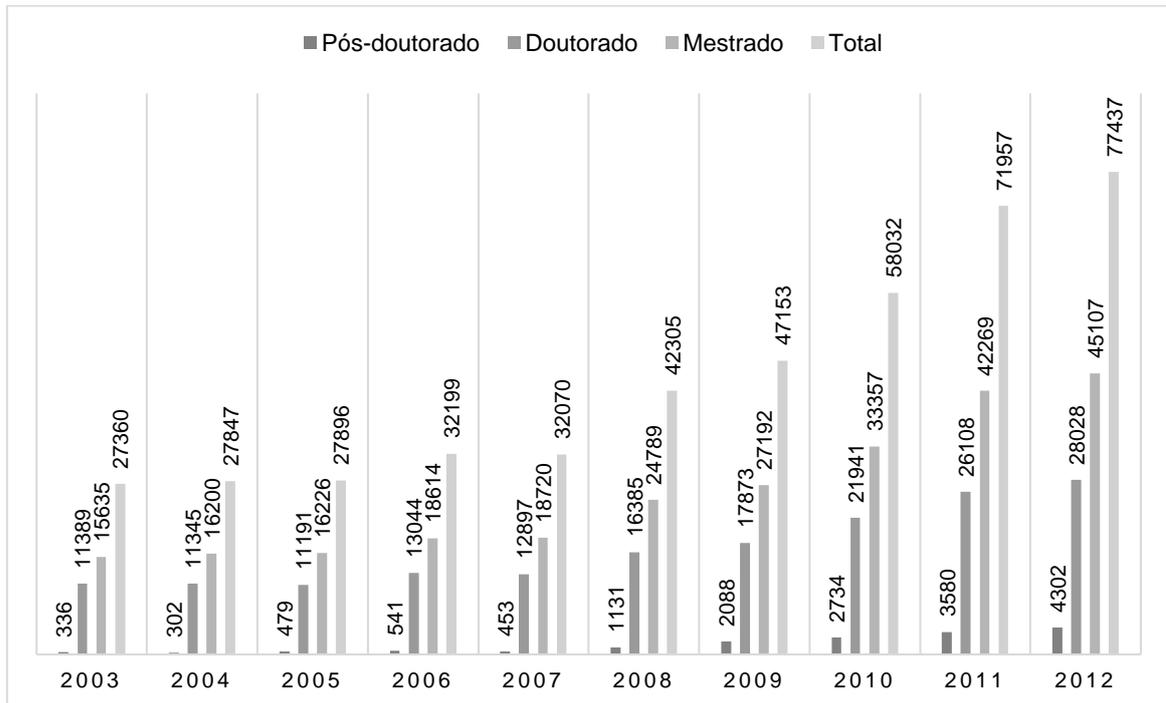


FONTE: MEC. Dados da Análise da Expansão do Ensino Superior no Brasil -2003-2012, p. 25 <http://portal.mec.gov.br> - Acesso em 1/06/2019. NOTA: (Gráfico elaborado pela autora).

O gráfico 3 mostra a criação das universidades federais em diferentes períodos, a partir de 1919 até 2014. Ao comparar o número de universidades públicas que foram criadas entre os anos de 1919 e 2002 com o número de universidades públicas criadas entre 2002 e 2014, é possível constatar que no último período foram criadas, proporcionalmente, por ano, mais universidades. Ou seja, no primeiro período foram criadas 45 universidades públicas em 83 anos e, no segundo período foram criadas 18 universidades em apenas em 12 anos.

Não é objeto deste estudo a análise da formação superior e da pós-graduação, mas a título de ilustração sobre a expansão do ensino superior no período estudado nesta seção é importante observar os dados constantes nos gráficos 4 e 5 a seguir, que se referem à formação superior e à pós-graduação.

GRÁFICO 4 – Evolução do número de bolsas da Capes de 2003 a 2012.



Fonte: MEC: Dados da Análise da Expansão do Ensino Superior no Brasil -2003-2012, p. 13 - <http://portal.mec.gov.br> - Acesso em 23/06/2019. NOTA: Elaborado pela autora.

O gráfico 4 ilustra as informações sobre a expansão do ensino superior no Governo Lula e Dilma. Observa-se que o investimento se deu também na pós-graduação, pois houve um crescimento significativo tanto na formação de pós-doutores, quanto na formação de doutores e mestres.

O número de bolsas para pós-doutorado passou de 336 em 2003 para 4.302 em 2012. Houve um crescimento de mais de mil por cento. O número de bolsas para doutorado passou de 11.389 em 2003 para 28.028 em 2012. Apresentou um crescimento de 146.09%. E o número de bolsas para mestrado passou de 16.200 em 2003 para 45.107, em 2012. O que significou um crescimento de 178.08%.

O gráfico 5 também ilustra as informações sobre investimento em educação superior no governo Lula, para além da graduação. Com o Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, o governo instituiu o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni.

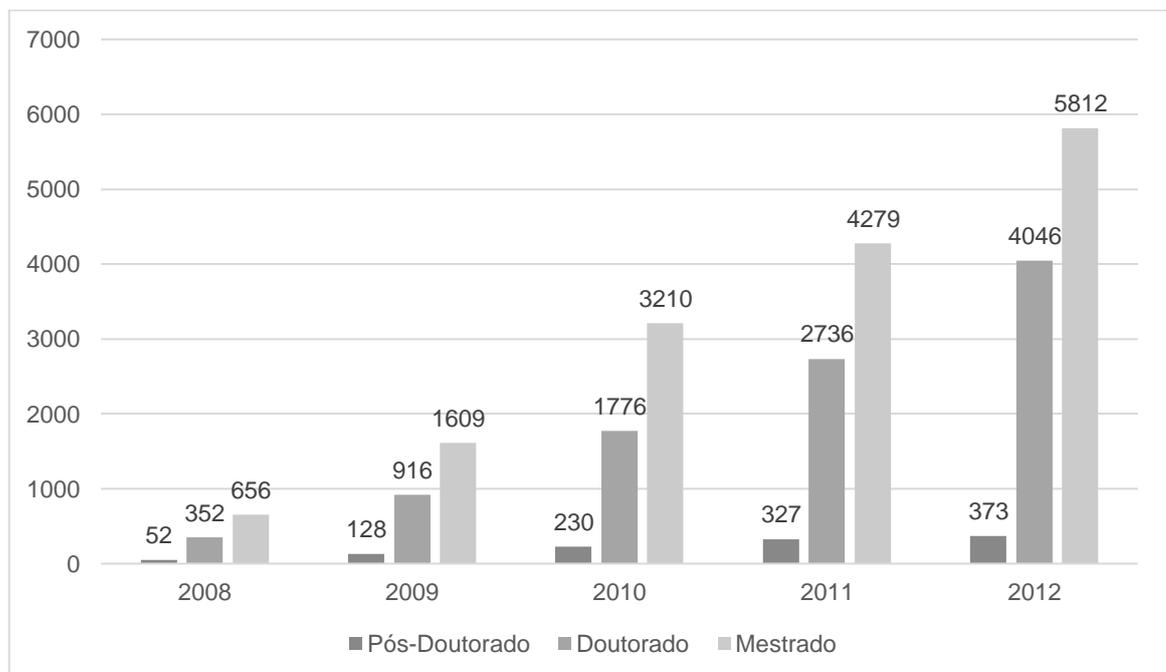
O objetivo do programa era o de criar condições para a ampliação do acesso

e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

O Programa tinha como meta a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

Em sua VI diretriz, o Decreto nº 6.096 trata da articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica

GRÁFICO 5 – Bolsas Reuni assistência ao ensino 2008-2012



FONTE: MEC: Dados da Análise da Expansão do Ensino Superior no Brasil -2003-2012, p. 22 - <http://portal.mec.gov.br> - Acesso em 23/06/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico 5 mostra o crescimento no número de bolsas de estudo para mestrado, doutorado e pós-doutorado no período de 2008 a 2012 criadas no âmbito do Reuni e pautado a partir da VI diretriz do Decreto nº 6096 do programa,

que trata da articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica.<sup>5</sup>

O número de bolsas de estudo para pós-doutorado passou de 52, em 2008, para 373, em 2012, o que significou um crescimento de 617.3%. O número de bolsas de estudos para doutorado passou de 352 em 2008, para 4.046 em 2012, o que significou um crescimento de 1.049%. E o número de bolsas de estudo para mestrado passou de 656 em 2008, para 5812 em 2012, o que significou um crescimento de 785.9%.

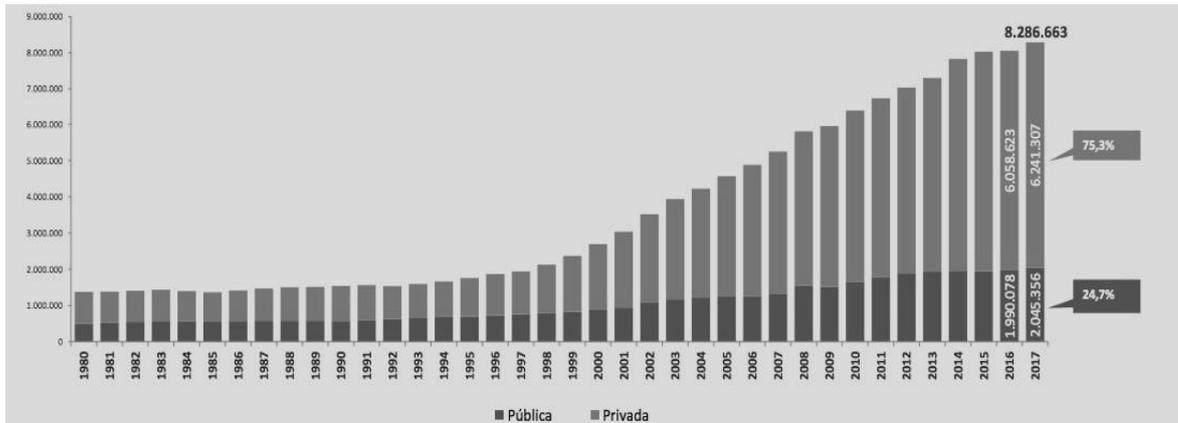
O gráfico 6, apresentado a seguir, extraído do Censo de Educação Superior MEC/Inep 2017, mostra a evolução do número de matrículas em cursos de graduação de 1980 a 2017. Mostra também que a educação superior pública cresceu nesse período 24.7%, enquanto no setor privado cresceu 75,3%. No gráfico é possível observar que durante os governos Lula e Dilma, o número de matrículas no ensino superior público teve um crescimento significativo, porém, no setor privado esse crescimento foi maior.

Observa-se também que o crescimento estava em um ritmo de estagnação e ganhou impulso a partir da regulamentação do setor privado, feita no governo de FHC, na década de 1990, conforme já mencionado anteriormente. Até o decreto 2.306 de 19 de agosto de 1997, havia no Brasil restrições regulatórias que dificultavam a expansão do ensino superior privado.

Com a nova regulamentação permitiu-se que as instituições de ensino superior fossem constituídas como empresas com fins lucrativos. O gráfico evidencia o impulso dado pela nova regulamentação. Essa regulamentação não sofreu alteração significativa nos governos Lula e Dilma e, de certo modo, a expansão do setor privado foi impulsionada, ainda mais, com a criação do Prouni.

5. Para mais informações sobre o Reuni consultar:[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)

GRÁFICO 6 - Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa – 1980-2017



FONTE: Gráfico copiado do Censo da Educação Superior 2017. Acesso em 20/06/2019

Mesmo com o crescimento do número de matrículas, tanto no setor público quanto no privado, segundo o Censo de Educação Superior 2012 só 17% da população brasileira, entre 17 e 24 anos, estava matriculada em instituições de ensino superior MEC/Inep em 2012.

### 2.3 PROUNI

O Prouni - Programa Universidade Para Todos, é um programa que garante vagas para estudantes de baixa renda em instituições privadas de ensino superior, com bolsas parciais (50% da mensalidade) ou integrais. É um programa criado pelo governo brasileiro em 2004, por meio da Medida Provisória nº 213/2004, que foi transformada em lei no ano de 2005, sob o nº 11.096/2005, sancionada pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2005.

O Programa surgiu no momento em o Brasil saía de intensa privatização do ensino superior brasileiro ocorrida na década de 1990. Com a forte expansão, segundo Durham (2005), a educação no setor privado teve um crescimento de 115% entre 1998 e 2001, enquanto no setor público cresceu apenas 36%.

O Prouni visa conceder bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais e de formação específica, a estudantes brasileiros de baixa renda e sem curso superior. As bolsas integrais garantem custo zero nas mensalidades aos bolsistas, ao passo que nas bolsas parciais o estudante precisa arcar com 50% do valor da

mensalidade.

Para participar do Programa o estudante precisa atender a, pelo menos, um dos seguintes critérios: ter cursado ensino médio completo em escolas da rede pública; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada na condição de bolsista integral da própria escola; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral, na rede privada; ser pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino e pertencer ao quadro efetivo do magistério da educação básica. No caso de ser professor, só poderá concorrer nos cursos de licenciatura e não há necessidade do requisito de renda.

Para concorrer às bolsas integrais a renda familiar bruta, mensal, deve ser de no máximo um salário mínimo e meio por pessoa e, para concorrer às bolsas parciais, a renda familiar bruta, deve ser de até, no máximo, três salários mínimos por pessoa.

Além disso o estudante, necessariamente, deve ter participado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) no ano imediatamente anterior à candidatura ao Prouni; e ter obtido, no mínimo, 450 pontos na média sem que tenha zerado na redação. Isto para o processo regular. Já no processo de ocupação de vagas remanescentes, podem participar professores da rede pública, em efetivo exercício do magistério da educação básica, que façam parte do quadro próprio permanente de pessoal. Neste caso, só pode concorrer a bolsas em cursos de licenciatura destinados à formação de professores da educação básica; ou ter participado do Enem, depois de 2010, e ter obtido em um dos exames nota igual ou superior a 450 pontos e não ter zerado na redação<sup>6</sup>

O Prouni é uma política pública que busca democratizar o acesso ao ensino superior, criada a partir do pressuposto constitucional contido no artigo 150, VI, “c” da CF/88, que concede imunidade fiscal às entidades sem fins lucrativos, e do contido no art. 195, parágrafo 7º, da CF/88, que concede às entidades beneficentes de assistência social isenção da contribuição para seguridade social

6. Para mais informações acessar: Prouni, disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm) . Acesso em 05 de abril de 2019.

(parte patronal) (BALDIJÃO e TEIXEIRA, 2011).

Com isso, a instituição que aderir ao Programa durante a vigência do termo de adesão fica isenta dos seguintes impostos e contribuições: Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; Contribuição para Programa de Integração Social (BALDIJÃO E TEIXEIRA, 2011).

Constam na minuta do Projeto de Lei nº 3582/2004 algumas justificativas para a instituição do Programa. De acordo com as justificativas, o Programa visa democratizar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, pois enquanto os estudantes do ensino fundamental e médio, à época, estavam majoritariamente matriculados no ensino público, o ensino superior contava com apenas com 30% dos jovens matriculados em instituições públicas.

Outra justificativa apresentada foi o aumento da demanda pelo ensino superior, tendo em vista que de 1996 para 2002 o número de matrículas no 3º ano do ensino médio havia passado de 1.274.933 para 2.239.544. E nesse período havia também uma enorme expansão da rede privada de ensino superior. Em 2002 o Brasil contava com 1.637 instituições de ensino superior, das quais 1.442 eram da iniciativa privada e somente 195 públicas. Das vagas nas instituições privadas 37,5% estavam ociosas, enquanto nas instituições públicas 5% das vagas estavam ociosas.

Regulamentar a filantropia é também uma justificativa apresentada. Segundo o documento havia falta de transparência no cálculo de gratuidade a ser aplicado em assistência social por parte das instituições, que se valiam dessa capacidade para diminuir os tributos devidos sem atender as obrigações sociais.

Outro argumento utilizado para justificar a criação do Prouni foi o propósito de modificar a realidade do ensino superior no Brasil, que contava com apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 de idade cursando o ensino superior. Dado inferior a muitos países da América Latina. A meta prevista no Plano Nacional de Educação era, de até o final da década, prover educação superior para pelo menos 30% da população da faixa etária entre 18 e 24 anos.

Na sequência, apresentaremos um comparativo de dados do ensino superior no Brasil entre o ano de 2003 e o ano de 2017, com o objetivo de analisar

o Programa enquanto uma política pública de inclusão social, pelo viés da educação traçando um paralelo com os dados do ensino superior antes do Prouni e depois de 14 anos da implementação do Programa.

#### 2.4 - COMPARATIVO DE DADOS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL 2003-2017

No comparativo apresentado a seguir sobre dados da educação superior no Brasil entre o ano de 2003 e o ano 2017 entre instituições públicas e privadas, tem-se os dados do número de instituições e de estudantes que ingressaram e os que concluíram o ensino superior nestas instituições.

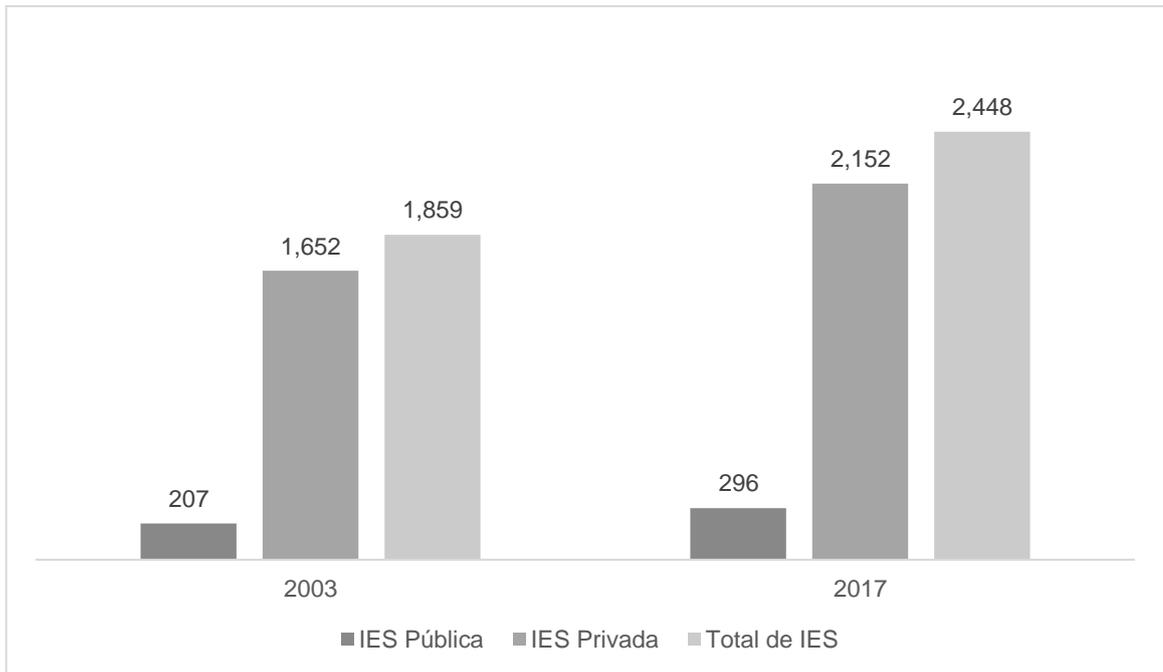
A escolha do período para fazer o comparativo se deve ao fato que em 2003 ainda não havia o Prouni. E, como o objetivo desta pesquisa é o de analisar o Prouni enquanto uma política pública de inclusão social, considerou-se que este ponto de partida seria o ideal para o estudo proposto com esta pesquisa. A escolha se deu também por ser o primeiro ano de um governo do campo popular e democrático, o governo do Presidente Lula. O ano de 2017 como a outra ponta do comparativo foi escolhido pelo fato que o Censo da Educação Superior de 2017 é o que fecha o ciclo dos governos do campo popular e democrático, depois do impeachment da Presidente Dilma, em 30 de agosto de 2016.

Estudar essa política pública de inclusão social criada e aperfeiçoada pelos governos do Partido dos trabalhadores, partido que tem como horizonte uma sociedade socialista, é uma possibilidade de avaliá-la enquanto política pública de inclusão social e, em que medida ela contribuiu para a tomada de consciência de classe, condição necessária para a construção de uma sociedade emancipada e emancipadora, uma sociedade socialista.

Na análise de dados do Censo da Educação Superior, feito pelo Inep, identificou-se, conforme mostram os gráficos a seguir, que entre o ano de 2003 e o ano de 2017 o Brasil passou por um período de expansão do ensino superior. Proporcionalmente a expansão no setor público foi maior que no setor privado.

O gráfico 7 apresenta uma comparação entre o número de instituições de ensino superior no Brasil entre os anos de 2003 e 2017.

GRÁFICO 7 - Comparativo do número de IES, no Brasil, 2003 e 2017



FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2003 e 2017- Inep. Planilha 1.1. Acesso em 19/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Nos dados do gráfico 6 constata-se que em 2003 o Brasil contava com 207 instituições de ensino superior públicas e em 2017 esse número passou para 296, o que significa um aumento de 42,99%. No mesmo período o número de instituições de ensino superior privadas passou de 1.652 para 2.152, um crescimento de 30,26%.

O destaque que merece a atenção nesses dados é que o número de instituições privadas no Brasil teve um aumento percentual menor que as instituições públicas. No entanto, a diferença entre o número de instituições públicas e privadas é muito grande. Ainda que o aumento percentual das instituições públicas tenha sido maior nesse período.

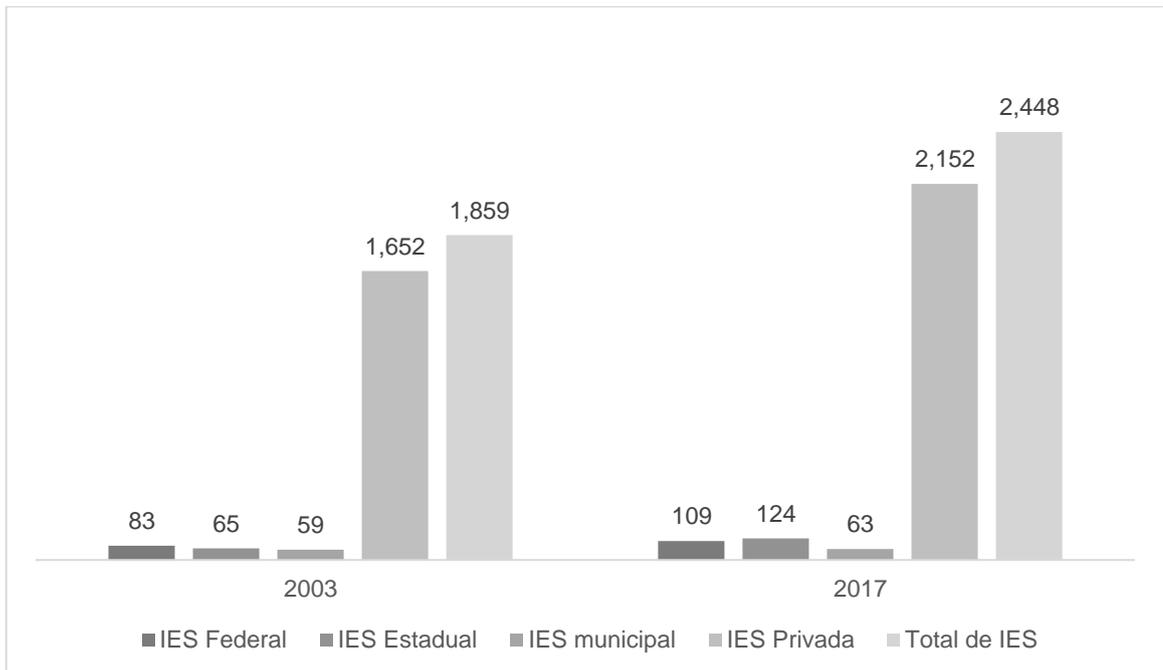
O gráfico 7 foi construído com os dados da planilha 1.1 do Censo da Educação Superior do ano 2003 e a do ano 2017. Na planilha do ano de 2003 a categoria administrativa Privada é composta por duas subcategorias, sendo uma delas a Particular, e outra Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas. Para a elaboração do gráfico, optou-se por colocar a soma total das privadas. Observa-se que no Censo da Educação Superior 2017 essas subcategorias administrativas desaparecem.

Para entender o que aconteceu com as filantrópicas, é preciso um estudo mais aprofundado, até para saber quais efetivamente desapareceram por não corresponder às exigências legais da filantropia, como mostra o jornal “O Estado de São Paulo, “ do dia 27 de junho de 2003 na matéria intitulada “Universidades perdem status de filantrópicas” e quantas foram incorporadas na categoria de privadas, hoje, com o Prouni.

O gráfico 8, a seguir, também apresenta um comparativo do número de instituições de ensino superior, no Brasil, entre o ano de 2003 e o ano de 2017, segundo dados do Censo da Educação Superior- Inep, de 2003 e de 2017. Nele, as instituições de ensino superior são apresentadas separadamente, por categoria administrativa da IES. Além disso, ele mostra o total geral de IES em ambos os anos. Também nele, a categoria Privada, referente aos dados de 2003, é composta pelas categorias Privada, Comunitárias, Confessionais e Filantrópicas, a exemplo do gráfico anterior.

Pelos dados apresentados do gráfico 7, em 2003 o Brasil contava com 83 instituições de ensino superior federal. Em 2017 esse número passou para 109. O número de instituições de ensino superior estadual, em 2003, no Brasil, era 65; em 2017 esse número foi para 124. Entre as universidades públicas, a categoria que mais cresceu foi a estadual. O número instituições de ensino superior municipal era 59 e passou para 63. O número das instituições de ensino superior privado passou de 1.859 em 2003 para 2.448 em 2017.

GRÁFICO 8 – Comparativo entre o número de IES, no Brasil, por categoria administrativa

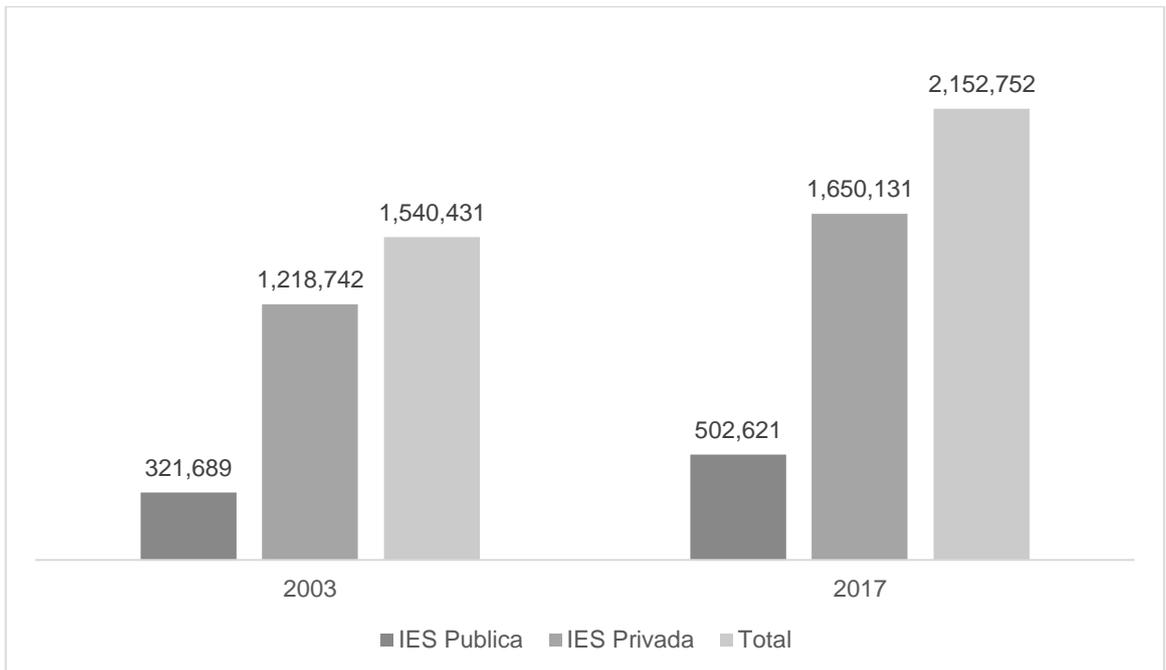


FONTE: Dados do Censo do Educação Superior de 2003 e de 2017- Inep. Planilha 1.1. Acesso em 07/05/2019 NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 8 possibilitam constatar que o número de instituição de ensino superior federal teve aumento de 31,32% do ano de 2003 para o ano de 2017. O número das instituições de ensino superior estadual teve um aumento de 90,76%. O número de instituições de ensino superior municipal, teve aumento de 7,54% e o número das instituições privadas teve aumento de 30,26%.

O gráfico 9 mostra um comparativo entre o número de estudantes que ingressaram no ensino superior, no Brasil, no ano de 2003, com o numero de estudantes que ingressaram no ensino superior no ano de 2017, considerando as categorias pública e privada, segundo dado do Censo da Educação Superior 2003 e 2017- Inep

GRÁFICO 9 - Comparativo do número de ingressos no ensino superior no Brasil 2003 - 2017

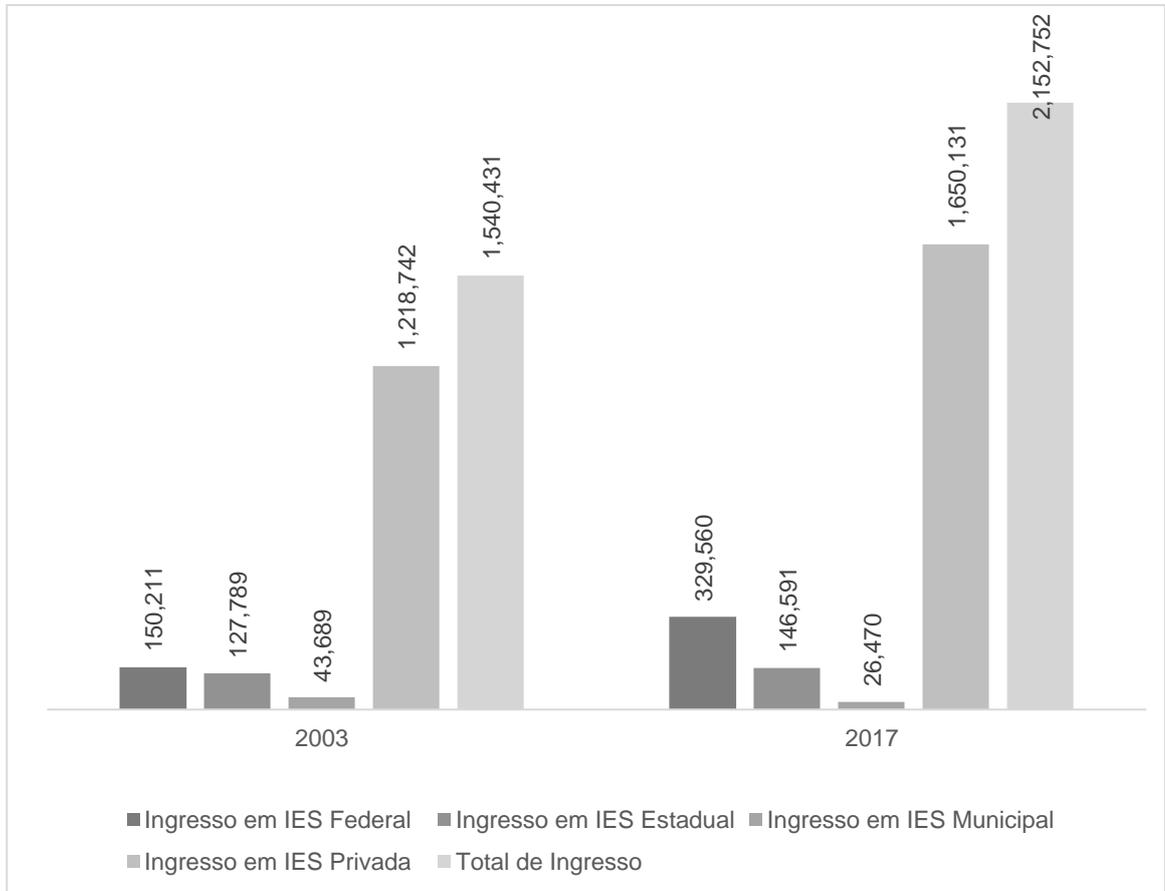


FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2003 e 2017- Inep. Planilha 4.1. Acesso em 06/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 9 possibilitam constatar que o número de estudantes do ensino superior que ingressaram nas instituições públicas, teve aumento de 56,24%. E que o número dos estudantes que ingressaram do ensino superior, nas instituições privadas, aumentou em 35,39%. O número total de estudantes que ingressaram no ensino superior, no Brasil, aumentou 129,72%.

Os dados do gráfico 10, a seguir, são um comparativo entre o número de estudantes que ingressaram no ensino superior no ano de 2003 e o número de estudantes que ingressaram no ensino superior no ano de 2017, por categoria administrativa da IES.

GRÁFICO 10 - Comparativo do número de ingressos por categoria administrativa da IES, anos 2003-2017



FONTE: Dados do Censo da Educação Superior – Inep -2003 e 2017. Planilhas 4.1. Acesso em 20/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico 10 apresenta um comparativo entre o número de estudantes que ingressaram no ensino superior, no Brasil, no ano de 2003 com o número dos que ingressaram em 2017, por categoria administrativa da IES. Constata-se, com esses dados, que o número de estudantes que ingressaram em instituição de ensino superior federal, no Brasil, teve aumento de 119.39%. O número de estudantes que ingressaram em instituição superior estadual cresceu 14.71%. O número de estudantes que ingressaram em instituição de ensino superior municipal, no Brasil, teve um decréscimo de 39.41%. O número de estudantes que ingressaram no ensino superior em instituições privadas teve um aumento de 7.12%.

A tabela 3 apresenta o número de bolsas de estudo que foram disponibilizadas pelo Prouni no ano de 2017.

TABELA 3 - Número de bolsas de estudo do Prouni ofertadas em 2017

	Integral	Parcial	Total
1º semestre	103.719	110.391	214.110
2º semestre	67.922	79.893	147.815
Total	171.641	190.284	361.925

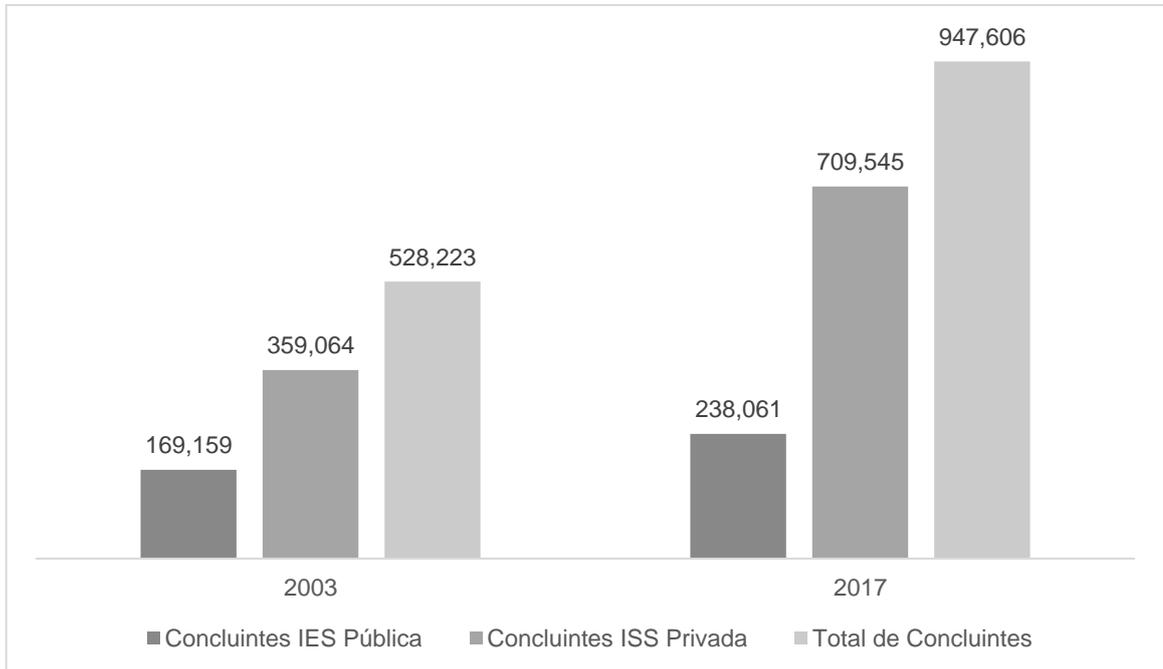
FONTE: Dados estatísticos do Prouni<sup>7</sup>. Acesso em 07/05/2019. NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Pelos dados apresentados na Tabela 3, a se considerar o número de estudantes que ingressaram nas instituições públicas, em 2017, 502.621, mais as 171,641 bolsas integrais do Prouni e se partir do pressuposto que todas as bolsas foram utilizadas no ano de 2017, chega-se ao total de 674.262 estudantes que ingressaram no ensino superior no Brasil sem custos de pagamento de mensalidades. Comparado com 2003, 321.689, período que não havia o Prouni, o aumento do número de estudantes que ingressaram no ensino superior, sem custos, foi de 109.60%.

O gráfico 11 faz um paralelo entre o número de estudantes que concluíram a educação superior em 2003 com o número de estudantes que concluíram a educação superior em 2017.

7 Para mais informações sobre os dados estatístico do Prouni ver: <http://prouniportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos>, consultado em 06/05/2019.

GRÁFICO 11- Comparativo do número de estudantes que concluíram curso superior, no Brasil, 2003-2017

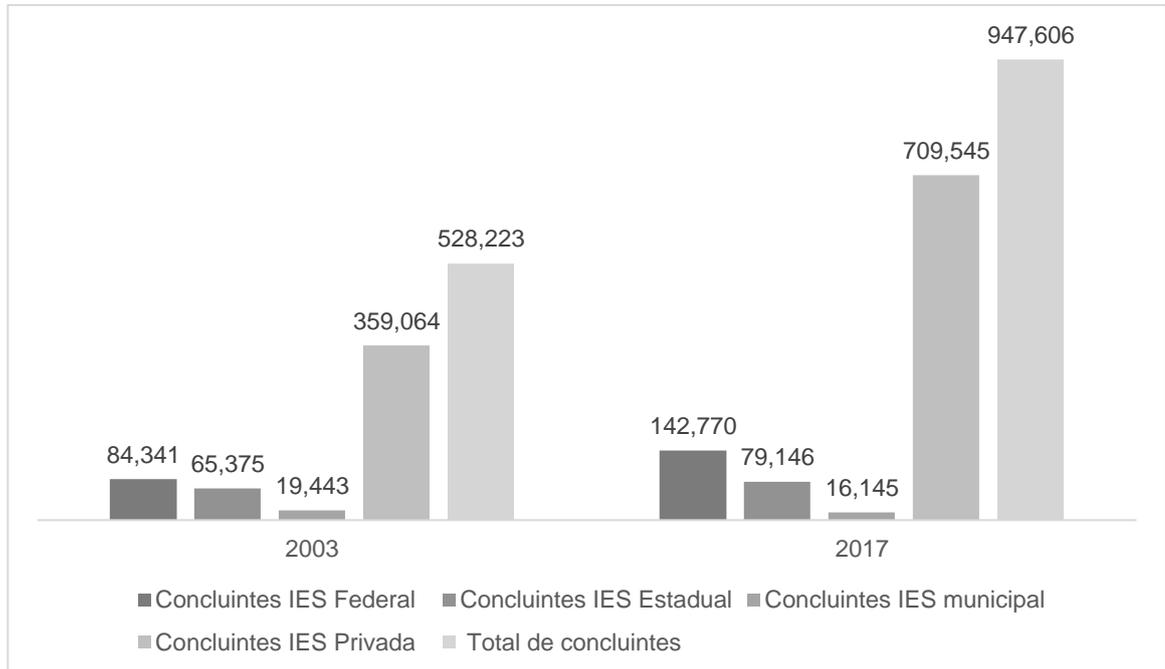


Fonte: Dados do Censo da Educação Superior 2003 e 2017- Inep. Planilha 6.1. Acesso 20/05/2019  
Nota: Gráfico elaborado pela autora.

Através dos dados do gráfico 11 é possível constatar que houve um aumento do número de estudantes que concluíram o curso superior em instituição pública, em 2003, e o número dos que concluíram o ensino superior, em 2017. Esse aumento percentualmente foi de 40.7%. Entre os que concluíram o ensino superior em instituição privada de ensino, nos o ano de 2003 a 2017, o percentual foi de 97.60%.

O gráfico 12 apresenta um comparativo entre número de estudantes que concluíram o ensino superior em 2003 com o número de estudantes que concluíram o ensino superior em 2017, por categoria administrativa da IES.

GRÁFICO 12 - Comparativo 2003-2017 – Concluintes de curso superior, no Brasil, por categoria administrativa da IES



FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2003 e 2017- Inep. Planilha 6.1. Acesso em 20/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 12 indicam que o número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição de ensino federal, teve um aumento de 69,27%, no comparativo entre 2003 e 2017. E, o número de estudantes que concluíram curso superior em instituição de ensino estadual teve aumento de 21,06%. E, ainda, que o número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição municipal teve uma redução de 16,96%. Enquanto que, o número de estudantes concluintes do ensino superior em instituição privada, teve um aumento maior, 79.39%.

Os dados dos gráficos 7, 8, 9, 10, 11, e 12 que mostram um comparativo dos dados da educação superior, no Brasil, entre o ano de 2003 e o ano de 2017, com relação ao número de instituições de ensino superior, número de estudantes que ingressaram no ensino superior e o número de estudantes que concluíram o ensino superior, possibilitam considerar que o número de instituição de ensino superior pública, no Brasil, entre o ano de 2003 e 2017, cresceu percentualmente mais que o número de instituições privadas. O número de instituições públicas cresceu 42,99%, de 207 passou para 296, enquanto que o número de instituições

de ensino superior privadas cresceu 30,26%, passando de 1.652 para 2.152. No entanto, como se pode perceber, a diferença entre a quantidade de instituições públicas de ensino superior e a quantidade de instituições privadas, no Brasil, ainda é muito grande.

A comparação realizada entre o número de instituição, número de estudantes que ingressam e número de estudantes que concluíram o ensino superior no período estudado, é importante e contribui com este estudo sobre o Prouni pois, revela elementos que possibilitam concluir que no período estudado houve investimento nas instituições públicas, mas houve também, o favorecimento para a expansão do ensino superior privado.

Embora, percentualmente o setor público tenha tido um crescimento maior, 42.99%, em termos de número de instituições de ensino, contra 30.26% das instituições de ensino superior privadas, a expansão do setor privado foi maior em número de vagas reais pois, a diferença do ponto de partida era muito grande. E, como o percentual de vagas oferecidos pelo Prouni em cada instituição é de 9% a 11% dependendo se a instituição é filantrópica ou não, a expansão foi muito maior para mercado educacional e não necessariamente para o público que necessita de vagas em instituições públicas ou em instituições privadas sem custo.

No período estudado houve o crescimento de 31% no número de instituições federais, portanto houve investimentos, nesse setor, porém, a categoria que mais cresceu foi a estadual que passou de 65 instituição de ensino superior em 2003 para 109 instituições de ensino superior em 2017, um crescimento de 90.76%. O número de instituições de ensino superior municipal, no Brasil, teve um crescimento de 7.54%, de 59 passou para 63 e o número de estudantes que ingressaram em instituições de ensino superior municipal também cresceu no Brasil, no período estudado, porém, o número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituições de ensino superior municipal diminuiu 16.96%.

Se somar-se o número de ingressos nas instituições de ensino superior públicas, no ano de 2017, mais o número de bolsas de estudo integrais disponibilizadas pelo Prouni, o resultado é de 674.262 estudantes que ingressaram em instituição de ensino superior de forma gratuita no país em 2017.

Se comparar esse número com o ano de 2003, em que não havia Prouni, o crescimento foi de 109.6%. Porém o número de estudantes que engrossaram os lucros das instituições de ensino privadas, no Brasil, no período estudado, embora, tenha crescido menos percentualmente, 35.39%, passou de 1.218.742 estudantes para 1.650.131. Essa é uma informação importante para o estudo sobre o Prouni, pois é possível perceber como o mercado educacional cresceu nesse período, impulsionado com o favorecimento da política educacional adotada no país.

O número de bolsas disponibilizadas pelo Prouni em 2017, soma quase um terço do total do número de estudantes que ingressaram no ensino superior em instituições, públicas, no país em 2017. Porém, ao fazer a mesma comparação com o número de estudantes que ingressaram no ensino superior privado a diferença é muito grande em favor da educação oferecida no mercado educacional.

Outro fator que chama a atenção no estudo sobre o Prouni é o maior número de bolsas de estudo disponibilizadas pelo programa na modalidade de bolsa parcial. Em 2017, por exemplo, foram disponibilizadas 171.641 bolsas de estudo integrais e 190.284 bolsas de estudo parciais, no Brasil. Na instituição de ensino onde foi realizado o survey (informações no próximo capítulo) 44.06% dos estudantes entrevistados eram beneficiários de bolsa de estudo integral e 55.93% dos estudantes entrevistados eram beneficiários da bolsa de estudo parcial do Prouni. Na bolsa parcial, os estudantes precisam bancar 50% do valor da mensalidade. Isto indica ampliação de lucro para o mercado educacional, pois os estudantes de baixa renda estimulados pelo programa ingressaram no ensino superior pagando um percentual de 50% da mensalidade.

O número de estudantes que concluíram o curso superior no Brasil em instituições de ensino privadas é mais que o triplo do número de estudantes que concluíram o curso superior em instituições públicas. Esse dado reforça o que já foi afirmado anteriormente sobre a expansão do mercado educacional no período estudado e sobre as vagas oferecidas pelo Prouni diante do total de vagas da instituição. Ou seja, os dados apontam que o Prouni favoreceu mais o mercado educacional do que atendeu às demandas da população de baixa renda.

O número de estudantes que concluíram o curso superior em instituição federal teve um crescimento de 69.27%, nas estaduais 21.06%, e, o nas municipais teve um decréscimo de 16.96%. Enquanto que no ensino superior privado o número cresceu 97.59%.

O estudo mostra que o Prouni contribuiu para a ampliação de vagas para acesso ao ensino superior, sem custos de mensalidades, para uma parcela pequena da população de baixa renda. Porém, sem o programa, essa parcela da população continuaria, provavelmente, excluída, mesmo que houvesse ampliado o número de vagas, pois o recorte de renda foi fundamental para garantir o acesso ao ensino superior para essa parcela da população.

O percentual entre o número de estudantes que concluíram o ensino superior em 2003 com o número de estudantes que concluíram o ensino superior em 2017, na iniciativa privada é de 79.39%, enquanto que o aumento do número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição pública foi de 40.73%. Portanto, a quantidade de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição de ensino privada, foi maior. Logo a comparação entre os dados de estudantes que concluíram o ensino superior no ano de 2003 com os dados do ano de 2017 aponta para a expansão do ensino superior, nesse período, pelo viés do ensino superior privado, mesmo tendo havido crescimento do setor público.

## 2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 2

No capítulo 2 foi apresentado um breve histórico do ensino superior no Brasil onde abordamos aspectos do contexto histórico, expansão e acesso. Fizemos um recorte especial para o período do governo Lula e Dilma e um comparativo com os dados do Censo da Educação Superior entre os anos de 2003 e 2017. O objetivo deste capítulo é o de buscar entender o contexto histórico brasileiro em que se deu o início do ensino superior e as transformações que foram ocorrendo ao longo do tempo, conforme o contexto social também foi sofrendo alterações.

Com o recorte para o governo Lula e Dilma, pretendia-se analisar de forma mais aprofundada este período por ser o período de implementação do Prouni,

objeto de estudo nesta dissertação. Com o comparativo dos dados do Censo da Educação Superior, buscou-se analisar os dados anteriores à existência do Prouni com os dados após 14 anos de governo do campo democrático e popular no Brasil.

No primeiro capítulo foi apresentado o referencial teórico sobre o papel da educação e do Estado. Este capítulo traz relação com o anterior no sentido que as informações teóricas do primeiro serviram de base para analisar, com olhar crítico, os dados do segundo; assim como este servirá para analisar os dados que serão apresentados nos próximos capítulos. A partir do referencial teórico torna-se possível concluir que apesar dos governos, do período estudado, serem pautados no campo democrático e popular, o Prouni se revela uma política pública que favorece a expansão do ensino superior privado, ou seja, o mercado educacional. E uma vez que o percentual de vagas oferecido pelo Prouni em cada instituição é de 9% a 11%, dependendo se a instituição é filantrópica ou não, a expansão foi muito maior para mercado educacional e não necessariamente para o público que necessita de vagas em instituições sem custo. Ainda, é possível concluir que apesar de o Prouni ter contribuído para que muitos filhos da classe trabalhadora tivessem acesso ao ensino superior, ele se revela uma proposta de inclusão social pelo viés da educação desvinculada de um projeto mais amplo de sociedade. Esse é um dos grandes problemas que essa política pública carrega consigo, pois não basta apenas ter uma formação superior para haja uma transformação social. Essa formação precisa estar ligada a um projeto mais amplo de sociedade.

Ao analisar as justificativas apresentadas na minuta do projeto de lei que instituiu o Prouni, é possível perceber que o programa teve sua origem vinculada com os interesses do mercado educacional e não vinculada a um projeto de nação. As justificativas fazem referência, de forma retórica, ao Plano Nacional de Educação, mas sem nenhuma referência a concepção de educação a ser ofertada. O apelo para atender aos interesses do mercado fica explícito em vários trechos das justificativas e principalmente quando cita que 37,5% das vagas nas vagas nas instituições de ensino superior privadas estão ociosas.

No capítulo a seguir focaremos no estudo sobre o ensino superior no Paraná,

um recorte, para entender melhor a região onde está situada a instituição de ensino superior que foi realizado o *survey*.

### CAPÍTULO 3 – PARANÁ: CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAL E ENSINO SUPERIOR

Durante o desenvolvimento da pesquisa, surgiu a necessidade de conhecimentos mais aprofundados sobre o Prouni e o ensino superior no Estado do Paraná. Principalmente sobre o número de instituições públicas e privadas, o número de estudantes que ingressaram no ensino superior público e privado e o número de estudantes que concluíram a graduação em instituições de ensino públicas e privadas. Para tanto, se fez necessário também caracterizar o Estado do Paraná e de modo especial a Região Centro Sul onde está situada a instituição de ensino superior em que foi aplicado o *survey*. Portanto, neste capítulo apresentaremos inicialmente algumas características do Estado do Paraná e alguns dados importantes sobre a Região Centro-Sul do Paraná, bem como alguns dados sobre o ensino superior no Estado.

#### 3.1 ESTADO DO PARANÁ- CONTEXTUALIZAÇÃO

O Paraná é um dos três estados brasileiros da Região Sul do Brasil. O quadro 1 mostra alguns dados do IBGE sobre o Paraná, que são importantes para situar o leitor com relação à situação do estado comparado com outros estados da federação.

QUADRO 1- Dados do IBGE sobre o Estado do Paraná

População o- Último Censo: 10.444,526	Comparado com outros Estados da Federação: 6º
IDH: 0,749	Comparado com outros Estados da Federação; 5º lugar
Pessoas com 16 anos ou mais ocupadas na semana de referência: 5.519	Comparação com outros Estados da Federação: 6º.
Proporção de pessoas de 16 anos ou mais em trabalho formal, considerando apenas os ocupados na semana se referência: 68.7%	Comparação com outros estados da Federação: 4º lugar.
Proporção de pessoas com 14 anos ou mais de idade ocupadas, considerando a semana de referência: 68.2%	Comparação com outros Estados da Federação 4º lugar.
Rendimento nominal mensal domiciliar per capita: R\$:1.607,00	Comparação com outros Estados da Federação: 6º lugar
Rendimento médio real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de	Comparação com outros Estados da Federação: 5º lugar.

idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais: R\$ 2.711	
---	--

FONTE: IBGE. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Ao observar no quadro 1 os indicadores de trabalho e rendimento constata-se que o Estado do Paraná está acima da média de muitos estados brasileiros, no entanto é um estado com muitas desigualdades sociais. De acordo com o estudo Síntese de Indicativo sociais (SIS) do IBGE publicado em novembro de 2019, em 2018, cerca de 305 mil pessoas viviam abaixo da linha de extrema da pobreza no Paraná, isso quer dizer que possuíam renda mensal inferior a R\$145,00 mensais. O documento mostra também que de 2013 para cá os números vêm crescendo. Em 2013, eram pouco mais de 163 mil pessoas vivendo nessa condição no estado. Teve um crescimento de 87,3% nos últimos cinco anos<sup>8</sup>.

Os municípios de Turvo e de Mato Rico foram considerados pelo relatório das Nações Unidas sobre os municípios brasileiros, publicado em 2013, como os municípios mais pobres do Paraná. Ambos ficam na Região Centro-Sul do estado.

No governo Lula foram criados 60 territórios da cidadania em todo o Brasil. Esse Programa tinha como estratégia o desenvolvimento regional e garantias de direitos sociais voltados às regiões pobres do país que mais necessitavam. Desses, dois foram criados no Paraná. Um deles, é composto por 20 municípios, dos quais 14 são da Região Centro-Sul, onde está situada a instituição de ensino superior em que foi aplicado o *survey*. São eles: Marquinho, Ibema, Diamante do Sul, Foz do Jordão, Virmond, Catanduvas, Rio Bonito do Iguaçu, Campo Bonito, Espigão Alto do Iguaçu, Candói, Cantagalo, Goioxim, Guaraniaçu, Laranjeiras do Sul, Nova Laranjeiras, Pinhão, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Porto Barreiro. Esse território contatava à época, com 20.528 agricultores familiares, 4.216 famílias assentadas, três comunidades quilombolas e duas terras indígenas.

<sup>8</sup> Para mais informações consultar: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>

### 3.2 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ

O Prouni é um programa que visa atender a um público específico. O estudo de campo busca avaliar em que medida o Programa faz chegar, ou não, até o público alvo, a possibilidade de ter uma formação superior que atenda aos seus anseios e realidades.

Neste sentido, se fez necessário um breve estudo sobre alguns aspetos da Região Centro-Sul do Paraná onde está situada a instituição de ensino superior que foi realizado o *survey*.

Portanto, serão apresentados, na sequência, o IDH dos municípios que compõem a Região Centro-Sul do Paraná e alguns dados do IBGE sobre a economia dos municípios que compõem a Região.

Segundo o IBGE, os municípios da Região Centro-Sul do Paraná, na sua maioria, têm um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), médios e baixo.

A tabela 4, a seguir, apresenta o IDH dos municípios que compõem a Região Centro-Sul, do Paraná, dados do IBGE, Censo 2010.

TABELA 4- IDH dos municípios da Região Centro-Sul do Paraná

Município	IDH- Censo 2010- IBGE
Laranjal	0,585
Palmital	0,639
Mato Rico	0,632
Pitanga	0,702
Santa Maria do Oeste	0,609
Boa Ventura do São Roque	0, 655
Foz do Jordão	0,645
Guarapuava	0,731
Virmond	0, 722
Porto Barreiro	0,688
Laranjeiras do Sul	0,706
Rio Bonito do Iguaçu	0, 629
Nova Laranjeiras	0,642
Espigão Alto do Iguaçu	0,636
Quedas do Iguaçu	0, 681

9 O índice varia de 0 até 1, sendo considerado: **Muito alto** – de 0,800 a 1,000, \* **alto** – de 0,700 a 0,799; **Médio** – de 0,600 a 0,699; **Baixo** – de 0,500 a 0,599; **Muito Baixo** – de 0,000 a 0,499

Marquinho	0,614
Reserva do Iguaçu	0,648
Campina do Simão	0,630
Turvo	0,672
Pinhão	0,654
Candói	0,635
Cantagalo	0,635
Goioxim	0,641
Inácio Martins	0,600

FONTE: IBGE 2016. NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Observa-se na tabela 4, acima, que consta o IDH de todos os municípios da Região Centro-Sul do Paraná que dos 24 municípios, quatro apresentam IDH alto, um município IDH baixo e os outros, médio. Portanto, a maioria dos municípios apresenta IDH médio. Além do IDH, outros indicadores do IBGE contribuem para mostrar as desigualdades sociais presentes na Região Centro-Sul do Paraná.

Na tabela 5 estão os dados do IBGE/2016 sobre a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total, percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo e salário médio mensal, dos trabalhadores formais - com base no salário mínimo nacional - dos municípios que compõem a Região Centro-Sul do Paraná<sup>10</sup>.

TABELA 5- Dados do IBGE-2017 sobre os municípios da Região Centro-Sul do Paraná

Município	Proporção de pessoas ocupadas em relação à população total	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salários mínimos	Salário médio mensal dos trabalhadores formais – salário mínimo nacional.
Boa Ventura do São Roque	15,0%	44,1%	2,4
Campina do Simão	13,9%	47,2%	1,9
Candói	14,7%	43,3%	2,2
Cantagalo	10,9%	39,7%	1,9
Espigão Alto do Iguaçu	14,0%	41,5%	2,0

10 Divisão geográfica segundo o Ipadres, consultado em 18 de maio de 2019 [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/relacao\\_mun\\_regiao\\_geografica\\_parana.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_regiao_geografica_parana.pdf)

Foz do Jordão	13,6%	41,5%	1,9
Goioxim	7,7%	47%	1,9
Inácio Martins	13,3%	40,9%	1,8
Laranjal	8,0%	48,6%	1,7
Laranjeiras do Sul	19,1%	35,8	2,0
Marquinho	9,1%	45,5%	2,0
Mato Rico	10,9%	47,2%	1,8
Nova Laranjeiras	7,8%	46,1%	2,2
Palmital	11,7%	41,2%	1,8
Pinhão	10,6%	44,6%	2,2
Pitanga	20,8%	39,6%	2,1
Guarapuava	26,11%	34,5%	2,7
Porto Barreiro	10,3%	42,6%	2,3
Quedas do Iguaçu	21,4%	38,8%	2,2
Reserva do Iguaçu	9,3%	44,5%	1,9
Rio Bonito do Iguaçu	10,1%	46,1%	2,0
Santa Maria do Oeste	8,7%	45,1%	2,1
Turvo	20,7%	40%	2,2
Virmond	15,6%	34,8%	1,9

FONTE: IBGE, 2017. Acesso em 08/01/2020, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/virmond/panorama>. NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Ao analisar a tabela 5, é possível constatar que as desigualdades sociais estão presentes em toda a Região Centro-Sul do Estado do Paraná. A maioria dos municípios tem uma proporção de pessoas ocupadas muito baixa. Vários municípios chegam a ter apenas 7% da população ocupada. O que tem maior população ocupada tem 25,9%. Grande parte dos municípios tem mais de 40% de pessoas com renda mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Os municípios que têm a média salarial mensal dos trabalhadores formais mais alta, ela chega a 2,6 salários mínimos.

Portanto, esses dados do IBGE sobre a Região Centro-Sul do Paraná indicam que essa é um Região do Brasil com muitas desigualdades sociais. Com relação a esses dados é importante considerar que é uma região formada por pequenas cidades, a maioria das pessoas vive da agricultura. E a região conta com três comunidades quilombolas e duas terras indígenas.

Ao analisar os dados do IBGE sobre o estado do Paraná com um recorte especial para a Região Centro-Sul do Estado, é possível constatar que apesar de ser um estado rico que tem indicadores de trabalho e rendimento superiores à média de muitos estados brasileiros, ele tem também muitas desigualdades sociais com regiões muito pobres. Na Região Centro-Sul, a maioria dos municípios tem IDH baixo e médio, só dois municípios têm alto IDH. No Paraná, em 2010 o IDH era de 0,749, segundo o IBGE, portanto, considerado alto. Porém, na Região centro-Sul, além do IDH, os indicadores do IBGE apontam para uma região com muitas desigualdades sociais. A proporção de pessoas ocupadas, por município, em relação população total do município, 6 municípios têm menos de 10% da população ocupada, 12 municípios têm entre 10% e 15% da população ocupada, 2 municípios têm entre 15% e 20% da população ocupada e 4 municípios têm entre 20% e 26% da população ocupada. Enquanto que em abril de 2017, o percentual de pessoas com idade de trabalhar, ocupadas, no Brasil era de 53,1% de acordo com dados do IBGE divulgados em 28/04/2017<sup>11</sup>. Portanto, os dados do IBGE mostram que a região Centro Sul do Paraná em 2017 estava em uma condição pior que a nacional.

Com relação ao percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, dos 24 municípios, 18 têm um percentual de pessoas com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo entre 40% e 48% da população e seis municípios têm entre 30% e 39.9% da população com renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

O salário médio mensal dos trabalhadores formais, com base no salário

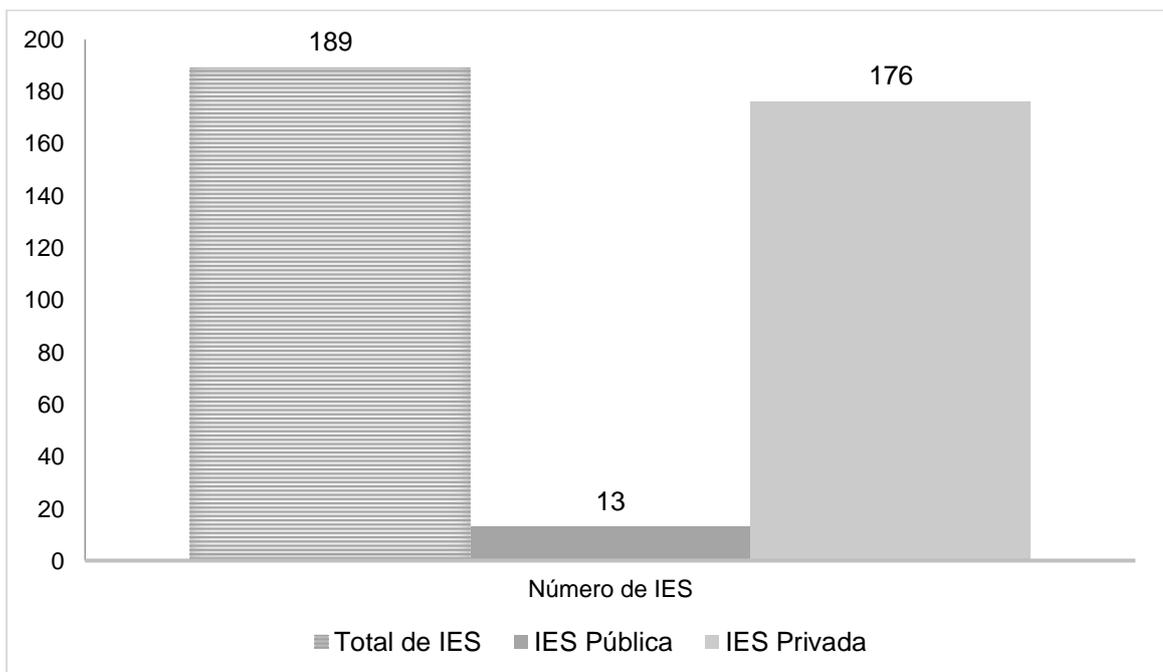
<sup>11</sup> <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-04/ibge-total-de-desempregados-cresce-e-atinge-142-milhoes>

mínimo nacional, é outro indicador de desigualdades na região pois, dos 24 municípios da Região Centro-Sul do Paraná, 10 são municípios com a média de até 1,9 salários mínimos e 14 municípios com a média salarial de 2 a 2,9 salários mínimos.

### 3.3 NÚMERO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR E VAGAS NO PARANÁ

O gráfico 13, a seguir, mostra o número de instituições de ensino superior no Paraná, segundo dados do Censo da Educação Superior 2017.

GRÁFICO 13 - Número de IES no Estado do Paraná-2017

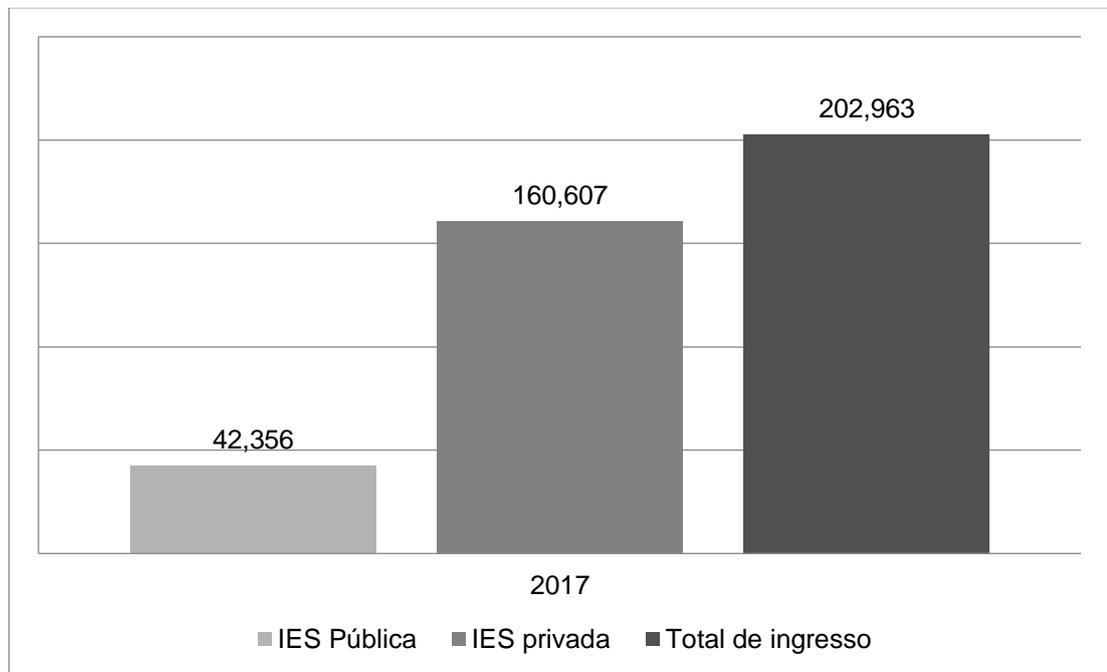


FONTE: Dados do Censo do Ensino Superior- 2017- Inep. Planilha: 1.1. Acesso em 06/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

De acordo com os dados do Censo da Educação Superior do Inep-2017, o Estado do Paraná conta com 189 instituições de ensino superior, das quais 13 são públicas e 176 são privadas. Ainda que cada universidade pública conte com vários campi, é muito menor o número de instituições públicas. Os dados chamam muito a atenção, pois apenas 6,87% das instituições de ensino superior no Paraná são públicas e 93,21% são da iniciativa privada.

O gráfico 14 mostra o número de estudantes que ingressaram no curso superior, no Paraná, no ano de 2017, segundo dados do Censo da Educação Superior de 2017.

GRÁFICO 14 – Número de ingressos no ensino superior no Paraná-2017

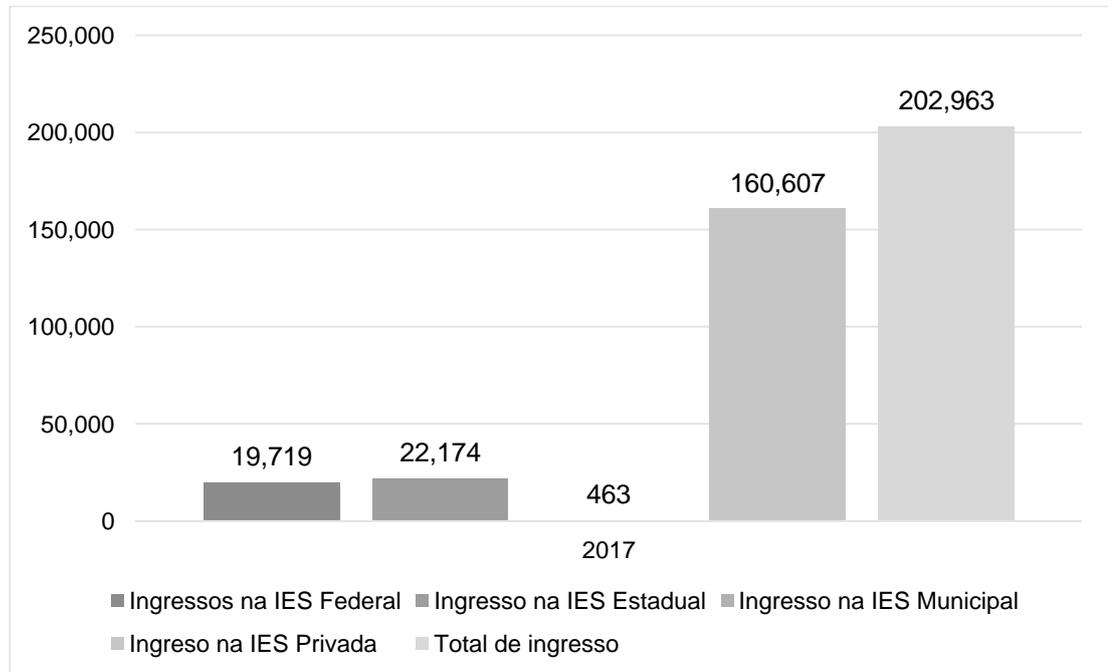


FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2017/-Inep. Planilha: 1.5. Acesso em 06/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

As informações contidas no gráfico anterior complementam as informações do gráfico 12. Observando os dados é possível constatar que dos 202.963 estudantes que ingressaram em curso superior, no Paraná, no ano de 2017, 20,87% ingressaram nas instituições públicas e 79,13% ingressaram em instituições de ensino superior privadas. Portanto, os dados apontam que apesar das universidades públicas corresponderem somente a 6,8% do total das universidades no Estado, elas atendem 20.87% dos estudantes. Mesmo não sendo superiores ao número de vagas, no comparativo com as privadas, as públicas oferecem um número considerável de vagas, o que pode indicar que elas operam no limite de suas possibilidades e só não atendem mais estudantes por falta de um número maior de universidades. Também se exclui a possibilidade de interpretação de que as instituições públicas, mesmo sendo minoria poderiam atender mais estudantes, tendo em vista que cada universidade conta com vários campi.

O gráfico 15, a seguir, apresenta o número de estudantes que ingressaram no ensino superior no Paraná no ano de 2017, por categoria admirativa da IES.

GRÁFICO 15 - Número de ingresso no ensino superior, no Paraná, por categoria administrativa da IES - 2017

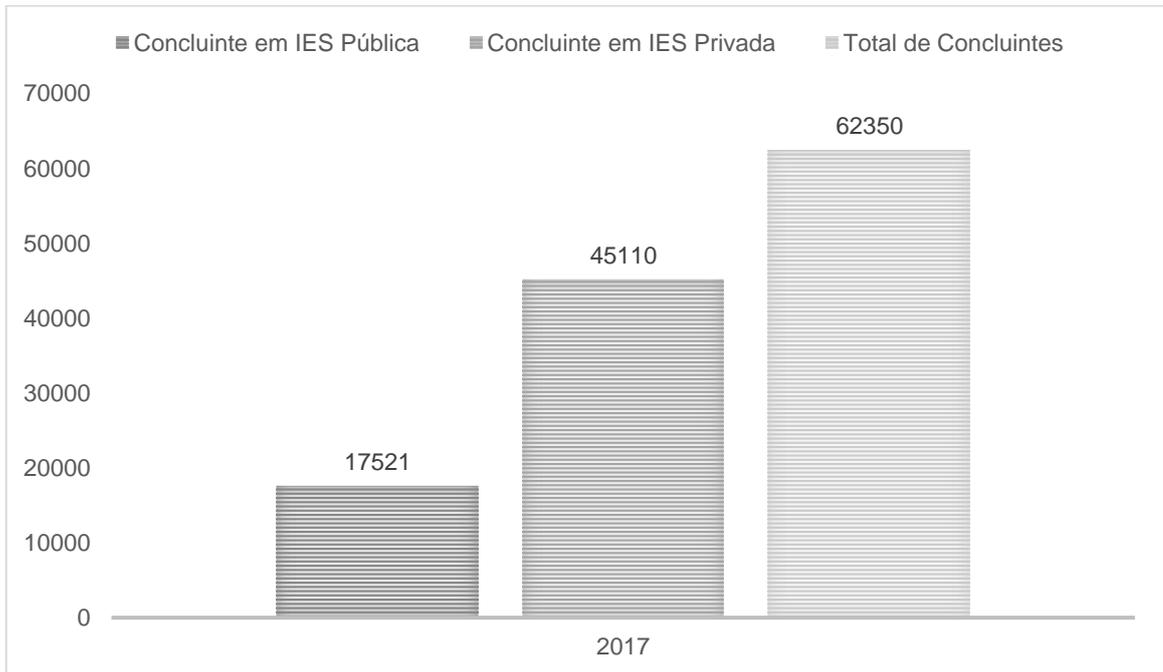


FONTE: Dados do Censo do Educação Superior 2017-Inep. Planilha: 1.5. Acesso em 05/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

O gráfico 15 possibilita constatar o número de estudantes que ingressaram em curso superior, no Paraná, em 2017, por categoria administrativa da IES. Vê-se, nesse gráfico, que dos 202.963 estudantes que ingressaram no ensino superior, no Paraná, no ano de 2017, 9,71% ingressaram em instituições federais, 10,92% em instituições estaduais, 0,22% em instituições municipais e 79,13% em instituições privadas. Os dados expressam a necessidade de mais instituições de ensino superior públicas, no Estado do Paraná e que o resultado do *survey*, que será apresentado no próximo capítulo, também demonstra.

O gráfico 16 traz elementos importantes para continuar a linha de investigação, por apresentar os dados dos estudantes que concluíram o curso superior em 2017 no Estado do Paraná.

GRÁFICO 16- Número de estudantes que concluíram curso superior, no Paraná – 2017

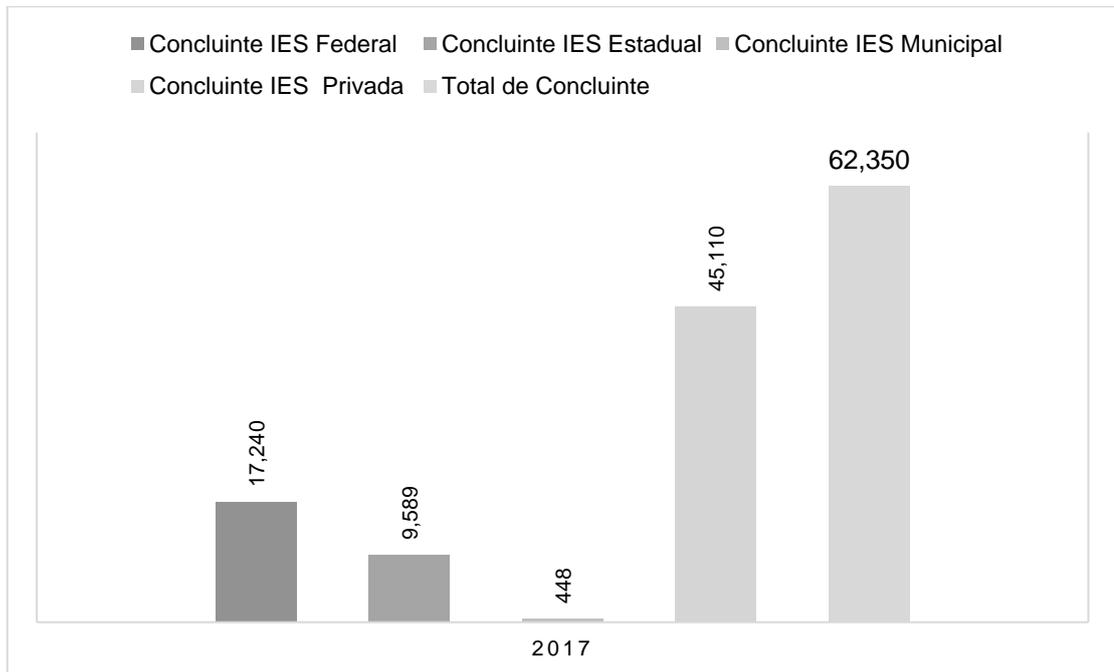


FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2017-Inep. Planilha: 6.1. Acesso em 06/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Os dados anteriores indicam que dos 62.350 estudantes que concluíram o curso superior no Paraná, em 2017, 72% deles estudaram em instituições privadas e apenas 28% nas instituições públicas. Aponta-se para a necessidade de mais vagas pelo Prouni, na região, tendo em vista a ausência de universidades públicas.

O gráfico 17 apresenta o número de estudantes que concluíram o ensino superior, no Paraná, no ano 2017, por categoria de administração das IES.

GRÁFICO 17- Total de estudantes que concluíram a educação superior, no Paraná, por categoria administrativa da IES



FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2017- Inep. Planilha 6.1. Acesso em: 06/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 17 indicam que do total de estudantes que concluíram o curso superior, no Paraná, no ano de 2017, 11,87% fizeram em instituições federais. Concluíram o curso em instituições de ensino superior estadual, 15,37%, em instituições de ensino superior municipais 0,71% e 72% em instituições de ensino superior privadas.

Este breve estudo sobre o número de instituições de ensino superior no Paraná, sobre o número de estudantes que ingressam em curso superior no Estado e sobre o número de estudantes que concluem o curso superior indica que o Estado do Paraná conta com poucas instituições públicas de ensino superior, apenas 6,87% diante de 93,21% de instituições privadas de ensino superior. A ausência de instituições de ensino superior públicas e a insuficiência de bolsas do Prouni levam os estudantes de baixa renda a não cursarem a universidade ou a optarem por financiamento para conseguir fazer um curso superior, como veremos na sequência. Em 2017, por exemplo, do total de estudantes que ingressaram no ensino superior no Estado do Paraná, 20,87% ingressaram em instituições públicas e 79,13% em instituições privadas, conforme dados do Censo da Educação Superior, apresentados no gráfico 14, quanto ao percentual de

estudantes que concluíram o ensino superior no ano de 2017, 28% concluíram em instituições de ensino superior públicas e 72% nas instituições de ensino superior privadas.

Portanto, os dados dos gráficos 13, 14, 15,16, e 17 se complementam entre si e indicam que o ensino superior, no Estado do Paraná, se dá, na sua maioria, em instituições de ensino superior privadas, com uma diferença muito grande entre os números do ensino superior público com os números do ensino superior privado, como mostram os dados do ano de 2017, tanto do número de instituições de ensino superior, como de número de estudantes que ingressaram no ensino superior e de estudantes que concluíram o curso superior.

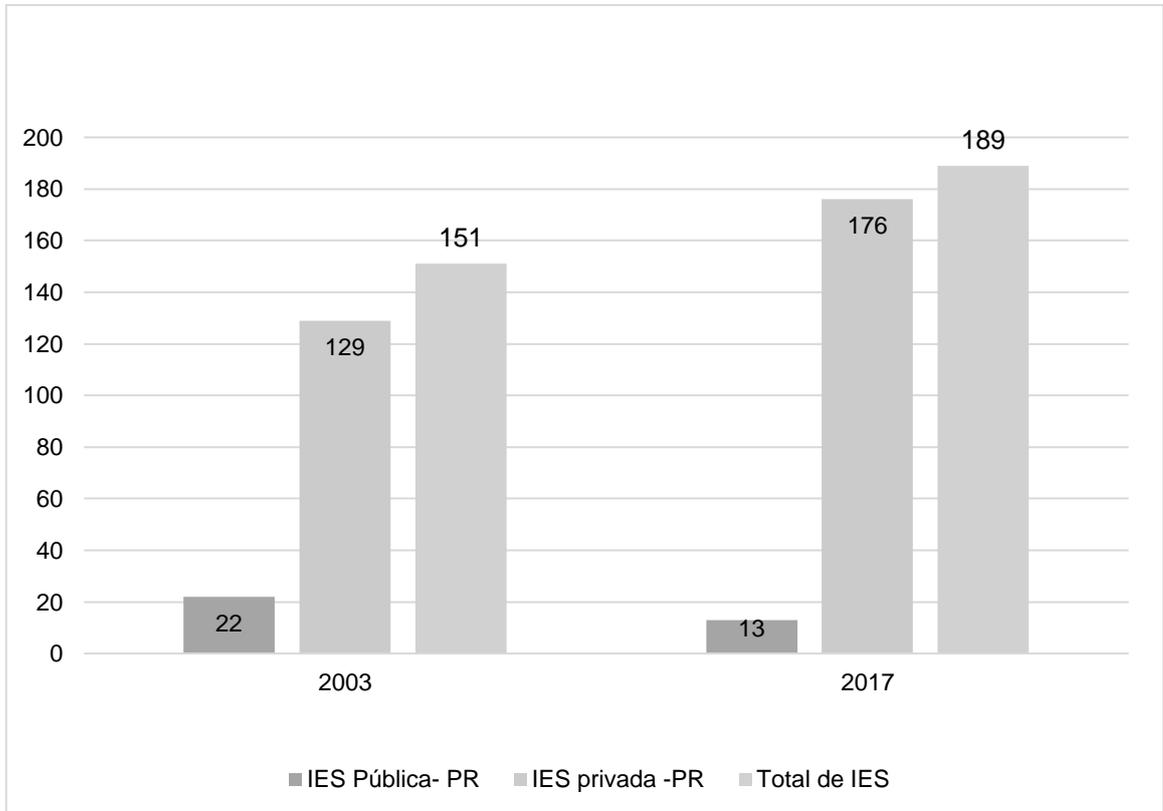
#### 3.4 COMPARATIVO DE DADOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PARANÁ ENTRE O ANO DE 2003 E O ANO DE 2017

A exemplo do estudo apresentado no capítulo anterior sobre o comparativo dos dados do ensino superior no Brasil nos governos Lula e Dilma, faremos também aqui o comparativo entre os dados do ensino superior referentes ao Estado do Paraná no mesmo período.

No estudo apresentado a seguir sobre dados da educação superior no Paraná entre o ano de 2003 e o ano 2017, será feito o comparativo entre o número de instituições de ensino superior públicas e privadas, o número de estudantes que ingressaram nesses dois anos em instituições públicas e privadas e o número de estudantes que concluíram nesses dois anos o ensino superior em instituições de ensino superior públicas e privadas.

Os dados do gráfico18 são um comparativo do número de instituições de ensino superior, no Paraná, entre o ano de 2003 e o ano de 2017.

GRÁFICO 18 – Comparativo do número de IES, no Paraná, entre o ano de 2003 e o ano de 2017



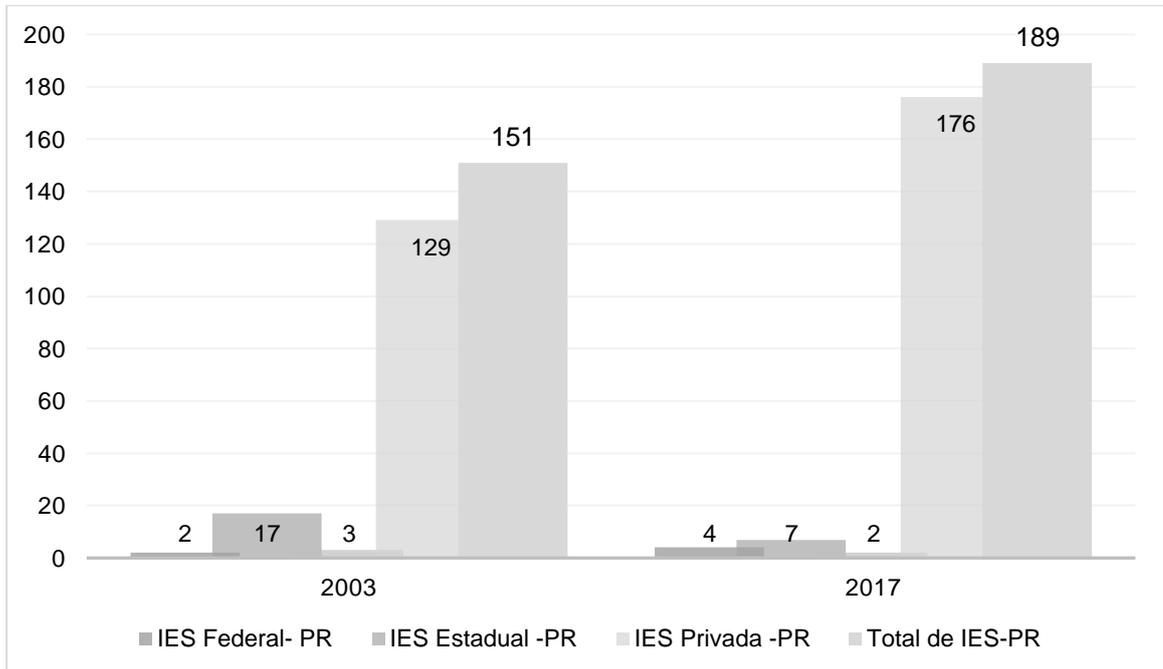
FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2003 e 2017- Inep. Planilha1.1. Acesso em 19/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 18 mostram que no Paraná o número de instituições de ensino superior público é muito reduzido e, que, em 2003, o Estado contava com mais instituições públicas de ensino superior do que conta atualmente. E, ainda, que enquanto as instituições públicas sofreram redução, de 40,9%, nesse período, as instituições privadas de ensino superior, no Paraná, tiveram um crescimento de 36,44%. De 129 instituições privadas em 2003, passou para 176 em 2017. Já as instituições de ensino superior públicas de 22 foram reduzidas para 13.

Em 2017, segundo dados do Censo da Educação Superior, 202.963 estudantes ingressaram no ensino superior no Paraná e desses 42.356 em uma instituição de ensino superior pública e 160.607 em instituições privadas. Nota-se que mais de dois terços dos estudantes do ensino superior no Paraná estudam em instituições privadas de ensino superior.

O gráfico 19 apresenta um comparativo do número de IES no Estado do Paraná, entre o ano de 2003 e o ano de 2017, por categoria administrativa da IES.

GRÁFICO 19- Comparativo de número de IES, no Paraná, por categoria administrativa 2003-2017



FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2003 e 2017 Inep. Planilha 1.1 Acesso em:19/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 19 são um comparativo do número de instituições do ensino superior no Paraná, entre o ano de 2003 e o ano de 2017, por categoria administrativa da IES. Eles revelam que no Estado do Paraná o número de instituições do ensino superior público teve uma redução de 40,9% mesmo que as instituições de ensino superior federais tiveram um crescimento de 100%. Essa redução se deu, principalmente, nas instituições de ensino superior estaduais, que de 17 instituições passaram para 7, uma redução de 58,82%.

As instituições de ensino superior municipais também tiveram uma redução, nesse período. A redução foi de 33,33%.

Os dados do gráfico 18 acrescentam informações ao que já havia sido destacado anteriormente, ao apresentar um comparativo com o ano de 2003, do número de IES por categoria administrativa. Nesse comparativo constata-se que no período predominou a lógica da expansão do ensino superior pelo viés privado como já vinha acontecendo nos anos anteriores a 2003. Apesar de que entre os anos de 2003 a 2017 terem sido criadas três instituições de ensino superior federal

e dois campi da Universidade Federal da Fronteira Sul - esta última é uma universidade regional, sua sede é em Chapecó, Santa Catarina<sup>12</sup>- e, terem sido criados, também, vários campi das instituições de ensino superior federal e, ainda, várias faculdades isoladas foram reunidas em universidades estaduais, mesmo assim o Estado do Paraná chegou em 2017 com 93,21% das instituições de ensino superior privadas. O Paraná conta atualmente com 58,82% menos instituições de ensino superior estaduais, comparado com o ano de 2003.

As instituições de ensino superiores federais criadas no Paraná no período, foram: UTFPR (antigo Cefet) presente em 14 municípios do Estado, Unila (Universidade de Integração Latino Americana) em Foz do Iguaçu, Universidade da Fronteira Sul, com um Campus em Realeza e outro em Laranjeiras do Sul e, o IFPR (Instituto Federal de Educação do Paraná) presente em 25 municípios do Estado.

Com relação às instituições de ensino superiores estaduais que de 17 em 2003 passaram para 7 em 2017, é preciso registrar que não houve o fechamento de instituições, o que ocorreu foi a unificação de 7 instituições que se transformaram na Universidade Estadual do Paraná (Unespar) com sede em Paranavaí<sup>13</sup>. E outras cinco instituições de ensino superior também foram integradas e formaram a Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)<sup>14</sup>., o que implicou na redução do número total destas instituições, como mostram os dados do Inep apresentados nos gráficos. Mais adiante, ao apresentar o número

12 A Universidade Federal da Fronteira Sul, nos dados do Censo da Educação Superior - Inep 2017, não é computada como sendo do Paraná, pois a sede dela é em Chapecó, Santa Catarina. Ela é uma universidade regional e conta com dois Campi, no Paraná, um campus na cidade de Realeza e outro na cidade de Laranjeiras do Sul. Nesta parte, da dissertação optou-se por citar essa universidade, tendo em vista que ela tem dois Campi no Paraná. Porém, nos gráficos e nos dados de percentuais ela não está computada.

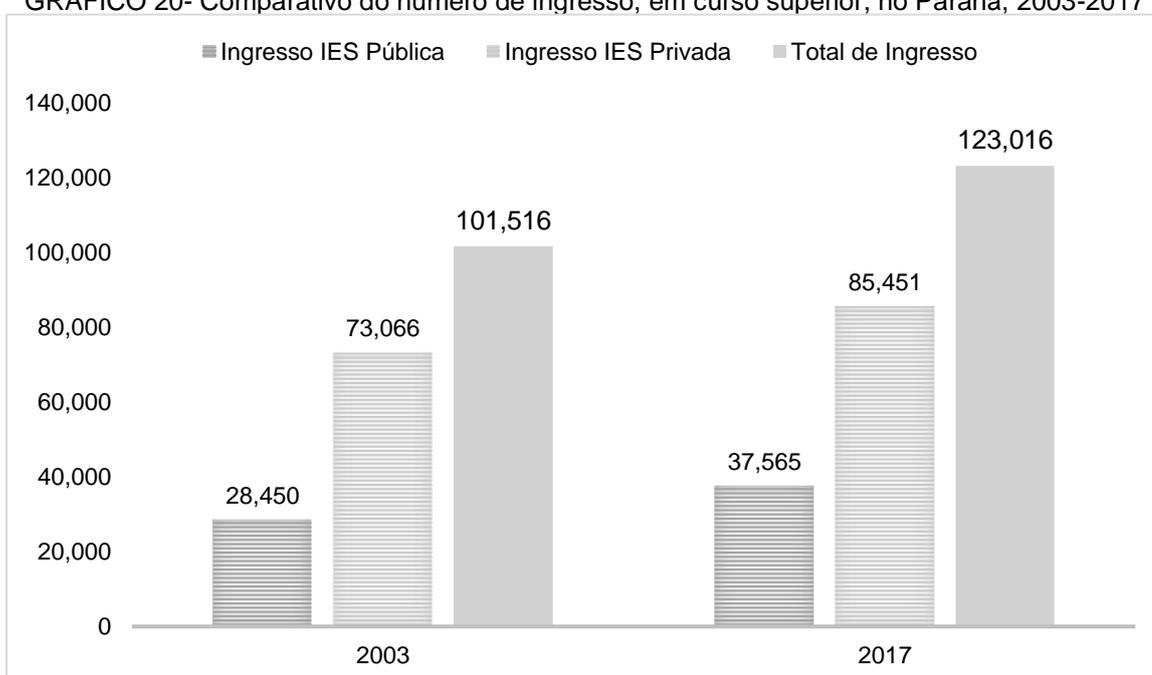
13 As informações sobre a unificação e estadualização das faculdades que resultaram na criação da Unespar podem ser conferidas no parecer do Conselho Estadual de Educação do Paraná que aprovou a unificação e estadualização disponível em:[http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres\\_2013/CES/pa\\_ces\\_56\\_13.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2013/CES/pa_ces_56_13.pdf)

14 As informações sobre a integração das faculdades que resultou na universidade Estadual do Norte do Paraná podem ser conferidas na página do jornal oficial da Assembleia Legislativa onde consta o relato das leis aprovadas no dia 11/09/2006. Disponível em:<http://www.assembleia.pr.leg.br/divulgacao/noticias/assembleia-aprova-criacao-da-universidade-estadual-do-norte-do-parana-1>

de estudantes que ingressaram em ensino superior no Estado do Paraná e o número de estudantes que concluíram o ensino superior no período estudado será possível complementar a análise sobre a unificação ou integração dessas instituições de ensino superior estaduais.

O gráfico 20 faz um comparativo entre o número de estudantes que ingressaram no ensino superior no ano de 2003 com o número de estudantes que ingressaram no ensino superior em 2017, em instituições públicas e privadas, no Paraná.

GRÁFICO 20- Comparativo do número de ingresso, em curso superior, no Paraná, 2003-2017



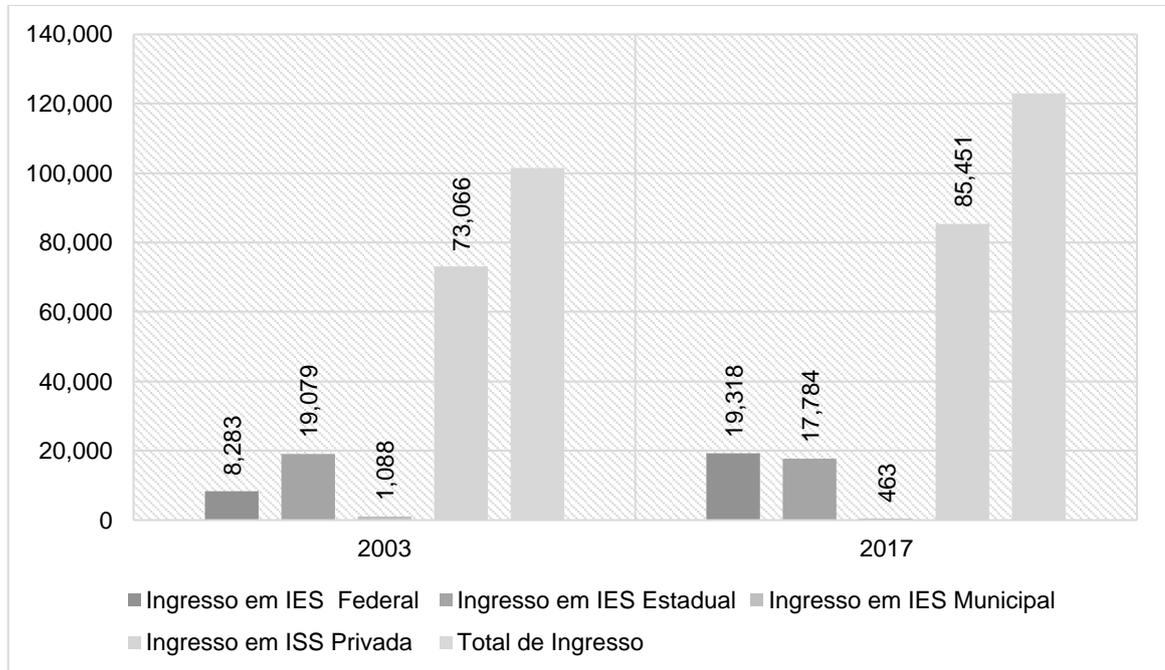
FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2003 e 2017, planilha. 4,1. Acesso em 20/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 20 mostram que no setor público o número de estudantes que ingressaram em curso superior no Paraná teve um aumento de 32.03% e o número dos que ingressaram em curso superior em instituições privadas teve um aumento de 16.95%. Segundo os dados do gráfico 20, o número total de estudantes que ingressaram em curso superior no Paraná teve um aumento de 21.17%.

O gráfico 21 possibilita aprofundar a análise, pois apresenta um comparativo entre o número de estudantes que ingressaram no ensino superior, no Paraná,

entre o ano de 2003 e o ano de 2017, por categoria administrativa das IES.

GRÁFICO 21 - Comparativo do número de estudantes que ingressaram no ensino superior, no Paraná, por categoria administrativa da IES 2003 - 2017



FONTE: Dados do Censo da Educação Superior- Inep. Planilha 4.1. 2003 e 2017. Acesso em 20/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Pelo gráfico 21 constata-se que no número de estudantes que ingressaram no ensino superior, em instituição federal, no Paraná, entre os dois anos analisados houve um aumento de 133.22%. E, entre os que ingressaram em instituição de ensino superior estadual houve um decréscimo de 6.78%.

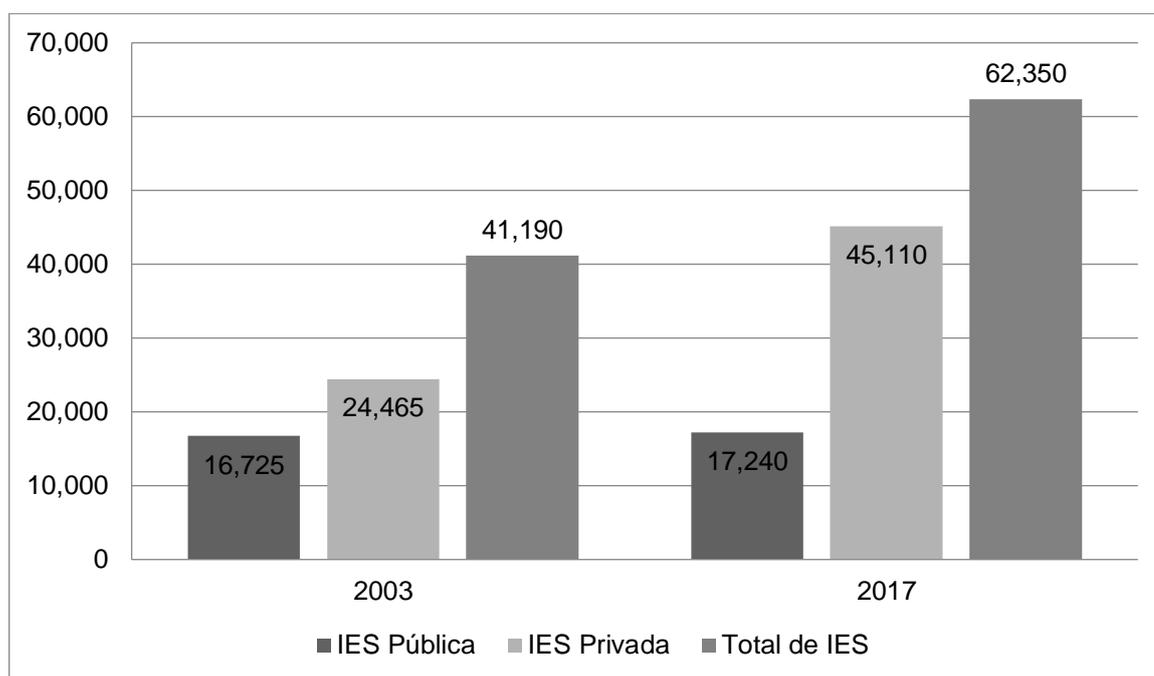
Nota-se que houve uma redução de 58.82% no número de instituições de ensino superiores estaduais, conforme apresentado no gráfico 18. No entanto, a redução no número de estudantes que ingressaram em instituição de ensino superior estadual foi de apenas 6.78%. Isto se justifica porque não houve o fechamento do espaço físico das instituições e sim a integração de algumas faculdades que se transformaram em universidades estaduais.

Na comparação, verifica-se também que, entre o número de estudantes que ingressaram em instituições municipais houve um decréscimo de 57.44%. E ainda que entre o número de estudantes que ingressaram em instituições de ensino superior privadas houve um aumento de 14.49%, e que do total geral do número

de estudantes que ingressaram no ensino superior entre o ano de 2003 e o ano de 2017 o aumento foi de 17.47%.

O gráfico 22, a seguir, apresenta um comparativo do número de estudantes que concluíram o ensino superior, no Estado do Paraná, no ano de 2003 com o número de estudantes que concluíram o curso superior no ano de 2017.

GRÁFICO 22 – Comparativo do número de estudantes que concluíram o ensino superior no Paraná, anos 2003- 2017.

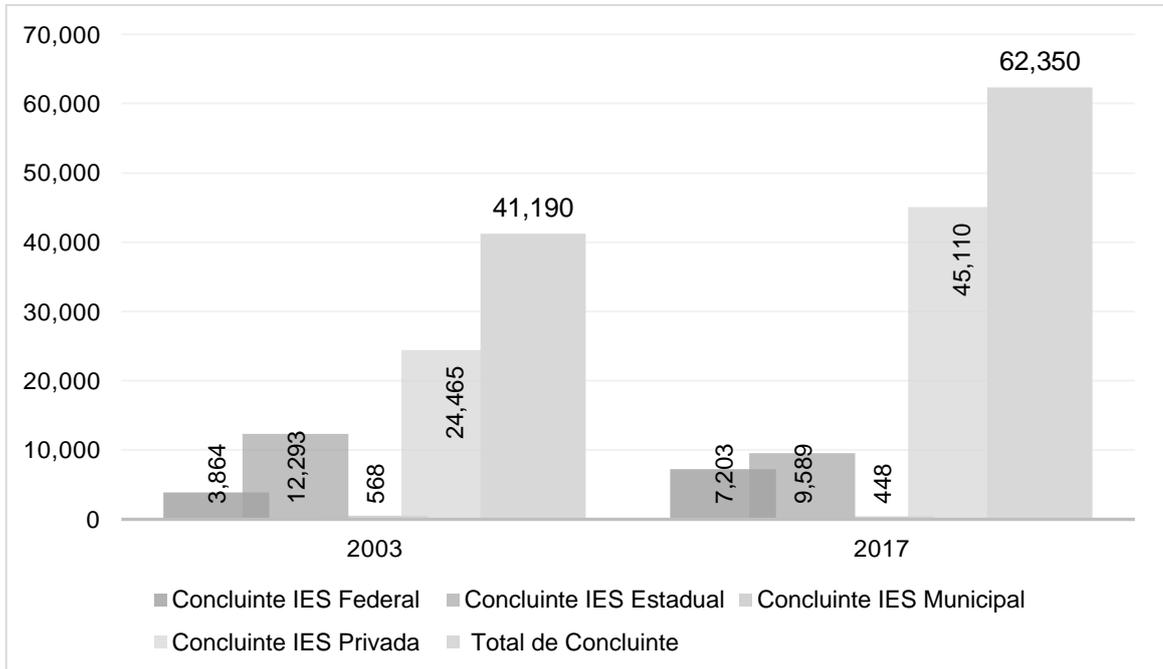


FONTE: Dados do Censo da Educação Superior – Inep. Planilha 6.1. Acesso em 20/05/2019.  
NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

Segundo os dados do gráfico 22, o número de estudantes que concluíram o ensino superior no Paraná em instituição de ensino superior pública teve nesse período um aumento de 3,07%. E o número de estudantes que concluíram o curso superior em instituição de ensino superior privada teve um aumento de 84,38%. No número total de estudantes que concluíram o ensino superior, na comparação entre 2003 e 2017, o aumento foi de 51,49%.

O gráfico 23 apresenta também um comparativo do número de estudantes que concluíram o curso superior no ano de 2003 com o número de estudantes que concluíram o curso superior no ano de 2017, porém, acrescido do detalhamento por categoria administrativa da IES.

GRÁFICO 23 – Comparativo do número de estudantes que concluíram ensino superior, no Paraná, por categoria administrativa da IES 2003- 2017



FONTE: Dados do Censo da Educação Superior 2003 e 2017- Inep. Planilha 6.1. Acesso em 20/05/2019. NOTA: Gráfico elaborado pela autora.

No gráfico 23 é possível verificar que o número de estudantes que concluíram o curso superior no ano de 2003 e o número de estudantes que concluíram em 2017, em instituições federais, no Paraná, teve um aumento de 86.41%. O número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição estadual no Paraná teve uma redução de 21.99%. E o número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição municipal teve uma redução de 26.78%. No período o número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituições privadas no Paraná teve um aumento de 184.38%.

No comparativo dos dados da educação superior, no Paraná, entre o ano de 2003 e o ano de 2017, com relação ao número de instituição de ensino superior, o número de estudantes que ingressaram no ensino superior e o número de estudantes que concluíram o ensino superior indicam que com relação ao número de instituições de ensino superior, no ano de 2003 o Estado do Paraná contava com um número maior de instituições de ensino superior públicas, do que conta atualmente. De 22 passaram para 13, reduziu em 40.9% enquanto que o número de instituição de ensino superior privada aumentou, passou de 129 para 176, o

que equivale a um aumento de 36.5%. A diminuição no número de instituições de ensino superior pública se deu porque houve a integração de várias faculdades isoladas na constituição de duas universidades estaduais, a Unespar e a Uenp.

O estudo mostra que, mesmo considerando a integração de algumas faculdades isoladas em duas universidades estaduais, a lógica da expansão do ensino superior pelo viés privado foi acentuada, pois em 2003 o percentual de instituições de ensino superior que estavam nas mãos da iniciativa privada era de 85.43%, e em 2017 o percentual passou para 93.12%.

No comparativo entre o ano de 2003 e o ano de 2017, referente ao número de estudantes que ingressaram no ensino superior estadual e o número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição estadual, constata-se que houve diminuição, ainda que a unificação ou integração das faculdades em universidades não tenha significado fechamento do espaço físico nas instituições de ensino. No número de ingressos a redução foi de 6.78% e no número de concluintes a redução foi de 21.99%.

No comparativo entre o ano de 2003 e o ano de 2017 houve redução de 21.99% no percentual de estudantes que concluíram o ensino superior no Paraná, enquanto que a redução no percentual de instituição de ensino superior foi de 58.82%. Portanto, a redução no percentual de estudantes que concluíram o ensino superior foi menor que o percentual de redução das IES. Isto se justifica, entre outras razões, por que não houve o fechamento dos espaços físicos e sim a integração e unificação das instituições de ensino superior.

Com relação às instituições de ensino superior federais no Estado do Paraná, no comparativo elas apresentaram um aumento de 100% em número de instituição, o número de estudantes que ingressaram cresceu 133,22%, e o número de estudantes que concluíram o ensino superior cresceu 86,41%, no período estudado. Porém, como o número de instituições públicas era muito pequeno, por mais que o crescimento seja significativo percentualmente falando, na prática não atingiu muitos estudantes como pode parecer se levar-se em consideração só o percentual.

Já o número de instituições de ensino superior privadas teve, no período

estudado, um crescimento percentual menor do que as universidades federais, 36.44%, de 129 passou para 176. O percentual de estudantes que ingressaram no ensino superior privado cresceu 14,49%, também um percentual menor do que o percentual de estudantes que ingressaram no ensino superior federal. Porém, como era um número muito maior, na prática atingiu muito mais estudantes que as universidades federais no Estado do Paraná, que percentualmente cresceram muito mais.

As instituições de ensino superior estaduais no Paraná sofreram uma redução de 58.82%, de 17 passaram para 7. Embora essa diminuição tenha sido resultado da integração de várias faculdades na constituição de duas universidades estaduais. Portanto, os espaços físicos se mantiveram os mesmos, isso não refletiu no número de estudantes que ingressaram no ensino superior em instituições de ensino superior estaduais e nem nos números de estudantes que concluíram o ensino superior, que sofreram uma redução de 6.78% no número de ingresso e 21.99% no número de concluintes, no comparativo entre os anos de 2003 e 2017.

As instituições de ensino superior municipais tiveram uma redução de 33,33%, de 3 passaram para 2. A redução no número de estudantes que ingressaram no ensino superior municipal foi de 57.44% e o decréscimo no número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição de ensino superior municipal foi de 26.78%.

O estudo revelou também que o número de instituições de ensino superior público no Estado do Paraná, no período entre 2003 e 2017, não acompanhou os dados sobre o ensino superior público no Brasil. No Estado do Paraná houve diminuição do número de instituições de ensino superior público. Ainda que se considere, para o número de vagas, o fato da integração de algumas instituições na constituição de duas universidades estaduais. A categoria municipal no Brasil cresceu pouco, mas cresceu. No Estado do Paraná, diminuiu. A categoria estadual também diminuiu.

A redução no número de instituição de ensino superior no Paraná e a redução no número de estudantes que ingressaram no ensino superior e a redução no número de estudantes que concluíram o ensino superior, em

instituições de ensino superior estadual no Paraná mostram que no Estado do Paraná a educação pública de nível superior, no período estudado, não foi valorizada, contrastando com o aumento de instituições privadas de 36.43%. Neste ponto da análise é importante considerar que o Paraná teve a partir de 2010 um governo ideologicamente afinado com o ideário dos que pregam o estado mínimo para as políticas públicas, voltadas para a classe trabalhadora. Para saber até que ponto isso contribuiu para que o Estado se encontrasse atualmente com esse resultado diferenciado é preciso um estudo específico com essa finalidade.

### 3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 3.

Neste capítulo foi apresentado um estudo sobre o ensino superior no Paraná. Primeiramente apresentou-se um estudo sobre o Estado do Paraná e mais especificadamente sobre a Região Centro-Sul do Paraná onde está situada a instituição de ensino superior que foi realizado o *survey*. O objetivo que se tinha com essa parte é o de entender em que contexto social regional os beneficiários do Prouni que participaram do *survey* estão inseridos. Com ele foi possível constatar que a Região é formada por municípios com IDH médios e que há muitas desigualdades sociais na região.

Com o estudo sobre os dados do Censo da Educação Superior referentes ao Estado do Paraná no ano de 2017 constatou-se que no Estado do Paraná a maioria do ensino superior ocorre em instituições privadas, mesmo nas regiões mais pobres.

No comparativo entre o ano de 2003 e 2017 constatou-se que em 2003 havia mais instituições de ensino superior pública no Paraná do que em 2017. E que isso se deve pelo fato de que algumas instituições de ensino foram organizadas em duas universidades estaduais. Portanto, não houve redução de espaço físico, mas, do número de instituições. No comparativo evidenciou-se que a lógica da expansão do ensino superior pelo viés privado foi acentuada no período, pois em 2003 14% das instituições de ensino superior no Estado do Paraná eram do setor público e 85,43%, estavam nas mãos da iniciativa privada.

Em 2017 o percentual do número de instituições no setor público caiu para 6.87% enquanto que o percentual de instituições do setor privado passou para 93.12%.

O comparativo evidenciou também que houve diminuição no número de estudantes que ingressaram no ensino superior estadual e o número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição estadual mesmo que a unificação ou integração das faculdades em universidades não tenha significado fechamento do espaço físico nas instituições de ensino. No número de ingressos a redução foi de 6.78% e no número de concluintes a redução foi de 21.99%.

O estudo comparado mostra também que os números de instituições federais, no Paraná, tiveram um crescimento de 100%, o número de estudantes que ingressaram cresceu 133,22% e o número de estudantes que concluíram cresceu 86,41%. No entanto, percentualmente falando o crescimento foi grande, porém na prática não atendeu muitos estudantes como pode parecer pois o número de instituições federais era muito pequeno.

Esse capítulo dialoga com o anterior na medida em que ele aprofunda a análise do estudo sobre o Prouni no Estado do Paraná, pois o anterior fazia referência ao Brasil como um todo. Ao fazer o recorte do Paraná o estudo foca com uma lente de alcance maior na região onde em que foi realizado o *survey*. Ele dialoga com o primeiro pela mesma razão teórica já mencionada no capítulo anterior. A partir do referencial teórico e do estudo feito é possível constatar que o mercado educacional no Estado do Paraná, durante o período estudado, foi impulsionado pelo Prouni. O Estudo revelou que o Prouni é uma política pública de inclusão social pelo viés da educação que está desvinculado de um projeto de nação como já mencionado anteriormente e de um projeto de desenvolvimento regional, mais amplo também.

No próximo capítulo, vamos apresentar o estudo de campo sobre o Prouni, feito a partir do *survey*. O objetivo é o de buscar saber em que medida o Prouni corresponde às expectativas dos beneficiários nos aspectos de oferta do curso, ingresso e permanência, bem como o de buscar saber o que os estudantes contemplados com essa política pública sabem sobre as categorias classe social, luta de classe, consciência de classe e política pública; e se identificam o papel do Estado na organização social. Com o próximo capítulo, finaliza-se o estudo que

se pretende com esta dissertação, faltará apenas a conclusão.

Os quatro capítulos desta dissertação se inter-relacionam numa ordem crescente de complementação. No primeiro, como já falamos, se encontram os fundamentos teóricos para a análise dos temas apresentados nos demais. O segundo faz um resgate histórico do ensino superior no Brasil e contextualiza as mudanças ocorridas através das alterações estruturais do modo de produção capitalista, dá ênfase nos governos de Lula e Dilma e apresenta um comparativo dos dados do Censo da Educação Superior no Brasil entre os anos de 2003 e 2017, período escolhido para ser estudado em virtude de ser esse o período dos governos populares e democráticos, responsáveis pela implementação da política pública que ora está em análise nesta dissertação. O terceiro faz um recorte dos dados do ensino superior no Paraná, como se fosse focar uma lente em uma parte do todo que está sob análise e no quarto, está a análise dos dados da pesquisa de campo e a relação do estudo feito com os conceitos apresentados nos pressupostos teóricos. E, finalmente a conclusão que sintetiza os resultados obtidos com o estudo realizados tanto do estudo bibliográfico como do estudo de campo.

## **CAPÍTULO 4- ESTUDO DE CAMPO**

### **4.1 APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE CAMPO**

Com o objetivo de entender se o Prouni corresponde às expectativas dos estudantes com relação aos quesitos de ingresso, permanência e qualidade do curso ofertado pela instituição de ensino superior conveniada com o Programa; e também para buscar saber se os estudantes contemplados com essa política pública reconhecem o papel que o Estado vem desempenhando na organização da sociedade brasileira, e ainda para buscar saber qual é o papel que a educação vem cumprindo e buscar saber também se os estudantes contemplados como Prouni saem do ensino superior compreendendo as relações de classe sociais dentro do modo de produção do capitalismo, elaborou-se um questionário que foi aplicado para os estudantes contemplados com o Programa que estavam, em 2018, no último ano da graduação em uma faculdade particular na Região- Centro-Sul do Paraná.

O *survey* foi aplicado para os estudantes em novembro de 2018 e contou com 10 perguntas fechadas e abertas, conforme pode ser verificado no anexo I desta dissertação. O recorte adotado como critério de público para participar da pesquisa foi o estudante ser beneficiário do Programa Universidade Para Todos (Prouni), com bolsa integral ou parcial e estar cursando último ano da graduação. Foram entrevistados o maior número possível de estudantes de todos os cursos oferecidos pela instituição, desde que atendidas as condições anteriores.

A realização da entrevista contou com a colaboração da Coordenadora Pedagógica e da Pró-Reitora Acadêmica da instituição. A Pró-Reitora convidou os estudantes contemplados com o Programa para que se voluntariassem a responder a pesquisa, a se dirigirem a uma das salas de professores da instituição, para responder ao questionário. Os convites foram feitos turma por turma. Os estudantes que se disponibilizaram a responder ao questionário foram acompanhados pela Coordenação Pedagógica. E em alguns casos, pelo professor da turma.

Ao chegar na sala, eles foram recebidos pela pesquisadora que se apresentou, expôs a razão da pesquisa e entregou o formulário juntamente com uma caneta azul para que pudessem responder às perguntas individualmente, segundo suas impressões sobre elas. A pesquisadora permaneceu na sala acompanhando os estudantes durante todo o período em que eles respondiam ao questionário. Cada estudante respondeu individualmente o questionário composto por dez questões, conforme formulário apresentado no anexo I, desta dissertação. O tempo que cada estudante demorou para responder às questões foi de dez a quinze minutos.

A instituição de ensino superior onde foi realizado o estudo conta com aproximadamente quatro mil duzentos e setenta e cinco estudantes, no campus onde foi aplicado o questionário. Desses, 21% são bolsistas do Prouni, 15% têm Fies e 28% contam com o parcelamento concedido pela própria IES.

A maioria dos estudantes (60%) são da Região Centro-Sul do Paraná. Somente 40% são oriundos de outras regiões do Estado do Paraná e do Brasil.

Do total de estudantes bolsistas do Prouni, dos que atendiam aos critérios quanto ao recorte de público, 59 responderam ao questionário. Vale lembrar que o universo da pesquisa não era o total geral de bolsistas do Prouni na instituição, e sim os que estavam no último ano do curso superior. Eles responderam ao questionário prontamente, de forma muito gentil, maioria se demonstrou interessada pela pesquisa e deu respostas completas às questões.

Algumas turmas dos últimos anos que deveriam, segundo os critérios estabelecidos para a pesquisa, responder ao questionário, não puderam participar da entrevista por estarem nos últimos dias de aula, e por que os estudantes estavam ou envolvidos com a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) ou em atividades fora da instituição. Nesses casos foram convidados os estudantes que estavam no penúltimo ano do mesmo curso.

Em seis cursos que foram implementados mais recentemente na instituição os estudantes não foram convidados para participarem da pesquisa, pois o objetivo era entrevistar estudantes da instituição de ensino superior que estavam nos anos finais dos cursos. Nesses casos eles não atendiam a esse requisito.

Compareceram para responder ao questionário estudantes de dez cursos diferentes oferecidos pela instituição.

O processo de tabulação das respostas foi feito posteriormente e de forma manual. Primeiro, separou-se os formulários curso por curso. Para cada curso foi elaborado um espelho com as perguntas fechadas e uma síntese de perguntas abertas. A partir das informações gerais obtidas na pesquisa, levantou-se os dados de curso por curso que foram transcritos em planilhas, e depois em gráficos. No final, foi feito um espelho geral com dados e com as informações de todos os cursos pesquisados e não mais dos cursos individualmente.

Os dados dos cursos individualmente e as informações da pesquisa qualitativa foram importantes para se buscar compreender as especificidades de cada curso e o perfil dos estudantes. No entanto os dados, os gráficos e a análise aqui apresentados resultam da coleta de informações de todos os cursos num resultado unificado e não separadamente. As informações sobre a pesquisa, aqui apresentadas, resultaram das informações contidas nas perguntas abertas e foram consideradas as que estavam presentes nas respostas de todos os alunos de cada turma.

A leitura do referencial teórico foi feita durante o curso de mestrado e, durante a fase de formulação da pesquisa. Na fase da elaboração da dissertação, foram retomadas algumas leituras. Na fase da leitura preparatória, elaborou-se fichas com informações, que supostamente seriam úteis para a fase de conclusão da pesquisa, como de fato o foram.

#### 4.2 SURVEY- ANÁLISE

O Estudo de campo foi desenvolvido a partir do questionário, constante, na íntegra, no anexo I desta dissertação. Neste capítulo, as dez questões que compõem o questionário serão analisadas, em dois grupos. Sendo que o primeiro grupo é formado por questões que visam avaliar o Programa (Prouni) em si, e o segundo grupo é formado por questões gerais.

Compõem o grupo das questões que visam avaliar o Prouni em si, as questões 1, 2, 5, 7, 8 e 10 do questionário.

#### 4.2.1 GRUPO 1: ANÁLISE DAS QUESTÕES RELATIVAS AO PROUNI

O objetivo do *survey*, com esse grupo de perguntas, era perceber que olhar os beneficiários do Programa Universidades Para Todos (Prouni) têm sobre o Programa, e em que medida esse Programa atende às expectativas dos beneficiários com relação à oferta, ingresso, permanência e qualidade do curso. E ainda, encontrar elementos que contribuíssem com a análise, dentro do contexto geral da pesquisa.

A questão 1, do questionário, serviu apenas para que a pesquisadora soubesse de quantos e quais cursos eram os estudantes que estavam participando da pesquisa de campo. Por meio dessa questão constatou-se que participaram da pesquisa estudantes de dez cursos diferentes oferecidos pela instituição de ensino onde foi aplicado o *survey*.

Questão 2: O que levou você a escolher esse curso?

As respostas desta questão foram classificadas em seis grupos diferentes, por motivos semelhantes que influenciaram na escolha do curso. A tabela 6, a seguir, mostra os seis grupos, o número e o percentual de estudantes, cujas respostas têm motivos semelhantes e se enquadra no mesmo grupo.

TABELA 6 – Motivos semelhantes que levaram os estudantes a escolher o curso superior

Motivos semelhantes que levaram aos estudantes a escolher o curso	Número de estudantes cujas respostas, se enquadra este grupo	Percentual
Afinidade com a profissão, gosto pelo trabalho que o curso proporciona realizar, vocação, sonho, paixão pela profissão e amor	37	62.71%
Mercado de trabalho, várias possibilidades de concurso, várias possibilidades de atuação profissional	12	20.33%
Influência da família	2	3.38%
Curso em que conseguiu vaga pelo Prouni	2	3.38%

Aleatoriamente	1	1.69%
Curiosidade	5	8.47%
Total geral de estudantes	59	100%

FONTE: Informações extraídas do *survey*, questão 2. NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Pelas informações obtidas na questão 2, a maioria dos estudantes, 62,71%, que participou da pesquisa e que respondeu afirma que escolheu o curso por se identificar com a profissão. A atividade no mercado de trabalho e outros motivos relacionados foram respostas de 20,33% dos entrevistados. Para 8,47% dos entrevistados a escolha foi por curiosidade. Somente dois estudantes, 3,38%, escolheram o curso porque foi onde conseguiram vagas pelo Prouni. Outros dois escolheram por influência da família e um estudante escolheu aleatoriamente.

Com essas respostas dos estudantes constata-se que o Prouni corresponde às expectativas do público alvo no sentido da oferta do curso, pois como se pode observar, a escolha do curso para a maioria dos estudantes foi por que era o curso com o qual eles se identificavam. Para o estudo em questão esse é um dado importante por mostrar que o Prouni é uma política pública de inclusão social que possibilita aos estudantes de baixa renda cursar o curso superior que almejam e não é um programa que leva o estudante a cursar qualquer curso por falta da opção pelo curso que deseja fazer.

Questão 5.1: Para cursar a faculdade, você fez uso da bolsa de estudo através do Prouni, na modalidade:

- a. ( ) Integral.
- b. ( ) Parcial.

A tabela 7 apresenta o resultado referente à questão 5.1 sobre o número de estudantes da instituição de ensino superior que são beneficiários da bolsa de estudo do Prouni, na modalidade integral e na modalidade parcial, bem como o percentual de estudantes da instituição contemplado com uma das modalidades de bolsas de estudo oferecidas pelo Programa Universidades para Todos, Prouni.

TABELA 7 - Número de estudantes contemplados com a bolsa de estudo integral e parcial do Prouni.

Modalidade da bolsa de estudos	Número de estudantes contemplados na instituição	Percentual de estudantes com cada modalidade de bolsa
Bolsa Integral	26	44.06%
Bolsa Parcial	33	55.93%
Total de bolsas	59	100%

FONTE: Dados extraídos do survey, questão 5. NOTA: Tabela elaborada pela autora

Observa-se, pelos dados da tabela 7, que a maioria dos estudantes da instituição de ensino superior participante da pesquisa tem bolsa parcial, ou seja, 55,93. Enquanto a minoria tem a bolsa integral, ou seja, 44,06%.

Nos dados apresentados sobre o Prouni nos capítulos anteriores constatou-se que a maioria das bolsas de estudos ofertadas pelo Programa em âmbito nacional é na modalidade de bolsa parcial. Os dados apresentados no *survey* indicam que o Estado do Paraná segue essa mesma lógica. Esse é um dado interessante para o estudo que hora fazemos sobre o Prouni, pois como já mencionado, o Programa impulsionou a expansão do mercado educacional e o fato dos estudantes terem que bancar 50% da mensalidade da faculdade é uma forma do mercado educacional extrair lucro da parcela da população com renda muito baixa, como se pode observar nos dados do IBGE apresentados na caracterização da Região Centro-Sul do Paraná.

Questão 5.2: Na sua avaliação, o Programa Universidade Para Todos, Prouni, foi decisivo para que você conseguisse cursar este curso superior que está concluindo e chegar onde chegou?

a. ( ) Sim.

b. ( ) Não.

c. Por quê? \_\_\_\_\_

A Tabela 8 apresenta o resultado obtido através das respostas dos estudantes à questão 5.2, que trata de avaliar se o Prouni foi decisivo para que o estudante conseguisse cursar o curso e chegar onde chegou.

TABELA - 8 Dados do *survey* sobre a avaliação do Prouni, referente à possibilidade de o estudante cursar o curso superior, questão 5.2.

Tipo de resposta dos estudantes	Quantidade de estudantes	Percentual de estudantes
Sim	53	89,83%
Não	5	8.47%
Nenhum	1	1.69%
Total de estudantes	59	100%

FONTE Dados extraídos do *survey*. NOTA: Tabela elaborada pela autora

Ao analisar os dados da tabela 8 observa-se que para a maioria dos estudantes que participou da pesquisa, o Prouni foi decisivo com relação à possibilidade de cursar um curso superior e obter um diploma de formação profissional. Dos 59 estudantes que participaram da entrevista, 53 afirmaram que o Prouni foi decisivo para chegarem onde chegaram e 5 estudantes responderam que o Prouni não foi decisivo para que conseguissem cursar o curso superior e chegar onde chegaram. Apenas um estudante não marcou nenhuma das opções apresentadas no questionário.

No quadro 2 estão apresentadas as respostas descritivas dadas pelos estudantes à questão 5.2. As agruparemos em três grupos de análise. O primeiro grupo formado pelas respostas dos estudantes que responderam sim, o segundo formado pelas respostas dos estudantes que responderam não, e no terceiro está a resposta do estudante que não marcou nenhuma das alternativas apresentadas no questionário.

QUADRO 2- Argumentos dos estudantes que responderam sim na pergunta 5.2.

Auxilia na questão financeira, se não fosse o Prouni não conseguiria estudar pois, na cidade onde nasci não conta com nenhuma universidade. Por isso, além da mensalidade tenho que pagar aluguel.
Se não fosse o Prouni não estaria fazendo esse curso pois não teria condições de pagar o valor integral da mensalidade.
Porque no início do curso eu não possuía dinheiro para pagar as mensalidades.
Sem essa política pública eu, provavelmente, estaria cursando outro curso que não tinha desejo de cursar. O meu ideal era cursar este curso que hoje estou fazendo, e através do Prouni, posso alcançar este objetivo.
Por mais que eu trabalho e seja sustentado pelos meus pais, só o dinheiro que recebo não daria para conseguir pagar simpósios, cursos além da graduação e xerox etc.

Porque devido as condições financeiras, dificilmente eu teria condições para pagar o curso integralmente. Outro aspecto é que pela rede pública, não tem o curso aqui na cidade, e seria difícil eu me locomover para outra cidade para estudar.
Eu já tinha um histórico na faculdade e precisei trancar por um tempo, por falta de recurso. Fiz o Enem e consegui meia bolsa. Isso me contou muito.
Porque o curso é visto como de elite, muitos profissionais entram por forma de status social, o que faz ele ser, além de muito concorrido, ser muito caro. Também pelo investimento no curso. O Prouni foi a única forma de eu entrar pois, não teria condições financeiras de arcar com a mensalidade mais materiais e transporte.
Seria impossível ser bancada pelos meus pais, mesmo trabalhando, os custos da faculdade são altos demais para a minha realidade.
Porque sem esta ajuda, não conseguiria pagar pela bolsa total.
Pois, não havia condições para suportar as despesas do curso.
Sim, pois, sem esta oportunidade não seria possível devido ao alto custo de uma faculdade particular e a concorrência em uma escola pública.
Alto preço da mensalidade.
Devido a situação financeira, com o Programa consegui me sustentar na faculdade. Sem ele, não conseguiria pagar faculdade.
A Faculdade oferece a opção de financiamento, porém sem essa bolsa seria inviável fazer uma graduação, ou pelo menos, a graduação que eu queria.
Comecei a cursar esta faculdade somente com a coragem, apostando no futuro melhor. E conseguir esta bolsa foi de extrema importância pois, consegui uma ajuda financeira que vai proporcionar a mim a conclusão do curso sem dívidas.
O Programa facilita o ingresso e a permanência.
Eu iniciei o curso pagando. No terceiro período, consegui a bolsa.
Possibilitou que eu ingressasse na faculdade, se não fosse esse incentivo eu não teria condições financeiras de cursar a faculdade.
Pelo valor do curso e considerando a renda da minha família, não seria possível pagar a mensalidade.
Pois não tenho condições financeiras de pagar o curso.
Sem o auxílio não conseguiria manter minhas despesas e pagar a faculdade.
O Programa é um grande incentivo, pois, faz com que me reste maior meio econômico, tendo em vista, que meu desempenho foi grande com o fim de atingi-lo.
Sem o Prouni, não haveria condições de arcar com as mensalidades da faculdade hoje. Comecei com o Fies e uma bolsa de 50% pelo Prouni. Depois de um ano de curso consegui a bolsa integral.
Não teria condições financeiras de pagar o curso e como tenho que trabalhar, não poderia cursar a faculdade pública devido ao horário.
Por motivos financeiros. Sem o Prouni não conseguiria terminar o curso.
O Prouni fez com que eu pudesse cursar a faculdade que eu queria, em razão do alto custo, não seria viável para a minha família, caso, não conseguisse a bolsa.
O auxílio do Prouni foi decisivo para chegar onde cheguei.
Foi a única opção que consegui bolsa integral, mas, aos poucos percebi que essa é profissão que levarei para a vida.
Foi fundamental, pois, para ingressar em universidade boa, os custos são relativamente altos, vendo isso, foi essencial para a minha formação.

Porque devido ao fato de morar sozinho e arcar individualmente com todas as despesas, não poderia desembolsar o valor da mensalidade do curso para obter o ensino superior. Neste quesito o Prouni foi uma ferramenta muito importante para meu ingresso na faculdade.
O valor da mensalidade e 50% da minha renda.
É um fato que nos motiva, pois, os custos são altos.
Porque este Programa custeava a maioria do preço do meu curso. Sem ele, não teria condições financeiras de me manter estudando.
Se não houvesse a bolsa do Prouni eu não estaria quase me formando, por falta de condições financeiras.
Com a bolsa de estudo fica mais fácil para que o aluno possa estudar sem precisar ter um custo.
Pelo valor do curso e considerando a renda da minha família, não seria possível pagar a mensalidade.
O curso que eu faço não tem um custo baixo, meus pais não teriam condições de pagar uma faculdade (mesmo de menor valor) e a faculdade pública da região não tem nenhum curso noturno que fosse do meu desejo.
Pois, se não fosse as bolsas e auxílios do governo, para materiais eu não teria condições financeiras de pagar um curso numa instituição privada.
Pois, o valor integral da mensalidade seria difícil de ser pago.
Eu não tinha condições para cursar este curso, era de uma família com renda muito baixa, e, graças ao Prouni as portas da se abriram para mim. Com isso, me senti mais capaz e valorizado no mercado de trabalho, consegui até passar num concurso com o apoio do curso. O Prouni mudou totalmente minha visão de futuro.
De certa forma o Programa auxiliou na decisão final, pois, como na cidade em que eu nasci não conta com nenhuma universidade, os custos com moradia aqui são supridos com o valor que o Programa supre.
Pois, ele auxilia na questão financeira. Sem ele talvez, minha família não conseguiria pagar as despesas da faculdade.
A contribuição que a bolsa parcial proporcionou acabou se tornando de grande ajuda nos anos da graduação.
Porque sem o Programa, não teria condições de arcar com as despesas da faculdade, sem comprometer os meus gastos com saúde, alimentação, casa e vestuário etc.
Sem o auxílio eu não teria condições de arcar com a mensalidade integral, tendo em vista, gastos com transporte, fotocópias e comida, ou seja, eu teria que trabalhar e estudar. Graças ao dinheiro que recebo e depois ao estudo, hoje consigo fazer estágio e estudar concomitantemente.
Porque meus pais não têm condições de custear meus estudos, caso não fosse beneficiado com o Prouni.
Porque sem o Prouni eu não teria como arcar com os custos do curso. Portanto, foi decisivo na minha carreira.
Não havia possibilidade de pagar a mensalidade da faculdade e se manter nesta cidade, sendo, que minha família possui renda média e baixa.
Porque sou de um município vizinho, preciso morar de aluguel. Então, por consequência tenho gastos com aluguel, comida entre outros e, o Programa, foi de grande ajuda para que eu pudesse continuar aqui e seguir a via acadêmica.
Sem a bolsa do Prouni eu não teria condições de cursar o curso, devido ao valor.
Porque sem o Prouni, não teria como pagar a mensalidade do meu curso em uma faculdade particular.

Sem a bolsa de estudo seria financeiramente inviável cursar o curso que estou fazendo, na rede particular e, provavelmente, ficaria um ano esperando novo vestibular na rede pública estadual ou federal.
---

Pois, não teria condições financeiras de pagar a parcela do curso.
--

FONTE: Informações copiadas das respostas do *survey*. Respostas dadas à questão 5.2. NOTA: quadro elaborado pela autora.

Ao analisar as informações obtidas com o *survey*, que estão apresentadas no quadro 2, observa-se que o Prouni fez chegar a possibilidade de cursar um curso superior não somente para as pessoas de baixa renda que vivem nos grandes centros urbanos, mas, inclusive para as que vivem nas cidades do interior, tendo em vista que a pesquisa foi feita em uma universidade do interior do Paraná, situada na Região Centro-Sul do Estado e que a maioria dos estudantes é morador da região.

Um aspecto que já foi mencionado e se evidenciou novamente nas respostas dadas à questão 5.2 é que o Prouni possibilitou aos estudantes de baixa renda, daquela região, não só fazer um curso superior, mas fazer o curso que sempre sonhou. A escolha do curso, na maioria dos casos, como mostra as informações do quadro 1, foi do curso que o estudante almejava fazer.

As respostas que constam no quadro 2 explicitam o quanto o Prouni foi decisivo para que os estudantes contemplados como Programa pudessem cursar um curso superior. A maioria dos entrevistados afirma que se não fosse o Prouni não teria condições de bancar as mensalidades e as outras despesas com um curso superior. Chama a atenção nas respostas o fato de eles fazerem referência sempre às mensalidades de faculdades particulares. Só dois estudantes fizeram referência à universidade pública, um para afirmar que devido aos horários em que os cursos são oferecidos nas instituições públicas, ele não poderia cursar, pois precisa trabalhar e estudar e o outro afirma que se não fosse o Prouni seria inviável fazer o curso que está fazendo, não teria começado, iria esperar para fazer numa instituição federal. As respostas indicam que na região há poucas universidades públicas, e as que existem não atendem às necessidades dos estudantes, que precisam trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Como um dos 53 estudantes que responderam sim deixou em branco a parte descritiva da resposta, o quadro 2 apresenta somente 52 respostas.

O quadro 3 apresenta as justificativas dos estudantes que participaram da pesquisa e responderam não na questão 5.2 do questionário, ou seja, que responderam que o Prouni não foi decisivo para que conseguisse cursar o curso superior e chegar onde chegou.

QUADRO 3- Argumentos dos estudantes que responderam não na questão 5.2, do *survey*.

O Prouni ajuda, no entanto, não foi decisivo para chegar onde cheguei.
Porque meus pais teriam condições de custear meus estudos, caso, não fosse contemplado com o Prouni.
O Curso eu faria de qualquer forma. O Prouni possibilitou outra economia na renda familiar e compra de livros e inscrições em cursos de capacitação.
Antes de conseguir o Prouni eu utilizava o Fies
Possuo a bolsa parcial, mas já possuía 80% de fies.

FONTE: Informações extraídas das respostas do *survey*, questão 5.2. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Os argumentos apresentados pelos estudantes que afirmaram que o Prouni não foi decisivo para cursar o curso superior, conforme mostra o quadro 3, evidenciam que por mais que o Prouni não tenha sido o ponto decisivo para cursar o curso superior, ele contribuiu para que os estudantes pudessem se livrar do endividamento, através de financiamento, e fez com que tivessem mais facilidade para adquirir os materiais necessários para o curso. É importante observar que dois dos cinco estudantes que responderam que o Prouni não foi decisivo utilizavam o Fies e os outros três não deixaram claro se as condições que teriam para cursar o curso superior incluíam algum tipo de financiamento.

No quadro 4 apresenta-se o argumento do estudante que não indicou nem sim e nem não na questão 5.2 do questionário, mas fez a resposta descritiva.

QUADRO 4 Argumento do estudante que não afirmou nem sim e nem não na questão 5.2

Decisivo não foi, porém, contribuiu muito. Mas, acredito sim, que para muitas pessoas o Prouni é completamente decisivo. No meu caso, não foi porque antes do Prouni eu havia feito o Fies 100%.
--

FONTE: informações extraídas do *survey*, questão 5.2. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Ao analisar a informação do quadro 4, constata-se que o Prouni não foi decisivo para esse estudante porque ele já havia recorrido anteriormente a outro tipo de auxílio financeiro, no caso o Fies. Mas, mesmo assim, segundo ele, o Programa contribuiu. É importante observar que mesmo o estudante respondendo que o Prouni não foi decisivo para que ele fizesse o curso superior, ele não tem uma avaliação negativa do Programa.

Questão 7. Com relação a esta política de inclusão social, Prouni, qual é sua avaliação:

a.  Ruim.

b.  Boa.

c.  Muito boa

d.  Excelente.

e. Por quê? \_\_\_\_\_

A Tabela 9 demonstra os dados da avaliação que os estudantes beneficiários do Prouni que participaram da pesquisa têm sobre o Programa.

TABELA 9- Dados sobre a avaliação do Prouni quanto política pública, questão 7

Avaliação do estudante	Quantidade de estudantes	Percentual de estudantes
Ruim	0	0
Boa	2	3.38%
Muito boa	21	35.59%
Excelente	36	61.01%
Total de estudantes	59	100%

FONTE: Dados extraídos do *survey*, questão 7. NOTA: Tabela elaborada pela autora

Ao observar os dados expressos na tabela 9, constata-se que dos 59 estudantes que participaram da pesquisa, 36, ou seja, 61.01%, avaliam que o Prouni é uma política pública excelente. E 21 estudantes, o equivalente a 35.59%,

avaliaram que o Programa se constitui em uma política pública muito boa. Dois estudantes, 3.38%, avaliam que o Prouni é uma política pública boa.

Para dar sequência na análise das respostas da questão 7, vamos dividir as respostas descritivas dos estudantes em três grupos: o primeiro grupo é formado pelas respostas dos que afirmaram que o Prouni é uma política pública excelente, o segundo grupo formado pelas respostas dos que afirmaram que o Prouni é uma política pública muito boa e o terceiro pelas respostas daqueles que afirmaram que o Prouni é uma política pública boa.

No quadro 5, 6 e 7, que seguem, constam os argumentos dos estudantes sobre a avaliação do Prouni.

QUADRO 5- Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar a avaliação sobre o Prouni, questão 7, do questionário. Respostas dos estudantes que afirmaram que o Prouni é excelente

Pois, abre as portas para classes sociais mais baixas e reduz o índice de desigualdades.
Pois, esta Política pública abre as portas das faculdades para as pessoas que não possuem condições financeiras.
Sem ela não estaria terminando a faculdade.
Porque custa menos aos cofres públicos do que um aluno em universidade pública e, proporciona ensino de qualidade para quem não possui condições financeiras.
É uma forma de inclusão de pessoas que não teriam como pagar por um curso superior.
Me proporcionou estar cursando em uma faculdade particular, com estrutura ótima e chegar onde cheguei.
Dá a oportunidade de garantir um futuro melhor a quem não teve oportunidade de ter tido acesso à educação.
Devido proporcionar ajuda durante a formação sem futuramente, após a formação, precisar pagar o Estado.
Porque permite que muitos estudantes ingressem no ensino superior por meritocracia e através do benefício quando não dispõem de condições financeiras.
Dá oportunidade de ensino superior a quem não tem condições financeiras de conquistar pagando.
Porque atendeu as minhas necessidades.
Por oferecer oportunidades, às classes de baixa renda, que não conseguiram de outra forma entrar em uma universidade
Percebo que através do Programa muitas pessoas conseguiram realizar seus sonhos e mudar a realidade em que vivem, porém, algumas pessoas possuem condições de pagar e utilizam.
O Programa não exclui nenhuma classe (exceto a alta) o que o torna interessante. O Programa independe de cor, raça, religião e média de renda.
Por ela oportunizar aos jovens o acesso à educação superior, possibilitando assim uma chance de crescer na vida. Pois, acredito que a educação pode mudar o mundo.
Pois, dá oportunidades de estudo para quem não teria condições de pagar integral ou parcial a mensalidade.

Permite que pessoas de baixa renda façam um curso superior.
Abrir as portas das universidades privadas para quem não tem recursos monetários suficientes, é muito importante
Pois, possibilita a muitos que não têm condições, cursar uma faculdade.
Por proporcionar oportunidades.
Meu pensamento é que qualquer gestão ou equipe, deve fornecer subsídios aos cidadãos. É uma obrigação.
Possibilita que as pessoas sem condições financeiras cursem uma faculdade privada.
De acordo com o esforço do aluno, proporciona uma oportunidade para cursar a graduação.
Excelente programa, possibilita à classe mais baixa a cursar uma faculdade privada, uma vez que, na maioria, não tem condições de cursar na rede pública por se tratar de um curso em período integral.
Creio que nos últimos anos, as políticas públicas implementadas estão cada vez melhores e mais acessíveis.
Permite ao beneficiário uma oportunidade de correr atrás de seus sonhos, não é nada de graça.
Trata-se de mais uma porta de acesso ao ensino superior aos indivíduos que não têm condições de custear os estudos
É um incentivo ao estudante de baixa renda para cursar uma universidade.
Dá oportunidade de estudo a quem não possui condições.
Programa descomplicado que destina bolsa de estudo a quem têm mérito.
Entrar na faculdade é um sonho de grande parte dos estudantes do ensino médio. O Prouni abriu uma porta àqueles com o sonho mitigado pela ausência de oportunidades financeiras boas.
Foi esta que possibilitou o meu ingresso na faculdade. Acredito que é a que garante uma igualdade em relação as diferenças de classes.
Oportunizar o acesso a faculdade ou/e ajuda no abatimento do Fies.
Facilita o acesso da população ao curso superior e inserção no mercado de trabalho.
Traz oportunidades de estudos às pessoas que não têm tanta condição.
Pois, possibilita a quem tem um bom desempenho nos textos do Enem uma oportunidade de cursar um ensino superior.

FONTE: informações copiadas das respostas do *survey*, questão 7. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Ao observar no quadro 4 as justificativas dos estudantes que responderam à questão 7, nota-se que o Programa fez diferença na vida dessas pessoas. Não fosse ele, elas não teriam conseguido estar em um curso superior.

Esta resposta aparece em quase a totalidade das justificativas, além da referência à questão financeira, ainda que justifiquem como se estivessem falando de algo que beneficiaria outras pessoas que não a si mesmos.

O objetivo com essa questão era o de saber qual a avaliação que os beneficiários dessa política pública têm sobre ela. Como se constata, 61.01% dos estudantes entrevistados têm um olhar positivo, como algo que veio para atender

a demanda dessa parcela da população. Observa-se que eles não fazem referência à possibilidade de cursar uma faculdade pública sem o Prouni, ou seja, a universidade pública não está presente na vida deles. Só um entrevistado fez referência ao ensino superior público para dizer que ele não atende às necessidades dos estudantes que precisam trabalhar e estudar.

Dois estudantes fizeram referência à meritocracia. A meritocracia é uma das ideias que fundamentam moralmente o liberalismo e está muito presente na sociedade contemporânea. Ela passa a ideia de justiça por utilizar, como critério único a ser considerado, o desempenho e as aptidões individuais. Ao afirmar que o Prouni permite que muitos estudantes ingressem no ensino superior por meritocracia e que o Prouni é um programa que destina bolsa de estudo para quem tem méritos, os estudantes estão considerando esse princípio de justiça que a meritocracia diz ter.

QUADRO 6- Argumentos utilizado pelos estudantes que participaram da pesquisa e responderam que o Prouni é uma política pública muito boa, questão 7 do questionário.

É obtido por mérito e não por gênero, classe ou opção sexual.
Facilidade no ingresso de um curso superior.
Permite que pessoas de baixa renda possam cursar uma graduação.
Por possibilitar os menos favorecidos financeiramente, a cursar um ensino superior e a suprir as vagas do ensino público superior.
Possibilita ao bolsista a continua seus estudos na graduação, principalmente, para aqueles que não dispõem de recursos.
Porque abrange classes que não teriam condições de cursar um curso superior
Porque dá oportunidade de as classes baixas cursarem um ensino superior.
Proporciona a realização de sonhos aos menos favorecidos.
Pode melhorar o conceito de inclusão como a renda.
Porque disponibiliza oportunidades para todos.
Por causa que este plano inclui e dá oportunidade para muitas pessoas que talvez não conseguiriam entrar em uma faculdade.
Possibilita como diz o nome a inclusão social.
Porque oferece condições para pessoas que não têm como pagar uma graduação, premiando de certa forma seus esforços.
Porque permite que pessoas que não tinham condições financeiras para pagar um ensino, estude em uma faculdade particular de qualidade.
Há aspectos que podem melhorar.

Fui assistido sempre que precisei.
Método avaliativo do Enem, muito bom.
Oferece condições para as pessoas que não podem pagar, possam estudar.
Proporciona ao aluno com boa nota no Enem, conquistar em instituição privada.
Pois, oferece oportunidades.

FONTE: informações copiadas das respostas do *survey*, questão 7. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Ao observar as justificativas dos estudantes que responderam que o Prouni é uma política pública muito boa, nota-se que não diferem muito das respostas dadas pelos estudantes que responderam que se trata de uma política pública excelente. Esses também se referirem ao aspecto financeiro e à possibilidade de estudar. Também usam um discurso como se estivessem falando de algo que beneficiaria outras pessoas e não a si mesmos. E, a exemplo dos que responderam excelente, não veem a possibilidade de uma vaga no ensino público sem a opção da bolsa de estudo. Na maioria, as avaliações são positivas. Só dois entrevistados sugerem que poderia ser melhorado, um no aspecto da renda e, o outro não especifica. Um estudante faz referência à meritocracia com senso de justiça.

QUADRO 7- justificativas dos estudantes que responderam que o Prouni é uma política pública boa, questão 7 do questionário

Por possibilitar o acesso a um curso superior a estudantes com poucas condições financeiras.
Permite maior acesso às instituições de ensino superior.

FONTE: Informações copiadas das respostas do *survey*, questão 7. NOTA: Quadro elaborado pela autora

No quadro 7 estão as justificativas dos estudantes que responderam que o Prouni é uma política pública boa. As avaliações são positivas, não diferem das justificativas apresentadas no 5 e 6. Eles fazem referência ao aspecto financeiro e à possibilidade de ingresso. Portanto, o Prouni é uma política pública bem avaliada mesmo por aqueles que não acham que ela é excelente.

Questão 8: O Prouni correspondeu com suas expectativas com relação ao quesito de:

I. Ingresso?

a. ( ) Sim.

b. ( ) Mais ou menos.

c. ( ) Não.

d. Por quê? \_\_\_\_\_

A tabela 10, a seguir, demonstra os dados obtidos nas respostas fechadas, referentes à questão 8.

TABELA 10- Dados sobre avaliação do Prouni com relação ao quesito de ingresso no curso, questão 8

Avaliação	Quantidade de estudantes	Percentual de estudantes
Sim	57	96.61%
Mais ou menos	0	0
Não	2	3.38%
Total	59	100%

FONTE: Dados extraídos do *survey*, questão 8. NOTA: elaborada pela autora.

Os dados apresentados na tabela 10 revelam que o Prouni é uma política pública bem avaliada por seus beneficiários também no aspecto de ingresso no curso superior. Dos 59 estudantes entrevistados, 57 responderam que o Prouni correspondeu às suas expectativas com relação ao ingresso. Isto significa 96,61% de aprovação nesse ponto da pesquisa. Somente dois estudantes responderam que o Prouni não correspondeu às suas expectativas, ou seja, 3,38%.

O quadro 8, apresenta os argumentos apontados pelos estudantes, para justificar a avaliação sobre o Prouni, como parte da resposta à questão 8.1.

QUADRO 8- justificativas utilizadas pelos estudantes que responderam sim à questão 8.1, do questionário, quesito ingresso.

Fez tudo que estava escrito nas normas e nos deu oportunidade.
O processo é rápido e transparente.
Bem estruturado e com clareza.
Simples e de forma rápida.

Não tive nem um problema.
Me fez ingressar no ensino superior.
Pela oportunidade.
Foi o Ponto crucial para o meu retorno a faculdade.
Porque as melhores notas são avaliadas e classificadas.
Não tive nenhum problema com a documentação.
Para o curso que eu faço são muitas vagas.
Não tive nenhum problema.
Porque você precisa ter um bom desempenho no Enem para conseguir uma bolsa, depende do seu mérito.
São justos os requisitos.
Bem divulgado e fácil de entender.
A forma de ingressar é fácil com relação a documentação, bem como para a atualização, bem diferente do Fies.
É tranquila a forma que é feito o processo de documentação e para a solicitação da bolsa.
Foi feita uma avaliação criteriosa para o ingresso, quem realmente não havia possibilidade de ingressar na faculdade.
Foi avisado com antecedência sobre a bolsa e o site funciona muito bem.
Nunca tive problemas.
Proporcionou benefício desde o início.
Funcionou todos os semestres.
A burocracia não foi tanta como no Fies.
Acho justo e válido o modo de inserção.
Porque foi de fácil ingresso e renovações.
Pois teve todo um processo de seleção.
Facilitou para eu ingressar na faculdade.
O programa é de fácil acesso o que possibilitou e colaborou para o ingresso.
Pela lisura com que o Programa fez a seleção.
Respeitou regras para o ingresso, um processo detalhado e organizado.

Uma ajuda de custo.
Garante o acesso ao ensino superior sem custo da faculdade e com pouca burocracia.
Acho justo a forma de obtenção e ingresso.
Influenciou a escolha pela graduação.
Aliviou minhas condições financeiras fazendo com que eu conseguisse estudar.
Me ajudou a ter estabilidade na faculdade.
Sempre correspondeu, pois, ele me fez entrar em uma instituição de ensino de qualidade.
Apesar da grande burocracia inicial para a adesão da bolsa, não há que se falar em problemas.
Acredito que a forma de ingresso pelo Enem é um bom meio.
Uma boa oportunidade.
Porque é direcionado a quem tem menos condições financeiras.
Sim, pois gosto muito do curso e através do Prouni pude cursar o que desejei para mim.
Na verdade, não tenho nem uma expectativa com relação ao Prouni.
Nunca teve nem um tipo de problema referente a pagar o curso.

Fonte: informações foram copiadas das respostas ao *survey*. Questão 8.1. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Ao observar o quadro 8, constata-se que também no quesito Ingresso o Prouni é uma política pública bem avaliada pelos beneficiários. Que o Programa dialoga com a realidade desse público e atende às expectativas da maioria. Somente um comentário, expressa a ideia de que a pessoa não tem nenhuma expectativa sobre o Programa.

Entre os entrevistados que responderam sim na questão 8.1, 13 deles não justificaram suas respostas, por isso, constam no quadro 8 somente 44 justificativas.

QUADRO 9- justificativas usadas pelos estudantes, que responderam não, na questão 8.1

Pois, tinha feito o Enem e ainda tinha parado de estudar há muito tempo, só depois de ingressar na faculdade consegui.
O curso eu faria mesmo sem ser bolsista do Prouni.

FONTE: Informações copiadas das respostas do *survey*. Questão 8.1NOTA: Quadro elaborado pela autora

Ao observar no quadro 9 as justificativas dos estudantes que responderam na questão 8.1 do questionário que o Prouni não correspondeu às suas expectativas, percebe-se que de acordo com a primeira justificativa o estudante só conseguiu a bolsa algum tempo depois que já havia ingressado e que ingressou na faculdade depois de ter parado de estudar por um período. E a outra resposta indica que o estudante teria condições de fazer o curso sem a bolsa do Prouni. Porém, ela não deixa claro se o estudante faria uso de outro recurso como o Fies. O importante para este estudo sobre o Prouni é que mesmo o estudante afirmando que não correspondeu às suas expectativas ele não faz uma avaliação negativa do programa. Não correspondeu às expectativas por circunstâncias muito específicas e alheias às regras do programa.

Questão 8.2: Permanência no Curso?

- a.  Sim.
- b.  Mais ou menos.
- c.  Não.
- d.  Por quê?

A tabela 11 apresenta os dados do survey com relação à questão 8.2 que trata de avaliar se o Prouni correspondeu às expectativas dos estudantes, no quesito de permanência no curso.

TABELA 11- Dados sobre a avaliação do Prouni, referente ao quesito permanência no curso superior, questão 8.2

Avaliação	Quantidade de estudantes	Percentual de estudantes
Sim	55	93.22%

Mais ou menos	1	1,69%
Não	3	5,08%
Total de estudantes	59	100%

FONTE: Dados extraídos das respostas do *survey*, questão 8.2. NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Os dados da tabela 11 mostram que o Prouni é avaliado pela maioria dos participantes da pesquisa como uma política pública que corresponde às expectativas em relação a permanência no curso superior. Dos 59 estudantes que participaram da pesquisa, 55 responderam que sim, ele é uma política pública que corresponde às expectativas, isso significa 93,22%. E um estudante respondeu que o Prouni corresponde mais ou menos às suas expectativas, o que equivale a 1,69%. Para três estudantes, ou seja, 5,08% dos que participaram da pesquisa, o Prouni não corresponde às expectativas com relação à permanência no curso superior.

O quadro 10, a seguir, apresenta as justificativas utilizadas pelos estudantes com relação às expectativas de permanência no curso. No quadro 10 serão apresentados somente os elementos utilizados por quem respondeu sim.

QUADRO- 10 Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar a satisfação, com o Prouni referente ao quesito permanência no curso superior.

Não tive dificuldades para renovação da bolsa.
De grande importância.
Colaborou para minha permanência no curso.
Fácil matrícula.
Com muita certeza foi de grande valia.
Não tive nenhum problema ao decorrer do curso com minha bolsa.
Fácil atualização.
Não falhou nenhuma vez se quer, me deixando sempre segura quanto ao pagamento.
Sem grandes burocracias.
Foi um incentivo para a permanência.
Por sempre manter atualizado a frequência e a qualidade de notas sendo levada em conta.

Talvez não teria seguido com este curso, devido aos altos custos de materiais.
Acredito que os critérios como notas e frequências são válidos.
Pois sem ele, poderia acontecer de não conseguir pagar e acabar desistindo do curso.
Pois, não teria condições financeiras para continuar no curso se não fosse o Prouni.
Me deu condições financeiras para permanecer no curso.
Me motiva a ser melhor em cada semestre.
São justos os requisitos.
Pois, o auxílio financeiro permite a não desistência no decorrer do curso.
Ganhei 50% da mensalidade.
Você “dá” e “recebe”, ou seja, precisa ter frequência e boas notas, fazer o seu esforço valer a pena, para manter a bolsa.
Com o dinheiro economizado, consegui me manter e não precisei abandonar o curso.
Pois, é um auxílio financeiro que permite a não desistência no decorrer do curso.
Incentiva, pois, o estudante possui ajuda financeira e o financeiro é o que faz muitos desistirem.
A renovação do contrato é de fácil manejo, acessível a todos.
Incentiva o acadêmico a concluir a graduação.
Por saber que precisava tirar notas para manter a bolsa, de certa forma, fez com que eu me dedicasse mais.
Pois, não conseguiria pagar se não fosse o Prouni e o Fies.
Sem a bolsa, eu não conseguiria manter a faculdade.
Você dá e recebe, ou seja, precisa ter frequência e boas notas, fazer o seu esforço valer a pena (para manter a bolsa).
Por causa da exigência que o Prouni tem.
A reunião de documentos era simples, o que facilitava renovar o acesso.
Possibilita concluir os estudos.
Manter o objetivo de ser uma profissional na área.
Pois, é uma oportunidade muito boa.
Com o dinheiro economizado, consegui me manter, e não precisei abandonar o curso.
A ajuda que o Prouni proporciona acaba se tornado de grande ajuda para a permanência.
Por não haver, no decorrer do curso, qualquer impedimento ao acesso das informações ou material que outros fora do Programa tiveram.

A reunião de documentos era simples o que facilitava a renovar o acesso.
Há critérios justos para a permanência.
O que acredito querer para a minha vida profissional e financeira, fez permanecer no curso (futuro).
Sempre estive a fim de começar um curso e terminá-lo no dentro do período correto.
Graças ao Programa já estou no fim do curso.
Serviu de incentivo para ter um bom rendimento no curso.
Não é sempre que se consegue uma bolsa e estudos.

FONTE: Informações copiadas das respostas dos estudantes, no questionário do *survey* questão 8.2. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

As informações apresentadas no quadro 10 evidenciam que o Programa tem uma avaliação muito positiva pelos beneficiários, tanto sobre o aspecto financeiro quanto de praticidade ao lidar com a parte burocrática e que ele foi fundamental para a permanência na graduação. Nota-se que nesse item as respostas dos estudantes, em boa medida, foram feitas em primeira pessoa, ou seja, passou a mensagem que a política pública beneficiou a ele próprio e não a ideia que o Programa beneficia os outros.

Uma consideração importante nestas respostas é que os estudantes se referiram basicamente a facilidade de renovação da bolsa de estudo, da praticidade em lidar com o programa, do custeio das mensalidades, a necessidade de ter um bom aproveitamento para se manter no programa, mas não apontaram outros aspectos de incentivo a permanência como alimentação, transporte, residência, saúde acesso a livros e mídias.

Dos 55 estudantes que responderam que o o Prouni corresponde com as suas expectativas no que se refere a permanência no curso, 11 não apresentaram justificativa, por isso, no quadro 10 só constam 44 justificativas.

O quadro 11 apresenta as justificativas utilizadas pelos estudantes que responderam que o Prouni não corresponde às suas expectativas com relação ao quesito de permanência no curso superior.

QUADRO 11- Argumentos utilizados pelos estudantes que responderam que o Prouni não corresponde às suas expectativas com relação ao quesito permanência no curso.

Permaneci por objetivo pessoal
Uma vez que foi escolha minha permanecer no curso
Não correspondeu porque eu faria o curso mesmo sem ser bolsista. O que possibilitou foi a compra de bibliografia e acesso a curso de capacitação.

FONTE: Tereza Lemos (2019). NOTA: As informações foram copiadas das respostas dadas pelos estudantes, na questão 8,2, do *survey*. NOTA: Quadro elaborado pela autora

Ao observar as informações contidas no quadro 11, constata-se que não há uma avaliação negativa do programa. Dois estudantes avaliam ser uma decisão pessoal e individual permanecer no curso e o outro afirma que faria o curso independente do Programa. No entanto, o que afirmou que faria o curso mesmo sem ser bolsista, confirma que a bolsa possibilitou a aquisição de materiais e acesso a curso de capacitação, ou seja, o Prouni foi sim, para ele, um fator importante para a permanência e sucesso escolar. Nas duas justificativas que os estudantes alegam uma decisão pessoal e individual estão implícitas a ideia de meritocracia.

No quadro 12 está a justificativa do estudante que respondeu que o Prouni correspondeu mais ou menos com as suas expectativas para a permanência no curso superior.

QUADRO 12- Argumento utilizado pelo estudante que respondeu que o Prouni correspondeu mais ou menos para a permanência no curso superior.

Já havia pensado em desistir, mas, não queria perder o esforço que foi conseguir a bolsa e os conhecimentos já adquiridos.
--

FONTE: informações copiadas das respostas dadas pelos estudantes no *survey*. Questão 8.2.  
NOTA: Quadro elaborado pela autora

Ao observar o quadro 12, constata-se que não há uma avaliação negativa do Programa. E que mesmo o estudante dizendo que o Prouni não contribuiu para sua permanência no curso, a mensagem implícita no texto é que foi um incentivo para ele permanecer, pois não queria perder os esforços e os conhecimentos adquiridos. A justificativa apresentada no quadro 12, a exemplo das apresentadas nos quadros 10 e 11, não faz referências a outros aspectos de políticas públicas

de permanência como bolsa permanência e apoio financeiro para transporte, residência, saúde e acesso a livros

Questão 8.3: Qualidade do curso?

a. ( ) Sim.

b. ( ) Mais ou menos.

c. ( ) Não.

d. Por quê? \_\_\_\_\_

A tabela 12 apresenta os dados obtidos na pesquisa, na questão 8.3, referentes ao quesito qualidade do curso, que o Prouni possibilitou o estudante ter acesso.

TABELA 12- Dados sobre avaliação do Prouni referente ao quesito qualidade do curso superior ofertado pela instituição conveniada, questão 8.3.

Avaliação	Quantidade de estudantes	Porcentagem de estudantes
Sim	58	98.3%
Mais ou menos	0	0%
Não	1	1.69%
Total de estudantes	59	100%

FONTE: Tereza Lemos (2019) NOTA: Dados extraídos do *survey*, questão 8.3. NOTA: Tabela elaborada pela autora

Os dados apresentados na tabela 12 mostram que no quesito qualidade do curso ofertado aos estudantes pela instituição conveniada com o Prouni, ele é uma política pública muito bem vista pelos beneficiários. Dos 59 estudantes que responderam ao questionário, 58 responderam sim, ou seja, o Prouni corresponde com as expectativas em relação à qualidade do ensino ofertado pela instituição conveniada, isso é o correspondente a 98.3% dos estudantes que participaram da pesquisa. Somente um estudante respondeu que o Prouni não corresponde à s suas expectativas, o que equivale a 1.69% dos estudantes que participaram da pesquisa.

O Quadro 13 apresenta os argumentos utilizados pelos estudantes, referentes ao quesito qualidade do curso ofertado pela instituição de ensino superior conveniada com o Prouni.

QUADRO 13 - Justificativas dadas pelos estudantes referentes à avaliação do quesito qualidade do curso superior ofertado pela instituição de ensino superior, conveniada.

O curso é excelente.
Você precisa ter um bom desempenho para manter a bolsa.
Atende às necessidades.
Sempre atuam de forma eficaz e eficiente para que os alunos utilizem o Programa.
Pela busca em se atualizar e melhorar os quesitos de ingresso.
Oportunidade de concluir um curso superior.
Sem reclamação.
Bem seletivo, dando oportunidade a quem realmente está interessado.
Excelente qualidade.
Pela qualidade de opção de obras solicitadas, no curso.
Funcionou em todos os semestres.
Esta respondendo às minhas expectativas.
Pois, como já disse anteriormente, é de grande ajuda e de fácil acesso.
Até o momento não tive problemas como Programa.
As exigências são para alunos de alto desempenho.
Não há problemas, sempre bem organizado.
Porque cumpriu seu papel de inclusão social.
Durante toda a graduação, nunca tive nenhum problema.
Não há o que questionar com relação a qualidade e ao modo de distribuição das bolsas.
Sempre fui bem atendido.
Incentivo para não correr o risco de perder a bolsa.
Permite acessar um ensino superior de qualidade.
A renovação é simples, não há problemas com o governo (Prouni) e a faculdade.
Sempre correspondeu às expectativas.
Atende às expectativas.
Ótimo, é um Programa sensacional.
Pela excelência de ensino da instituição.
Qualidade porque o Programa só é dado a instituições cujo ensino seja de boa e excelente qualidade.

Foram cinco anos sem se preocupar de arrumar dinheiro (que não teria) para pagar o curso.
É um ótimo auxílio.
Não existe distinção, por mais que seja uma faculdade partícula, no ensino.
Boa qualidade comparada com a concorrente da mesma cidade, uma faculdade em que vi um grande progresso, em todos os sentidos, desde o primeiro ano para cá.

FONTE: Informações copiadas das respostas dadas pelos estudantes no *survey*. Questão 8.3.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Ao analisar o quadro 13 observa-se que o nível de satisfação - com relação à qualidade do curso ofertado, pela instituição conveniada com o Prouni, onde foi realizada a pesquisa de campo - é alto. São avaliações positivas. Isso leva a concluir que o Prouni corresponde às expectativas dos estudantes com relação ao quesito qualidade de ensino.

Nas respostas os estudantes fazem referências a qualidade do curso em si, do currículo e também ao atendimento das necessidades apresentadas pelos estudantes sem distinção de quem é bolsista e quem não é bolsista.

Dos 58 estudantes que responderem sim, 26 não justificaram suas respostas. Por isso no quadro 12 aparecem somente 32 justificativas.

O quadro 14 apresenta as informações obtidas com a resposta do estudante que avaliou que o Prouni não corresponde às suas expectativas em relação à qualidade do curso ofertado na instituição pesquisada.

QUADRO 14- Justificativa dada na resposta da questão 8.3, sobre qualidade do curso ofertado pela instituição conveniada com o Prouni, onde foi realizada a pesquisa. Justificativa de quem respondeu que o Prouni não atende às expectativas.

Se forem relação a qualidade do curso não. A qualidade do curso não depende de ser ou não bolsista do Prouni.
---

FONTE: Informações copiadas das respostas dadas pelos estudantes no *survey*, questão 8.3.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Através da informação contida no quadro 14, nota-se, mais uma vez, que os estudantes não fazem uma avaliação negativa do Programa. Para ele a

qualidade do curso ofertado independe de o aluno ser bolsista ou não. Não aparece na justificativa nenhuma referência negativa ao Programa.

Questão 10: Se você pudesse indicar alguma mudança no Prouni, o que indicaria?

Essa pergunta é aberta e para facilitar a compreensão da análise as respostas dos estudantes foram classificadas em quatro grupos: no primeiro grupo estão os estudantes que apresentam sugestões de alteração para o Prouni, no segundo, estão os estudantes que cobram mais vagas, no terceiro estão as respostas dos estudantes que afirmaram não ter nenhuma sugestão de alteração a ser feita, e no quarto estão os estudantes que não responderam a essa questão.

A tabela 13 a seguir apresenta os quatro grupos de respostas, a quantidade de estudante em cada tipo de resposta, o percentual e o total de estudantes que participaram da pesquisa.

TABELA 13- Dados sobre sugestões de mudanças no Prouni, questão 10 do questionário

Tipo de resposta dos estudantes	Quantidade	Porcentagem
Apresentam sugestões de mudanças no Prouni	24	41.67%
Cobram mais bolsas de estudo pelo Prouni	15	25.42%
Afirmaram não ter nenhuma alteração para acrescentar ou por estar excelente o Programa ou simplesmente por não ter alteração.	18	30.50%
Não responderam	2	3.38%
Total de estudantes que participaram da pesquisa	59	100%

FONTE: Dados extraídos do *survey*, questão 10. NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Os dados da tabela 13 mostram que dos 59 estudantes que participaram da pesquisa de campo, 15, ou seja 25.42%, cobram mais vagas no Prouni para contemplar as pessoas que necessitam de algum auxílio financeiro para cursar um curso superior. Afirmaram não ter nenhuma alteração para fazer no Prouni, ou por que ele está excelente ou por não ter no momento nenhuma proposta de alteração, 18 estudantes, ou seja, 30.50%. Não se manifestaram dois estudantes,

o equivalente a 3.38%. Apresentaram sugestões de alteração do Prouni 24 estudantes, o que corresponde a 41.67% dos estudantes entrevistados.

No quadro 15 estão listadas as sugestões de mudanças no Prouni, propostas pelos estudantes que participaram da pesquisa.

QUADRO 15- Sugestões de mudanças no Prouni apresentadas pelos estudantes que participaram da pesquisa. Questão 10

Avaliação e fiscalização para garantir a bolsa para quem realmente precisa.
Ampla concorrência, sem cotas para negros, afinal somos todos iguais e temos que ser avaliados pelo nosso conhecimento e não pela cor da nossa pele.
Que fosse feito com que só as pessoas de baixa renda tivessem oportunidade de ter a bolsa do Prouni, pois, têm muita gente que não precisa, utilizando o Prouni.
O aluno poderia obter duas bolsas parciais. Seria um "acúmulo".
Avaliar a renda da pessoa.
Outra forma de avaliação além do Enem.
Bolsas só para classes sociais de baixa renda (estudantes de escolas públicas).
Avaliação de renda mais rigorosa, pois, muitos indivíduos poderiam pagar, enquanto que muitos não possuem condições, mas as pessoas conseguem driblar este requisito.
Programa de incentivo a estudos com recursos para comprar materiais, por exemplo, pois, faltam recursos para termos acesso aos materiais de estudos necessários.
Avaliação melhor do desempenho.
Estudantes que possuem rendimento escolar acima da média que recebessem o benefício como incentivo, sem a necessidade de realizar provas.
Por ser por mérito pessoal, creio que isso já seja realmente bom. O incentivo, pela concorrência do mérito pessoal, ao estudo, proporciona mais empenho.
Número igual de vagas em todos os cursos disponíveis.
Priorizar a classe mais baixa, sendo mais incisivos na escolha e avaliação da real necessidade da bolsa.
Diminuir a renda máxima pois, ela acaba fazendo com que algumas pessoas que poderiam pagar, usufruam do benefício.
Entendo que o Programa possui uma cota financeira baixa para corte, onde não se avalia os fatores extras como: moradia, deslocamento e etc.
Mais divulgação, facilidade para tirar dúvidas (talvez uma plataforma on-line) pois, achei difícil algumas coisas para entender e foi difícil encontrar alguém para sanar dúvidas.

Maior rigor na fiscalização das instituições de ensino superior conveniadas.
Anexar ao diploma como forma de mérito.
Eu considero a necessidade de alguma nota do Enem, como isso já é feito, precisa ser mantido para que os contemplados levem mais a sério a questão da bolsa. Talvez as IES verificassem anualmente os requisitos para permanência dos estudantes no Programa, a fim de que pessoas que não disponham de requisitos permaneçam com a bolsa, prejudicando àqueles que realmente necessitam.
Não precisar renovar pessoalmente ou manualmente todos os semestres, que fosse automático. Apenas com notificação ou comunicação de desistência ou quando troca de faculdade etc.
Maior fiscalização com relação ao desempenho do participante.
Não só o Prouni, mas sou contra as cotas.
Um outro método de avaliação além do Prouni

FONTE: Informações copiadas das respostas dadas pelos estudantes no *survey*, questão 10.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

As informações que estão no quadro 15 indicam que mesmo havendo um índice alto de satisfação com relação ao Programa, 41.67% dos beneficiários do Programa, que participaram da pesquisa, têm alguma consideração a fazer sobre ele. E que algumas considerações são sobre alguns pontos que já estão incorporados no Programa. Dentre as alterações propostas chama a atenção a preocupação dos estudantes em garantir vagas somente para quem realmente necessita. O apelo dos estudantes, nas respostas, passa a impressão de que alguns usuários da política pública teriam condições financeiras de custear sua permanência na universidade.

Nas respostas a essa questão, aparece de forma bem acentuada a referência dos estudantes à meritocracia. Um estudante até propõe anexar no diploma como forma de valorizar o seu empenho pessoal.

O quadro 16 apresenta as respostas dos estudantes que afirmaram na resposta da pergunta 10 do questionário a necessidade de mais vagas para o Prouni.

QUADRO 16 – Argumentos utilizados pelos estudantes que entendem ser necessário ter mais vagas pelo Prouni. Questão 10.

Ser possível mais bolsas por instituição de ensino.
---

Talvez um aumento no número de bolsas integrais para contemplar mais pessoas.
Mais vagas a quem realmente necessita.
Mais bolsas, mais variedade de cursos e valor e cota mais acessíveis.
Maior porcentagem de bolsas.
Oferecer mais bolsas em alguns cursos. Têm alguns cursos que oferecem muitas vagas e, outros, apenas uma.
Maior número de bolsas.
Talvez uma abertura maior de bolsas.
Proporcionar ainda mais recursos para as pessoas de baixa renda financeira.
Maior abrangência para as pessoas que realmente necessitam entrar.
Mais bolsas tanto integrais como parciais.
Mais bolsas por cursos, visto que a acessibilidade a uma faculdade particular é melhor em relação ao tempo.
Apenas a quantidade de bolsas integrais. Estou tentando desde que ingressei, ficando bem colocada, porém, sem êxito.
Na verdade, não seria uma mudança, mas sim, a permanência de como o Programa está e sempre oportunizando suas bolsas cada vez mais aos alunos.
Adesão em mais universidades e maior número de bolsas.

FONTE: Informações copiadas das respostas dadas pelos estudantes à questão 10, do *survey*.

NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Ao observar o quadro 16 é possível constatar que para 25.42% de estudantes que participaram da pesquisa há necessidade de mais vagas para o Prouni na Região Centro-Sul do Paraná. Merece destaque nas informações do quadro alguns aspectos como a reivindicação por bolsas integrais, a oferta para quem realmente necessita aparece novamente, a adesão de mais faculdades - chamadas por eles de universidades, a referência ao ensino superior público como sendo inacessível por não atender a necessidade de quem tem que estudar e trabalhar e a necessidade de uma maior variedade de cursos nas instituições conveniadas bem como mais vagas em alguns cursos, pois segundo eles existem cursos com muitas vagas e outros só com uma vaga.

#### 4.2.2 - GRUPO 2: PERGUNTAS GERAIS

O segundo grupo de questões é formado por perguntas gerais. O objetivo com esse segundo grupo de questões era o de encontrar, nas respostas descritivas dos estudantes elementos para análise da compreensão deles referentes às categorias: classe social, luta de classe, consciência de classe e o papel do Estado na organização da sociedade. Além disso, buscar saber o que os estudantes sabem sobre a organização da sociedade brasileira e se a educação tem contribuído para que os filhos da classe trabalhadora tenham consciência de classe. A análise foi feita à luz da teoria de Gramsci, Mészáros e Lênin. Compõe esse grupo, as questões 3, 4, 6, e 9 do *survey*.

Questão 3: Você se considera um profissional pertencente à classe trabalhadora?

- a. ( ) Sim.
- b. ( ) Não.
- c. Justifique sua resposta.

A tabela 14 apresenta os dados obtidos com a pergunta 3 – parte objetiva da questão.

TABELA 14- Dados sobre a avaliação dos estudantes quanto ao aspecto de classe trabalhadora, questão 3

Tipo da resposta	Quantidade de estudantes	Percentual
Sim	56	94.91%
Não	3	5.08%
Total de estudantes	59	100%

Fonte: Dados extraídos do *survey*, questão 3 do questionário. NOTA: Tabela elaborada pela autora.

O quadro 17 apresenta os argumentos utilizados pelos estudantes que responderam que pertencem à classe trabalhadora.

QUADRO 17- justificativa dos estudantes que responderam que pertencem à classe trabalhadora.

Após formado estarei apto para ingressar no trabalho.
Trabalho durante o dia todo e estudo à noite.
Porque para chegar em algum lugar precisei trabalhar para isso.
Motivo pelo qual trabalho.
Porque no momento estou trabalhando.
Porque para estar onde estou desde cedo comecei a lutar pelos meus objetivos.
Porque sou técnico na área que estou cursando e já trabalho há anos.
A classe trabalhadora tem que ralar para conseguir seus objetivos.
Devido ao fato de vir do meu trabalho o meu sustento e da minha família.
Dependo do meu trabalho para sobreviver.
Eu trabalho o tempo integral e tenho minha independência financeira.
Trabalho de segunda à sábado, recebo salário comercial.
Sim, devido ao tempo de estudo e futuramente não possuir somente a formação neste meio precário, mas, sim outras formações ligadas.
Com minha profissão, acredito que estarei no mercado de trabalho com esforço e dedicação.
Porque desde o ensino médio eu trabalho e busco a independência financeira.
Realizo atividade com fim remunerado fora do horário de aula.
Afinal trabalhamos para o nosso futuro e o das demais gerações.
Porque dediquei meu tempo, cinco anos, para adquirir conhecimento para exercer minha profissão e venderei minha mão de obra.
Porque como profissional ofertarei um serviço material, fruto do meu trabalho.
Atuo em estágio voluntário que, desde já, contribui para o entendimento profissional.
Pela dependência financeira, por suportar a minha sobrevivência, sendo exclusivos do meu ganho como trabalhador.
Muito embora, continuo como estagiária, estou à disposição em troca de remuneração monetária.
Porque sou um membro ativo, produzo e gero riqueza, movimento a economia, com o esforço empreendido do meu dia-a-dia.
Trabalho acima das horas constitucionais.
Sou dessa classe pois, tenho árdua rotina, sendo pesada aos olhos da sociedade.

A classe mais acessível de início de carreira, pois, empresas demandam maior experiência, renome e indicação.
Todo profissional que pretende exercer sua função de forma com a qual foi preparado, pertence a essa classe.
Sim porque temos os mesmos direitos e deveres que qualquer outro cidadão.
Sempre na procura de dedicação à profissão.
Moro sozinha e preciso me manter em todos os gastos básico mensais.
Porque através da minha profissão pode ser mudado muitas engrenagens da classe.
Sou proletária, necessito também trabalhar e estudar ao mesmo tempo.
Sempre trabalhei em outras profissões, quanto na minha área atuei como estagiária remunerada por um bom período.
Pois, necessito de trabalho remunerado para manter as despesas do cotidiano.
Para conseguir manter o básico da sobrevivência é necessário trabalhar.
Sim, trabalho para me manter e manter minha casa e minha família.
Estou trabalhando no atual momento.
Pois, trabalho para manter meu sustento.
Trabalho na área da segurança do trabalho onde a prevenção de acidente é fundamental.
Vou prestar serviços às pessoas.
Trabalho na área mesmo antes de iniciar a graduação.
Sim, atualmente atuo como agente de estacionamento rotativo e acredito que utilizo o aprendizado do curso em muitas funções.
Dependo do meu trabalho para me sustentar.
Pois, sempre trabalhei.
Trabalho desde os meus 17 anos.
Ingressei no mercado de trabalho aos 15 anos e parte dos gastos com a formação uso do meu trabalho.
Trabalho profissionalmente (embora não na área do meu curso) há mais de 14 anos.
Já trabalho na área que estou cursando.
Não possuindo propriedade própria, minha profissão torna-se prestação de serviço.
Trabalho desde os 14 anos.
Sim, por abranger uma área grande, no mercado de trabalho, funções públicas que a maioria da população necessita ou precisa em algum momento.

Apesar de ser estagiário, já trabalhei com carteira assinada e não deixo de ver o estágio como um trabalho.
Para garantir a sobrevivência necessito do trabalho para me manter, logo, pertencço à classe trabalhadora.
Trabalho no âmbito da minha profissão e, mesmo sendo numa área administrativa, já uso conhecimento técnico da minha área de formação.
Trabalho desde os 18 anos, aos 19 comecei a trabalhar na área de minha formação.

FONTE: informações extraídas do *survey*, questão 3. NOTA: Quadro elaborado pela autora

Para Poulantzas (1975) as classes sociais são definidas nas práticas sociais, de acordo com o lugar que os indivíduos ocupam no conjunto da divisão social do trabalho. Nas justificativas apresentadas pelos estudantes que afirmaram pertencerem à classe trabalhadora, transcritas no quadro 17, está reforçada a identidade de classe trabalhadora que assinalaram na primeira parte da questão 3. No entanto, as respostas revelam que eles partem de ponto de vista diferentes com relação à compreensão do que é classe trabalhadora. Alguns entendem que pertencem à classe trabalhadora porque estão inseridos no mercado de trabalho, outros porque quando se formarem estarão aptos para ingressar no mercado de trabalho. Há os que entendem que pertencem à classe trabalhadora porque ingressaram no mercado de trabalho muito jovem, outros porque o sustento deles e da família dependem do trabalho que realizam. Com isso, percebe-se que os estudantes se identificam como classe trabalhadora porque trabalham, ou pretendem trabalhar e não porque têm consciência de classe.

O quadro 18 apresenta os elementos utilizados pelos estudantes, na questão aberta, para justificar a resposta dada à questão 3.

QUADRO 18- Argumentos utilizados pelos estudantes que responderam, na questão 3 do questionário, que não pertencem à classe trabalhadora

Percebo que o curso que faço é de uma profissão associada às classes mais altas, profissão que minha família e pessoas com quem convivo não sabem nem a função, exatamente.
Porque não estou trabalhando.
Porque trabalhei sempre como estagiário e faz pouco tempo estou contratado.
Atualmente não, pois não estou trabalhando.

FONTE: Informações copiadas do *survey*, questão 3. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Os argumentos apresentados pelos estudantes que afirmaram não pertencerem à classe trabalhadora indicam que, no caso da primeira resposta, ele tem alguma compreensão sobre estrutura de classe que compõem o sistema e se percebe como alguém que está ascendendo, através do curso que está concluindo, para uma outra classe social. As outras duas justificativas indicam que os estudantes partem da ideia que pertencem à classe trabalhadora as pessoas que estão inseridas no mercado de trabalho. Como eles não estão, não se consideram pertencentes à classe trabalhadora.

O objetivo com a questão 3 do questionário era o de buscar perceber a compreensão que os estudantes - que estão concluindo o curso superior através de uma política pública de inclusão social - têm sobre a organização da sociedade brasileira e onde ele se situa nessa sociedade.

Com as respostas obtidas é possível constatar que a maioria se coloca como pertencente à classe trabalhadora. Dos 59 entrevistados somente três afirmaram não pertencerem à classe trabalhadora, contrastando com os 56 entrevistados que responderam sim. No marxismo, as classes sociais são os grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar em que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, por sua relação com os meios de produção (Lênin, Apud DUARTE). Para Marx essas classes estruturais são denominadas de burguesia e proletária. A burguesia detém os meios de produção enquanto a proletária dispõe da força de trabalho.

Nas respostas da parte aberta da questão 3, está evidente que os estudantes entrevistados se identificam com a classe trabalhadora. No entanto, as respostas sugerem que a situação de desigualdades sociais está dada e que eles não relacionam as desigualdades sociais que vivenciam com a luta de classe presente na sociedade. Falta-lhes o passo seguinte que é a consciência de classe. A consciência de classe acontece quando as pessoas tomam consciência do lugar em que ocupam na divisão social do trabalho e se organizam a partir de objetivos comuns, claros e declarados.

Questão 4: O que você sabe sobre as relações de classes sociais e modo de produção?

---

No quadro 19, estão transcritas, de forma fiel, as informações que os estudantes que participaram do survey usaram para expressarem o conhecimento deles sobre classes sociais e modo de produção. São respostas referentes à questão 4 do questionário.

QUADRO 19 – Respostas dadas pelos estudantes à questão 4 do questionário sobre relações de classes sociais e modo de produção

A sociedade possui hierarquia em todos os setores, onde os mais preparados tanto economicamente como com bases de estudos, são superiores.
Classes sociais abrangem todas as sociedades, dividindo as mesmas em classes diferentes A, B e C. Modo de produção: sistema que contempla todas as fases das mesmas.
As classes sociais consistem em grupos de pessoas que se relacionam de acordo com suas situações econômicas. Modo de produção: Está relacionado com a forma com que as profissões atuam em determinada função.
Não sei muito. Acredito que toda classe deve existir, porém, todas com trabalho.
Não possuo conhecimento sobre o assunto.
Classes sociais são divisões de classe trabalhadora.
Acredito eu que na questão de classes sociais, há pessoas que possuem muito e outras que possuem pouco, no geral, seja profissionalmente ou economicamente. E, programas de governo como o Prouni, minimizam esta grande diferença, tornando uma sociedade, no possível, igualitária socialmente.
Há muita discriminação entre as classes sociais e, infelizmente, quem tem maior poder aquisitivo, possui maiores e melhores oportunidades.
Não disponho de conhecimento.
Classes sociais são definidas pela condição econômica e trabalhista de uma classe baixa para uma classe alta e, o modo de produção depende de uma série de experiência pela qual passa a pessoa.
Dependemos de todas as classes sociais, sem o patrão não tem funcionário e assim por diante. Não só quanto patrão e empregado, mas dependemos de todas as classes e profissões para o bom andamento da sociedade.
Não entendi a pergunta.
As classes sociais fazem parte de um sistema, onde uma afeta a outra, seja no convívio social, nas empresas privadas, nos setores públicos.
As classes sociais são os meios aos quais as pessoas vivem em uma determinada situação. Modo de produção são modos de gerar objetos que mantém o econômico.
No Brasil, ainda existe muita discriminação em relação as classes sociais, onde, muitas

vezes são vistas como inferiores.
Pouca coisa.
A pergunta não ficou clara.
O modo de produção somente se consolida devido a ocorrência da produção em massa que, está atrelada às formas que as classes sociais estão dispostas.
As classes com renda mais baixa, sempre são a “mão-de-obra” considerada mais barata, é a classe que padece. Já as mais altas, as que mandam e lucram com todo o trabalho dessa mão-de-obra barata. As classes mais altas, quase nunca repassam a renda adquirida em forma de trabalho para quem trabalhou e fez os lucros chegarem.
As classes mais baixas acabam exercendo funções que exigem mais esforço físico e que ganham menos, além, de possuírem “menor <i>Status</i> ”, dificilmente chegando ao ensino superior.
Entendo que as classes sociais como uma hierarquia de poder, bem como incentivo a busca de maiores desafios a fim de crescer profissionalmente. Já, o modo de produção o consumo, uma vez que este é responsável pelo giro capital, e, ainda, por grande parte do acúmulo de resíduos e poluições.
As classes sociais mais altas tendem a realizar um trabalho mais mental e as classes baixas, um trabalho braçal. Infelizmente isso acontece, mas, com as facilidades de acesso à educação isso está melhorando. Esse estigma vem sofrendo alterações aos poucos.
Sei que é desigual. Há poucas pessoas com muito e muitas pessoas com pouco. As pessoas produzem, mas, nem sempre usufruem do que produziram.
Os menos favorecidos são os que mantêm a produção em massa. Há desigualdade social e nem todos tem as mesmas oportunidades de ensino.
Karl Marx, Eduard P. Thompson, Darton, Siney Chalhoud entre outros delimitam sobre a temática. É essencial saber o processo, sair da zona de conforto e da alienação.
Que a classe proletária é a que sustenta toda a sociedade capitalista, devendo ser dela, o lucro gerado.
Gosto muito do tema e estudo bastante a respeito. Acredito na importância da consciência de classe, tendo em vista, a sociedade em que vivemos e a relação tão conturbada entre a produção, lucro e trabalho.
Sei que as classes menos favorecidas estão relacionadas com a produção em si.
As classes sociais mais baixas são treinadas para a mão de obra. Durante o ensino fundamental e médio pouco se falou em ingresso na universidade, pouco se falou em vestibular e o ensino era decoreba e pouco ação (meu caso).
As diferentes classes sociais proporcionam meios de produção diferentes que impulsionam o desenvolvimento mercantil e trabalhos de operação e organização, proporcionando desenvolvimento econômico, cada um de uma forma diferente, mas, com trabalho em conjunto.
Na faculdade, por exemplo, as relações de classes sociais acontecem principalmente devido aos programas sociais que inserem pessoas de diferentes classes em diversos cursos.

<p>Que, mesmo no século XXI, ainda as classes sociais estão muito divididas.</p> <p>Sobre modo de produção não sei opinar.</p>
<p>Cada classe social tem parte atuante na produção.</p>
<p>Que hoje tem muita desigualdade ainda, mas, a educação faz uma sociedade mais justa.</p>
<p>As classes sociais são fundamentais para o modo de produção.</p>
<p>Há uma certa disparidade entre as classes sociais. Muitos têm pouco e, poucos, têm muito. Percebe-se que muitos trabalham muito e ganham pouco, e, poucos ganham muito.</p>
<p>As classes sociais são demandadas pelo poder aquisitivo.</p>
<p>Sei que nem sempre as relações de classes sociais são equilibradas, tendo em vista que algumas acabam tendo oportunidades diferentes, que permitem sua ascensão. Não sei responder sobre modo de produção relacionado na presente questão.</p>
<p>Desculpa, não tenho opinião formada em relação a esse assunto. A princípio, mesmo que haja, não concordo com divisão de classes.</p>
<p>Os tempos remetem à revolução industrial, e destacam um cenário que deu origem as produções em escala e a ascensão de algumas classes sobre as demais, o qual é a base do sistema ideológico capitalista, o qual depende de produção em grande escala, e acaba por fortalecer o contraste entre determinados membros da sociedade, organizando as classes sociais.</p>
<p>Que está muito desatualizado.</p>
<p>O modo de produção se divide em operários ou mão de obra, e, o capital o financiamento para transformar a matéria prima ou para busca-la. Já a classe social se divide naqueles que têm o capital para investir e os que detêm sua capacidade física e intelectual.</p>
<p>Sabe-se que as classes sociais mais desprivilegiadas pertencem aos mercados de trabalho que se utilizam de modos de produção com base na força física.</p>
<p>Nada mais é que a relação que ocorre entre todas as classes, tem um fim como destino, isso é, gerar produção seja qual for a profissão que exerce para a movimentação econômica.</p>
<p>O Brasil é uma escada de diversas classes sociais. Infelizmente aqueles com menos oportunidade nem sempre conseguem qualificação para adentrar os meios de produção como “chefe”, mas se tornam reféns de um meio de produção precário que os mantém na classe inferior.</p>
<p>Configura com determinadas classes sociais de remuneração. Indivíduos são classificados por classe.</p> <p>Modo de produção, desconheço.</p>
<p>As classes sociais impulsionam a economia e tem influência direta no modo de produção. Vivemos numa sociedade capitalista onde a produção em massa é cada vez mais influenciada, necessitando em contrapartida de mão-de-obra. Evidencia-se que o capital está concentrado nas mãos de poucos.</p>
<p>Sei que geralmente as classes sociais mais pobres são as que ficam na produção e</p>

conforme aumenta o nível de produção e desenvolvimento aumenta a classe social.
---

Não tenho conhecimento profundo no assunto. Mas, classes médias e baixas recebem maior impacto com políticas públicas.
--

FONTE: Informações copiadas das respostas dadas, pelos estudantes, à questão 4, do questionário do *survey*. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Dos 59 estudantes que participaram da pesquisa, três deixaram em branco a resposta; dois responderam sim; um respondeu não e um outro respondeu usando a palavra nada e dois não souberam responder. Por isso, constam no quadro 19 somente 50 respostas.

Para facilitar a compreensão da análise, classificou-se as respostas dessa questão em cinco tipos: primeiro, as que contém algum argumento; segundo, as respostas em que foi usada somente a palavra sim; terceiro, respostas em que foi usada somente a palavra não; quarto tipo, os que disseram não saber a resposta quinto e último, o que respondeu usando somente a palavra nada.

A tabela 15 apresenta os tipos de respostas, o número de estudantes e o percentual de estudantes de cada tipo de resposta e o total de estudantes.

TABELA- 15 Dados sobre a avaliação dos estudantes referentes a relação de classes sociais e modo de produção, questão 4

Respostas	Número de estudantes	Porcentagem
Respostas com algum tipo de argumento	51	86,44%
Respostas usando somente com a palavra "sim"	2	3.38%
Respostas usando somente com a palavra "não"	1	1.69%
Não sabe a resposta	2	3.38%
Respostas usando somente a palavra "nada"	1	1.69%
Não teve resposta.	2	3.69%
Total	59	100%

Fonte: Dados extraídos do *survey*, questão 4. NOTA: Tabela elaborada pela autora

Ao observar a tabela 15 constata-se que a maioria dos estudantes que participou da pesquisa usou algum tipo de argumento para responder o que sabe sobre as relações de classes sociais e modo de produção. No entanto, apesar de

a maioria ter respondido, nota-se nas repostas transcritas no quadro 19, que elas apresentam conteúdos dos mais variáveis possíveis, e que a maior parte delas são insuficientes e desprovidas de informações do debate político sobre o tema, de modo que deixa claro que os estudantes não relacionam, de forma concreta, as dificuldades que enfrentam na vida real, consequências das desigualdades sociais, com o modo de produção vigente no país. Alguns constatam o fato. No entanto, numa perspectiva do fato consumado.

Nas respostas apresentadas no quadro 19, sobre classes sociais e modo de produção, pelo menos cinco estudantes disseram não saber sobre o assunto, três argumentaram que a pergunta não ficou clara, 18 respostas são desprovidas de fundamentação. Logo, as respostas indicam que a maioria dos estudantes que participou da pesquisa desconhece classes sociais e modo de produção. Isso tem relação com o que foi observado nas respostas da questão 3, onde fica evidente que eles se identificam como classe trabalhadora, porém não relacionam as desigualdades sociais que vivem com as disputas de classe presentes na sociedade. Isto reforça o que já foi dito anteriormente nos aspectos apresentado nas respostas da questão 3 que sugerem que a situação das desigualdades sociais está dada.

Questão 6: O fato de você ter conquistado o diploma de um curso superior como este, você atribui isto:

- a. ( ) À política pública de inclusão social do governo federal.
- b. ( ) À política pública de inclusão do governo federal e ao seu mérito individual.
- c. ( ) Ao seu mérito individual que independe de política pública.
- d. Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

A tabela 16, a seguir, apresenta as respostas obtidas no *survey*, questão 6, parte fechada.

TABELA 16- Dados sobre a avaliação dos estudantes referente ao reconhecimento do papel do Estado, questão 6

Alternativa	Número de estudantes	Percentual de estudantes
-------------	----------------------	--------------------------

Alternativa A	4	6.77%
Alternativa B	51	86,44%
Alternativa C	4	6.77%
Total de estudantes	59	100%

FONTE: Dados extraídas do *survey*, questão 6. NOTA: Tabela elaborada pela autora.

Ao observar a tabela 16, com as respostas cujo objetivo era buscar saber se os estudantes reconhecem o papel do Estado na implementação da política pública ou se eles entendem que independente do Estado as coisas acontecem. De acordo com a resposta dada pela maioria, eles reconhecem o papel do Estado, uma vez que eles optaram por marcar a letra “b”. Somente quatro estudantes escolheram a alternativa “a”, que atribui à política pública do governo federal e outros 4 estudantes escolheram a alternativa “c”, que indica que é mérito individual e independe de política pública.

Reconhecer o papel do Estado na implementação da política pública aponta para a compreensão que o Estado cumpre um papel importante na organização social. No entanto, como as respostas são fechadas elas não apresentam elementos que indicam qual é a compreensão que eles têm sobre Estado.

A meritocracia, que já apareceu em outras respostas, aparece aqui na resposta da questão seis, também. Quatro estudantes afirmaram que atribuem o fato de ter conquistado um diploma de um curso superior ao seu mérito individual, independente da política pública implementada pelo governo.

O quadro 20, a seguir, apresenta os argumentos utilizados pelos estudantes para justificar as respostas dadas à questão 6.

QUADRO 20 - Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar as respostas dadas à questão 6, sobre o reconhecimento do papel do Estado na oferta de política pública

A política pública possibilitou, ou seja, suportou a parte financeira dos estudos, porém, foi com os meus esforços que foi conquistado a vaga e a classificação pelas bolsas disponíveis pela política pública.

Se não fosse a política pública, eu não teria conseguido cursar a faculdade e meu mérito individual foi importante, tendo em vista, que foi preciso uma boa colocação no Enem e superficiência na manutenção do meu rendimento.

Através do governo federal foi possível a entrada em uma universidade pelo Fies e Prouni e com meu esforço individual isto foi possível.
Ambas as coisas me fizeram chegar até lá.
Sem uma política pública de inclusão social não haveria o Prouni para incentivar o estudo. Porém o mérito de cada um participante é essencial para que se defina quem merece estar se utilizando desse programa.

FONTE: Informações copiadas do *survey*, questão 6. NOTA: Quadro elaborado pela autora.

Dos 51 estudantes que responderam à questão 6 do *survey*, somente cinco responderam a segunda parte da questão, que era para justificar a resposta dada na parte fechada da questão. Como poucos justificaram as respostas faltam elementos para aprofundar a análise. O que é possível constatar é que os que justificaram demonstraram reconhecer o papel do estado na implementação da política pública que possibilitou que eles cursassem um curso superior.

Questão 9: Sobre o atual cenário brasileiro, você avalia que:

- a. ( ) Está ruim.
- b. ( ) Está bom.
- c. ( ) Está muito bom.
- d. ( ) Está excelente.
- e. Por quê?

A tabela 17 apresenta as alternativas que os estudantes escolheram para indicar como estão vendo o cenário brasileiro.

TABELA 17- Dados sobre a avaliação dos estudantes referente ao cenário brasileiro, questão 9

Alternativas de resposta	Número de estudantes	Percentual de estudantes
Está ruim	38	64.40%
Está bom	16	27,11%
Está muito bom	2	3.38%
Está excelente	2	3.38%
Não escolheu nenhuma das alternativas	1	1.69%
Total de estudantes	59	100%

FONTE: Dados extraídos do *survey*, questão 9. NOTA: Tabela elaborada pela autora

Os dados apresentados na tabela 17 mostram que 38 entrevistados, o que equivale a 64.40%, indicam que o cenário brasileiro está ruim. Enquanto que 16, o equivalente a 27.11%, indicam um cenário bom e dois entrevistados, 3.38%, entendem que o cenário brasileiro está muito bom. Dos 59 estudantes entrevistados, dois deles avaliam que o cenário brasileiro está excelente e apenas um não marcou nenhuma alternativa.

As justificativas apresentadas na segunda parte da questão contribuem para complementar a análise das respostas dos estudantes sobre o cenário brasileiro.

O quadro 21 apresenta os argumentos utilizados pelos estudantes que responderam que o cenário brasileiro está ruim.

QUADRO 21 – Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar por que o cenário brasileiro está ruim

Necessita de mais incentivos aos estudos.
Socialismo ou comunismo não funcionam, precisamos do capitalismo para obter crescimento financeiro da população.
Por causa dos roubos dos atuais governos
Se a pergunta for em relação ao que se vive hoje no Brasil e não sobre o Programa Prouni.
Economia do país está muito ruim, isso interfere em todos os aspectos.
Por questões diversas envolvendo corrupção, que acaba afetando todas as áreas, entre elas a educação.
As medidas sociais apesar de serem de extrema importância, ainda não atingiram os resultados esperados A educação é falha, setores econômicos estão ameaçados e a segurança está em crise.
Muita corrupção e isso afeta toda a população de uma forma ou de outra.
Péssimo eu diria. Insegurança jurídica e política.
O Brasil encontra-se em uma crise, poucos são favorecidos, inflação, índice de criminalidade etc.
O governo atual não nos dá garantia em relação a programas que possam oportunizar o ensino superior a estudantes.
Com a mudança de governo, as medidas afirmativas correm grande risco de diminuição, extinção pois, o enfoque deixou de ser o social.
Os governantes estão despreparados sem rumo e sem planos eficazes de governo.
Há muitas brigas a respeito de opiniões contrárias que fazem com que percebemos que o discurso de muitos de respeitar o próximo é vão se a opinião não for a mesma. O governo dá tudo aquilo que o povo quer tanto em discurso quanto em melhorias. O tal pão e circo nunca tem fim.

Há um descaso com a população. As políticas públicas estão enfraquecendo, os políticos perdendo o interesse em trabalhar pelo povo comprometendo o bem-estar social da classe menos favorecida.
Muita corrupção.
Sem comentários.
Por toda a crise em que o país passa política, social e econômica.
Devido a corrupção em todos os setores, mas, acredito em uma melhorara, nesse quadro.
Maior crise econômica da história, sendo eleito um presidente que não tem noção de economia.
Educação se encontra em um estado não muito bom.
Infelizmente há carência em várias áreas
Devido os problemas políticos que há em nosso país, nesse momento.
Ruim, porém melhorando, precisamos combater essa corrupção que mina os cofres públicos para que sobre dinheiro para se investir mais em educação
Devido, a crise econômica que afeta todas as classes, principalmente a classe trabalhadora.
Pelo mal-uso do dinheiro público, baixo investimento em educação, saúde, segurança, além dos escândalos com corrupção.
Espero que melhore dentro dos próximos anos e ainda que deixe de ser separado por nomenclaturas. Somos todos iguais.
Pois, a corrupção dificulta o desenvolvimento do país. Tivemos uma eleição onde foi preciso escolher entre o ruim e o pior, a corrupção ou o extremismo.
É preciso que ocorra uma mudança em relação aos investimentos em educação. Deveria existir mais investimentos em ensino básica e o ensino superior deveria ser privatizado.
É visível o resultado da crise na minha casa, sendo que há três anos a compra do mês dava mais produto do que dá hoje.
Política, saúde e muitos quesitos da educação precisam melhorar.
Há muitas decisões que deveriam ter sido tomadas nos anos anteriores que até o momento estão em estágio inicial.
Precisa- se investir muito mais em educação para que tantos outros possam ter oportunidades iguais ou melhores que a minha.
Falta muito incentivo político com a educação, falta melhorar muito.
O governo está esquecendo de aplicar melhorias na educação e na saúde.
Em relação a política está ruim, esperamos que melhore com a mudança de governo.
Não está péssimo, pois, sabemos que já tivemos momentos piores. Porém, está com a inflação alta, sem perspectiva de melhora.

FONTE: Informações copiadas das respostas do *survey*, questão 9. NOTA: Quadro elaborado pela autora

O objetivo da questão 9 era o de procurar encontrar elementos que complementassem as informações das questões anteriores sobre o papel do Estado, classe social, luta de classe, consciência de classe e a relação dos

problemas enfrentados na vida real com as decisões tomadas por aqueles que têm a tarefa de conduzir o Estado. Ao observar as justificativas apresentadas pelos estudantes que afirmaram que o cenário brasileiro está ruim, transcritas no quadro 21, é possível perceber que eles identificam o papel do Estado com relação às políticas de saúde, educação, segurança, economia e ao bem-estar da população. As respostas demonstram que eles percebem que as decisões tomadas por aqueles que têm a tarefa de conduzir os rumos do Estado brasileiro têm relação com os problemas reais enfrentados na sociedade. No entanto, as respostas indicam que não há neles consciência de classe, segundo a concepção marxista. No marxismo, a consciência de classe é o que permite a passagem da classe “em si” para à classe “para si”. Ou seja, um grupo social que toma consciência do lugar que ocupa na divisão social do trabalho e se organiza ou através de conflitos ou por luta política para atingir os objetivos definidos e declarados (TINEU,2017).

Dos 38 estudantes que responderam que o cenário brasileiro está ruim, um não respondeu nada na parte descritiva da questão. Por isso, constam na lista somente 37 respostas

No quadro 22 estão os elementos utilizados pelos estudantes para indicar que o cenário é bom.

QUADRO 22- Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar porque o cenário brasileiro está bom

Pode ser melhorado com relação a mais bolsas de estudo.
Com relação ao ensino superior está bom pela oportunidade de ingresso.
Estamos iniciando uma nova fase, após as eleições de 2018, que promete grandes mudanças econômicas, espera-se que não se esqueça dos projetos sociais assim como o Prouni.
Na parte das pessoas que não têm condição de estudar devido a fato financeiro, está boa, pois, nunca foi assim. Já outras áreas estão ruins.
O Prouni é essencial para pessoas de baixa renda ingressarem em faculdades privadas, porém os critérios de renda deveriam ser avaliados.
Porém, é relativo, pois, é necessárias grandes mudanças, para que nosso país venha a ser realmente bom. É frustrante saber tudo o que ocorre em nosso país em relação a tantos problemas e saber que isso poderia ser evitado.
Não é as nove maravilhas, mas, em comparação com outros países eu acho que o humanitário está

bom, oferece oportunidade para quem se dedica.
As oportunidades vêm diminuindo.
Tenho receio que mudem as políticas organizacionais, que se extinguem os programas que favorecem as menores classes sociais.
Acredito que vai melhorar a partir de 2019 com a nova gestão.
Está desestruturado, porém não a ponto do caos.
Embora em muitos quesitos o país esteja em má situação, acredito que a base para a mudança é a educação, visto que no decorrer dos anos a evasão escolar vem diminuindo significativamente.
Mas ainda tem muito o que melhorar, mas desta maneira está ótimo porque alunos que possuem bolsa são de alto rendimento, tendo retorno ao governo.

FONTE: Informações das respostas do *survey*, questão 9. NOTA: Quadro elaborado pela autora

Ao analisar as informações contidas no quadro 22, é possível classificá-las em quatro grupos: o primeiro grupo é formado pelas respostas daqueles que afirmaram que o cenário está bom, referindo-se ao Prouni; o segundo grupo formado pelas respostas daqueles que avaliam que o cenário brasileiro está bom porque vai iniciar uma novo período pós eleição 2018; o terceiro grupo formado pelas resposta daqueles que partem do pressuposto que o cenário está bom mas está em uma decrescente e o quarto grupo formado pelas respostas daqueles que entendem que o cenário está bom por razões diversas.

As justificativas apresentas pelos estudantes que afirmaram que o cenário brasileiro está bom não diferem muito das respostas apresentadas pelos que afirmaram que o cenário brasileiro está ruim, no que diz respeito ao objetivo que se tinha com esta pergunta pois eles também identificam o papel do Estado na oferta de políticas de educação e segurança, demonstram compreender que as decisões tomadas por aqueles que têm a tarefa de conduzir o Estado interferem nos problemas reais enfrentados pela sociedade. Assim como as respostas apresentadas no quadro anterior, essas também indicam que não há neles consciência de classe conforme indica o pensamento marxista.

Os quadros 23, 24, 25 e 26 apresentam as respostas dos estudantes que afirmaram que o cenário brasileiro está bom, mas partiram de pontos de vista diferentes. Essas justificativas já foram apresentadas no quadro 21, porém agora elas estão separadas em grupos sendo respectivamente as respostas dos que

afirmam que o cenário brasileiro está bom a partir do ponto de vista do Prouni; os que partem do ponto de vista de um novo período pós eleição 2018; os que partem do ponto de vista que está bom, mas, está numa decrescente e os que partiram de pontos de vista diversos.

QUADRO - 23 Argumentos utilizados pelos estudantes que afirmam que o cenário brasileiro está bom. Os que se referiram ao Prouni.

Pode ser melhorado com relação a mais bolsas de estudo.
Com relação ao ensino superior está bom pela oportunidade de ingresso.
Na parte das pessoas que não têm condição de estudar devido a fato financeiro, está boa, pois, nunca foi assim. Já outras áreas estão ruins.
O Prouni é essencial para pessoas de baixa renda ingressarem em faculdades privadas, porém os critérios de renda deveriam ser avaliados.
Mas ainda tem muito o que melhorar, mas desta maneira está ótimo porque alunos que possuem bolsa são de alto rendimento, tendo retorno ao governo.

FONTE: Informações extraídas do *survey*, questão 9. NOTA: Quadro elaborado pela autora

Nota-se que os estudantes que deram essas respostas partiram do ponto de vista que está bom pois o Prouni permitiu-lhes o acesso ao ensino superior. Portanto, não se referem aos aspectos mais gerais que a questão sugere e sim só ao Prouni. As respostas do grupo oferecem elementos que indicam que eles identificam o papel do Estado na oferta do Programa para as pessoas de baixa renda. Nessas respostas há elementos que indicam a compreensão sobre classe social.

Quadro 24 – Argumentos utilizados pelos estudantes que avaliam que o cenário brasileiro está bom porque vai iniciar um novo período pós-eleição 2018

Estamos iniciando uma nova fase, após as eleições de 2018, que promete grandes mudanças econômicas, espera-se que não se esqueça dos projetos sociais assim como o Prouni
Acredito que vai melhorar a partir de 2019 com a nova gestão.

FONTE: Informações copiadas do *survey*, questão 9. NOTA: Quadro elaborado pela autora

Os argumentos utilizados nas respostas apresentadas no quadro 23 partem do ponto de vista que está ruim mas vai melhorar por conta do novo período pós

eleição. Essas respostas apontam para uma completa ausência da compreensão da luta de classe se considerar as categorias apresentadas na fundamentação teórica deste texto e os aspectos ideológicos predominantes no projeto de sociedade que venceu as eleições em 2018 no Brasil.

QUADRO 25 Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar que o cenário brasileiro está bom, mas está numa decrescente, questão 9

As oportunidades vêm diminuindo.
Tenho que receio que mudem as políticas organizacionais, que se extinguem os programas que favorecem as menores classes sociais.

FONTE: Informações copiadas do *survey*, questão 9. NOTA: Quadro elaborado pela autora

Nota-se que os argumentos utilizados nessas respostas demonstram que os estudantes partiram do ponto de vista que o cenário vem em uma decrescente, e expressam a preocupação com as políticas públicas. Os argumentos dos estudantes desse grupo apontam para a compreensão do papel do Estado na oferta do Programa. Um dos argumentos afirma que o Estado vem reduzindo as possibilidades para os mais pobres e o outro teme pela extinção completa das políticas públicas voltadas para as classes sociais mais baixas. Logo, faz relação com as desigualdades entre as classes sociais. No entanto, de forma insuficiente para expressar a compreensão sobre a luta de classes e consciência de classe. E o Estado aparece aqui como força exterior que está retirando o direito que antes era ofertado, ou que pode vir a tirar.

QUADRO 26- Argumentos utilizados pelos estudantes para justificar que o cenário brasileiro está bom por razões diversas, questão 9.

Porém, é relativo, pois, é necessárias grandes mudanças, para que nosso país venha a ser realmente bom. É frustrante saber tudo o que ocorre em nosso país em relação a tantos problemas e saber que isso poderia ser evitado.
Não é as nove maravilhas, mas, em comparação com outros países eu acho que o humanitário está bom, oferece oportunidade para quem se dedica.
Está desestruturado, porém não a ponto do caos.
Embora em muitos quesitos o país esteja em má situação, acredito que a base para a mudança é a

educação, visto que no decorrer dos anos a evasão escolar vem diminuindo significativamente.
--

FONTE: Informações copiadas das respostas do *survey*, questão 9. NOTA: Quadro elaborado pela autora

Os argumentos utilizados nas respostas, do quadro 25 indicam que os estudantes partiram de pontos de vista diversos. Em todas as respostas é possível perceber a referência que fazem com relação ao papel do Estado na organização da sociedade, porém, de forma muito difusa.

O quadro 27 apresenta os argumentos utilizados pelos estudantes que participaram da pesquisa e optaram por indicar a alternativa “C” que indica um cenário brasileiro muito bom.

QUADRO 27- Argumentos utilizados pelos estudantes que responderam que o cenário brasileiro está muito bom, questão 9, do *survey*.

É outra maneira de ter acesso ao ensino superior considerando a dificuldade de acesso à universidade pública.
---

Perfeito não está, mas com o decorrer do tempo tudo se aprimora e sobe ao seu patamar.
--

FONTE: Informações copiadas das respostas dadas, pelos entrevistados, à questão 9, do *survey*. NOTA: Quadro elaborado pela autora

Ao observar as respostas dadas na questão 9 por aqueles que optaram por marcar a alternativa “C” “muito bom”, constata-se que, ao afirmar que “É outra maneira de ter acesso ao ensino superior considerando a dificuldade de acesso à universidade pública” ele se refere ao Prouni. E, não está partindo do ponto de vista de aspectos mais amplos da sociedade conforme sugere a pergunta. Já, o outro que respondeu: “Perfeito não está, mas com o decorrer do tempo tudo se aprimora e sobe ao seu patamar” faz uma referência genérica e não deixa claro sobre a que se refere. Não deixam claro qual é a dificuldade de acesso a universidade pública e, também, não evidencia o que seria o aprimoramento e o que seria o patamar. Não se percebe em nenhuma das duas respostas elementos que indiquem o papel do Estado.

Na questão 9 do *survey* dois entrevistados marcaram a alternativa “D” que indica que o cenário brasileiro está excelente. Desses um não respondeu a parte descritiva da pergunta e o outro respondeu o que segue no quadro 28.

QUADRO 28- justificativa utilizada pelo estudante que respondeu que o cenário brasileiro está excelente, na questão 9 do questionário.

Acredito que o Prouni esteja ajudando muitos jovens a ir para uma faculdade e ter qualificação profissional.

FONTE: Informações copiadas da resposta dada à questão 9 do *survey*. NOTA: Quadro elaborado pela autora

O argumento utilizado pelo entrevistado que optou por afirmar que o cenário brasileiro está excelente demonstra que ele partiu do ponto de vista que a avaliação é sobre o Prouni e não sobre aspectos mais gerais como sugere a questão 9. E, como a avaliação dele é sobre o Prouni e como ele vê o Programa como um programa excelente porque ajuda muitos a irem para uma faculdade e terem uma qualificação profissional, ele afirma que o cenário está excelente sem levar em consideração os aspectos mais gerais do cenário brasileiro. O argumento indica que o entrevistado faz uma referência ao aspecto de classes sociais.

Conforme mostra a tabela 17, um entrevistado não indicou nenhuma alternativa. No entanto, ele fez a resposta da parte descritiva da questão 9. O quadro 28, a seguir, apresenta o argumento que ele fez uso para se referir ao cenário brasileiro.

QUADRO 29- Argumento utilizado pelo estudante que não marcou nenhuma alternativa indicada na questão 9, na parte objetiva, porém, fez a resposta descritiva

Está preocupante. Os riscos de perda de programas inclusivos estão evidentes. Há uma preocupação quanto a criação, quanto a mão-de-obra não quanto a profissionalização dos indivíduos

FONTE: Informações copiadas da resposta do *survey*, questão 9. NOTA: Quadro elaborado pela autora

O argumento utilizado pelo estudante para se referir ao cenário brasileiro apresentado no quadro 29 indica que é preocupante a diminuição do papel do Estado com relação aos riscos de perda de programas inclusivos. Com esse argumento, ele faz referência às políticas de inclusão das classes subalternas. No entanto, a parte seguinte do texto está insuficiente para completar o sentido da parte inicial do texto. Com isso, as informações estão difusas e não há elementos que indiquem compreensão sobre o papel do Estado na organização da sociedade e nem sobre, classe social, luta de classe e consciência de classe.

Não se pode perder de vista que o objetivo com esta questão é o de encontrar elementos que indiquem, se os estudantes identificam o papel do

Estado na organização da sociedade e como se situam em relação ao sentimento de pertencimento a uma classe social. Buscou-se elementos nas respostas que permitam a compreensão deles sobre classes sociais, relações de classe e consciência de classe.

Ao analisar as respostas dos estudantes que optaram por apresentar argumentos para defender seu ponto de vista, percebe-se que a maioria das respostas indica que eles reconhecem o papel do Estado na implementação de políticas públicas e fazem relação dos rumos do país com quem esta governando.

No entanto, a maioria das respostas indica que, com relação à identidade de classe e as relações concretas com a luta de classe, eles não têm conhecimento. As respostas também indicam uma falta de clareza ideológica, pois relacionam as políticas públicas com papel do Estado, do governante, mas sem o viés ideológico.

#### 4.3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O CAPÍTULO 4

Com o quarto e último capítulo, conclui-se esta dissertação. Como este é o capítulo em que foi feita a análise do estudo de campo, vamos apresentar as considerações da mesma forma em que foi feita a análise, em dois grupos. No primeiro grupo faremos as considerações sobre o bloco 1 de questões, onde foram analisadas as questões específicas sobre o Prouni e no segundo grupo, as questões do bloco 2 onde foram analisadas as questões gerais.

O Estudo de campo sobre o Prouni, a partir das questões mais específicas sobre o Programa, possibilita afirmar que o Programa fez chegar até a população de baixa renda a condição real de frequentar um curso superior. Mais que isto, um curso que corresponde aos anseios e expectativas dessa parcela da população. Segundo as informações coletadas, a escolha dos estudantes pelo curso se deu por afinidade com o trabalho que o curso proporciona e, por identificar-se com a profissão. Algumas expressões apresentadas mostram que o programa dialoga com a realidade dessa parcela da população. Expressões tais como: realizar um sonho e realização pessoal.

O estudo mostrou também que o Prouni tem possibilitado que não só pessoas de baixa renda, que vivem nos grandes centros urbanos, mas também pessoas de baixa renda que vivem nas cidades do interior tivessem acesso a um curso superior. A instituição de ensino superior onde foi realizada a pesquisa fica situada no interior do Paraná, na Região Centro-Sul do Estado. Portanto, longe dos grandes centros urbanos. Uma consideração que merece destaque é que os estudantes não estão cursando determinado curso por falta de outro, mas sim, por que é o curso que sonhavam fazer.

Com relação à modalidade da bolsa de estudo, a maioria dos estudantes beneficiários do Programa, que responderam ao questionário, 55.93%, recebiam a modalidade de bolsa parcial. E 44.06% eram beneficiários da bolsa integral, ou seja, sem nenhum custo para o estudante. Esse dado obtido na pesquisa de campo dialoga com o que foi constatado no estudo sobre o Prouni em âmbito nacional, pois em âmbito nacional a maioria das bolsas ofertadas pelo programa é de bolsa parcial.

Para os estudantes que eram beneficiários do Fies, o Prouni não foi decisivo no momento de ingressar no curso superior, mas contribuiu, pois com isso a família não precisou bancar mais esse custo. E se tivesse que bancar, faltariam recursos para outras necessidades familiares.

Para todos os casos de estudantes beneficiários da bolsa integral, o Prouni foi decisivo no momento de ingressar no curso superior. Não fosse ele, não seria possível a essa parcela da população cursar o curso superior. Tanto para os estudantes contemplados com a bolsa parcial e o Fies, como para os beneficiários de bolsa integral não existe a possibilidade de bancar o curso por conta própria, sem o auxílio da bolsa e do financiamento estudantil.

Percebeu-se durante o desenvolvimento da pesquisa que os estudantes fazem pouca referência à universidade pública. Talvez pelo número muito reduzido de instituições de ensino superior pública no Estado do Paraná. A possibilidade de cursar uma universidade pública não está no horizonte dos estudantes entrevistados.

O estudo revelou que para 96.6% dos estudantes entrevistados os critérios

adotados para o ingresso no curso superior, através do Programa Universidade Para Todos, correspondem às expectativas. Também aponta que o sistema é eficiente, simples, acessível, não falha, tem lisura no processo e requisitos justos.

No aspecto da permanência, a pesquisa indicou que para 95.2% dos entrevistados o Programa corresponde à expectativa. E, indicou ainda que sem o Programa Universidade Para Todos a parcela da população contemplada com a bolsa integral não teria condições de permanecer estudando e nem de pagar o Fies. Ainda sobre permanência, nas respostas os estudantes não fizeram referências aspectos como bolsa permanência, apoio financeiro para o transporte, residência, alimentação, assistência à saúde e acesso a livros. Eles se ativeram apenas ao aspecto da mensalidade. E, para aqueles que têm bolsa de estudo parcial e Fies, o Prouni não foi decisivo.

A pesquisa apontou que, para 98.3% dos estudantes entrevistados a qualidade do curso que o Prouni possibilitou acesso corresponde às expectativas, tendo em vista a excelência do curso, a eficiência da instituição no atendimento aos estudantes e as exigências de desempenho que a instituição faz aos alunos. E que Prouni corresponde com à expectativa da maioria dos estudantes contemplados com o Programa, tanto no aspecto de ingresso quanto de permanência e qualidade. Os entrevistados consideram que a instituição de ensino oferece um ensino de excelência e que os estudantes do Prouni são bem atendidos pela instituição.

A instituição de ensino superior onde ele foi realizado o survey é um exemplo da necessidade de vagas públicas para atender a demanda da região. Do total de estudantes da instituição, 60% são de cidades próximas, 40% são de outras regiões do Estado e do Brasil. E, do total de alunos matriculados na instituição, 64% são beneficiários de algum tipo de financiamento estudantil, se considerar as várias modalidades de bolsas de estudo e financiamento. Sendo: 21% do Prouni, 15% Fies e 28% parcelamento pela própria instituição. Dos 64%, de estudantes, que necessitam de algum tipo de auxílio financeiro para cursar o curso superior, o Prouni consegue atingir apenas 21%. Os outros 36%, de estudantes da instituição, que precisam de algum tipo de ajuda financeira para cursar o ensino superior estão desprotegidos pelo Estado, no sentido de que o

Estado não garante condições para estudarem gratuitamente. Com isso, para permanecerem na faculdade, recorrem ao financiamento pelo Fies ou pela própria instituição, o que indica que arcarão com estas despesas por um longo período, até mesmo depois que concluírem o curso superior.

Se relacionar o estudo feito a partir dos dados do Censo da Educação Superior do Inep com as informações obtidas através do *survey*, é possível constatar que no Estado do Paraná o número de instituições de ensino superior público é muito baixo e esse dado dialoga com a demanda por vagas no ensino superior público, indicada nas respostas dos estudantes, no *survey*.

Com as questões 3, 4, 6 e 9 do *survey*, tinha-se a pretensão de levar os estudantes entrevistados a se manifestarem de forma que se pudesse extrair das respostas deles elementos que expressassem a compreensão que eles têm sobre as categorias: classe social, luta de classe, consciência de classe e se reconhecem a importância do papel do Estado, na implementação das políticas públicas de inclusão social, como o Prouni, por exemplo. E buscar saber o que os estudantes sabem sobre a organização da sociedade brasileira, e se a inclusão social proporcionada pelo Prouni, através do ingresso no curso superior, tem contribuído também para que os filhos da classe trabalhadora tenham consciência de classe. Para fazer a análise desses aspectos da pesquisa foram consideradas as contribuições teóricas de Gramsci, Mézáros e Lênin.

O Estado exerce um papel fundamental na organização social. Engels afirma que o Estado nasceu do conflito de classes pela necessidade de conter os antagonismos entre elas. E que, por regra geral, o Estado é da classe que tem maior poder econômico e político. (Engels Apud LÊNIN, 2017). Identificar o papel que o Estado brasileiro vem desempenhando na organização da sociedade atual é de fundamental importância para o exercício da cidadania. O Estado brasileiro está organizado a partir da lógica do modo de produção capitalista. As políticas públicas de inclusão social são inerentes desse modelo de sociedade. Para que a classe trabalhadora enquanto grupo de pessoas que ocupam, no conjunto da divisão social do trabalho, a posição de menor poder aquisitivo e político, ter consciência de classe é imprescindível para construir uma sociedade emancipada e emancipadora.

A opção por buscar saber, através do estudo de campo, se os estudantes beneficiários do Prouni, que estão concluindo um curso superior identificam o papel do Estado na oferta da política pública de inclusão social se deu com a pretensão de compreender se a inclusão da parcela da população beneficiária do Programa na educação superior contribuiu também para o processo de tomada de consciência de classe. Se vivemos em um país que atualmente é governado por um grupo político que faz a defesa do Estado mínimo para a parcela da população que não detém os meios de produção e coloca o Estado brasileiro a serviço do capital, ter consciência de classe é uma condição necessária para a organização da classe trabalhadora, visando a superação da condição de explorados e para ser de fato incluída socialmente.

As informações obtidas através do *survey* demonstram que os estudantes reconhecem que as políticas públicas de modo geral como saúde, educação, segurança, entre outras, e as políticas públicas de inclusão social, como o Prouni, por exemplo, são ofertadas pelo Estado. Ou seja, reconhecem o papel do Estado na oferta dessas políticas. Demonstram, também, reconhecer que o sistema econômico do país e as oportunidades de emprego têm relação com o Estado e tem relação também com quem está governando o Estado.

Nas respostas obtidas na questão 9 do questionário, que trata do cenário brasileiro, é possível identificar elementos que confirmam a afirmação feita anteriormente. Pois nelas eles demonstram que percebem a presença ou a ausência do Estado na oferta de educação pública; saúde pública; no cenário que está ruim devido ao descaso do governo com essas políticas públicas. Expressam a preocupação com relação ao governo atual e ao futuro das políticas públicas de inclusão social, e, com a insegurança jurídica e política, e também, com o Estado de bem-estar social.

Porém, a pesquisa mostrou que os estudantes não percebem o Estado como algo que possa ser construído pelas pessoas, mas como algo que está posto, que está dado. Revelou também que os estudantes têm uma percepção do Estado como força exterior aos sujeitos.

Com o *survey*, buscou-se saber, através das questões 3 e 4, principalmente, se os estudantes beneficiários do Programa Universidade Para

Todos (Prouni), ao concluir o curso superior, identificam as relações de classe, presentes na sociedade brasileira, e se se identificam em alguma classe social.

Os dados obtidos com a questão 3 conforme apresentado na tabela 14, dos 59 estudantes entrevistados, 94.91%, se identificaram como classe trabalhadora, enquanto que 4% responderam que não pertencem à classe trabalhadora.

As informações obtidas com a pesquisa, conforme mostra o quadro 13, apontam que a maioria dos estudantes beneficiários do Prouni, se identifica como classe trabalhadora, porque trabalha ou porque pretende trabalhar, não porque tem consciência de classe. A minoria demonstrou ter pouco conhecimento sobre o tema. Nota-se que o resultado da pesquisa sugere que os entrevistados têm consciência que são da classe trabalhadora, porém, não identificam nas dificuldades que a classe trabalhadora enfrenta em seu cotidiano alguma relação com luta de classe. As informações apontam, ainda, para a naturalização dos problemas presentes na sociedade, para uma situação que está dada, para um mundo que é assim mesmo.

Essa naturalização acontece quando não existe o debate político sobre a organização social, sobre a vida real. A educação não dá conta sozinha de transformar a sociedade, mas ela tem um papel fundamental. Desde a educação infantil até a vida adulta. Como afirma Gramsci (Gramsci Apud MANACORDA, 2013) o ser humano está sempre em continua formação e o ser humano não é fruto da natureza, mas sim de uma construção histórica e social. Para ele "a cultura não é somente uma organização subjetiva do próprio eu interno, mas também objetiva, externa dos instrumentos para sua difusão, um modo de ser que determina uma forma de consciência" (Gramsci Apud MANACORDA, 2013, p.30). Portanto, considerando a concepção de Gramsci, as informações obtidas através da pesquisa apontam uma formação distante da vida real do país.

Segundo a concepção de educação em Gramsci, o motivo científico-técnico e o motivo historicista se unificam na história da ciência e da técnica. O que resulta no humanismo. E ele caracteriza o humanismo, como sendo, "a consciência da história da humanidade como história do progressivo domínio científico-técnico do homem sobre a natureza" (Gramsci apud MANACORDA, 2013, p. 207). O domínio científico-técnico do homem sobre a natureza significa a

transformação do homem, visando a construção social da humanidade. Em outras palavras, “essa concepção unifica-se no trabalho, que se baseia sobre o conhecimento objetivo e exato das leis naturais para a criação da sociedade dos homens” (Gramsci Apud MANACORDA, 2013. P.193). As informações obtidas através da pesquisa apontam para a ausência de debate político e, isto gera uma separação entre a vida real e a escola, o que resulta numa formação retórica, distante da vida real do país. E, com isso, a educação tende a formar a pessoa para o trabalho, ou seja, é uma educação informativa.

Gramsci considera a escola um dos mecanismos que compõem a estrutura ideológica da classe dominante para se manter, se defender e desenvolver frentes teóricas e ou ideológicas para se manter na condição de classe dominante (Gramsci apud MANACORDA, 2013). Uma escola que prepara para o mundo do trabalho, com uma educação informativa, é uma educação a serviço da classe dominante e não uma educação sem ideologia, como pode parecer, pois ela carrega consigo a ideologia da classe dominante. Neste caso a educação cumpre o papel de ser um instrumento ideológico a serviço da classe dominante. E, Gramsci reforça que “escola como função educativa positiva e os tribunais como uma função educativa repressora e negativa são as atividades estatais mais importantes” (Gramsci apud MANACORDA, 2013 p. 255), no sentido de se constituírem como instrumentos ideológicos da classe dominante.

A educação cumpre um papel fundamental na organização social, portanto, se ela é uma educação desprovida da vida real do país, uma educação informativa, que forma para o trabalho, ela será um instrumento ideológico nas mãos da classe dominante. No entanto, se ela for uma educação pautada na vida real do país, uma educação com objetivo geral, onde o domínio científico-técnico do homem sobre a natureza se unificam, como afirma Gramsci, ela será um instrumento de emancipação humana, logo uma educação a serviço da sociedade dos homens.

As informações e os dados obtidos através do *survey* apontam para uma educação que não está pautada na vida real do país, que não faz parte de um objetivo geral. O estudo sobre o Prouni, relacionado com as informações obtidas no *survey* indicam que na constituição do Prouni não se considerou a vinculação

da educação ofertada pelo Programa com um projeto de nação. E, como o Prouni é um Programa pautado na lógica de manter o capital como norteador das relações de produção ele favorece a expansão da educação superior informativa e não uma educação emancipadora, na perspectiva que Gramsci apresenta. A natureza do Programa é voltada para a iniciativa privada, para a ampliação do mercado educacional.

Mészáros (2008) afirma que a educação não pode funcionar suspensa no ar, ela precisa estar vinculada com um projeto estratégico de transformação social emancipadora e orientada, por uma perspectiva, para além do capital. E, esse projeto de sociedade deve estar organizado segundo uma estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema. Nesse processo a educação tem um papel soberano, tanto para elaborar as estratégias como para a automudança consciente das pessoas, numa nova ordem metabólica (MÉSZÁROS, 2008).

As informações obtidas através do *survey* apontam para uma educação suspensa no ar, ou seja, desvinculada de um projeto estratégico de nação. O Prouni expressa a preocupação em ofertar o ensino superior para a população de baixa renda, mas não expressa a preocupação de conectar essa educação a ser oferecida com um projeto estratégico, como se bastasse ter ensino superior para incluir socialmente essas pessoas, independente de concepção de educação.

A educação numa perspectiva emancipadora deve ser capaz de confrontar e retificar conscientemente as relações sociorreprodutivas estruturalmente produtoras de desigualdades sociais, políticas e também, de superar a força mistificadora da cultura da desigualdade substantiva (MÉSZÁROS, 2008).

As informações obtidas na pesquisa sugerem que a educação ofertada não tem cumprido o papel de ser uma educação emancipadora, na medida em que ela visa a formação para o trabalho e não está vinculada com um projeto estratégico mais amplo de inclusão social.

Com isso, se por um lado o Prouni levou o curso superior a uma parcela da população, por outro ele foi insuficiente para incluir socialmente essas pessoas na perspectiva de construção de um projeto mais amplo de emancipação social.

A emancipação das pessoas, não se dá através de um projeto individual e sim de um projeto coletivo. O Prouni parte da perspectiva de que seria possível emancipação individual do sujeito, isso é do individualismo. Talvez essa perspectiva do individualismo tenha contribuído para reforçar a meritocracia que apareceu em várias respostas às questões do *survey*. E na medida em que ele reforça a lógica intrínseca na sociedade organizada pelo capital, ele contribui para a formação de um exército, preparado tecnicamente, a serviço do capital, o que significa reforçar a reprodução das desigualdades, pois numa sociedade constituída a partir da lógica do capital não há perspectiva de inclusão verdadeira da parcela de excluídos que a natureza do capital gera. Mészáros (2008) afirma que a sociedade organizada na lógica do capital gera a alienação de mediações de segunda ordem que é imposta aos seres humanos.

As mediações de segunda ordem são “os meios alienados de produção e suas personificações, o dinheiro, a produção para a troca, as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global, o mercado mundial” (MÉSZÁROS, 2011, p. 71). Segundo Mészáros, o capital não sobreviveria uma semana sem essas mediações. Para ele, o Estado é o principal desencadeador das relações de troca orientada para o mercado e da subordinação do trabalho à lógica do capital. E conclui: “Essa mediação de segunda ordem impõem à humanidade uma forma alienada de mediação” (MÉSZÁROS, 2008, p. 72).

As informações obtidas através do *survey* indicam que o Prouni reforça essa alienação de mediações de segunda ordem do capital. A inclusão proporcionada pelo Prouni é na lógica do capital, da competitividade numa competição desigual. Isso não é inclusão de médio e longo prazo.

Uma educação emancipadora pressupõe “substituir as formas onipresentes enraizadas de internalização mistificada por uma alternativa concreta” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47). As informações obtidas através do *survey* não indicam uma educação emancipadora, nessa perspectiva apontada por Mészáros. Ao contrário, indicam uma educação que reforça as formas onipresentes enraizadas de internalização mistificada que interfere em todo o processo de organização social, que destrói a mágica do real das coisas dentro da consciência (Mészáros, 2008).

Em síntese, com o estudo feito sobre identidade de classe, consciência de classe e organização social, constatou-se que na constituição do Prouni deixou a desejar no aspecto de vinculação do Programa com um projeto estratégico de nação. E que o Prouni foi pautado dentro da lógica do capital e como tal carrega consigo as contradições da natureza do capital. Com isso, ele favoreceu a expansão da educação superior informativa, voltada para o mundo do trabalho, para atender a demanda do mercado.

Outro aspecto importante que o estudo revelou é que o Programa expressa uma preocupação em ofertar o ensino superior para a população de baixa renda, mas não expressa a preocupação de conectar a educação a ser ofertada com um projeto estratégico da nação, como se bastasse a essas pessoas ter ensino superior para se incluírem socialmente, independentemente de concepção de educação. Também que o Prouni parte de uma perspectiva de emancipação individual dos sujeitos. Um projeto de educação que parte da perspectiva do indivíduo, reforça a meritocracia um dos princípios do liberalismo. Logo, reforça a lógica do capital e contribui para gerar exclusão social, muitas vezes formando técnicos, com condições de aperfeiçoar as formas de exclusão com requintes mais excludente e menos humano, na tentativa de vencer a competição desigual, na qual está inserido, sem até se dar conta, do papel que cumpre na tarefa que aparentemente é meramente técnica.

A educação ofertada tende a formar as pessoas para o mundo de trabalho, ou seja, é uma educação informativa, a serviço da classe dominante. Uma educação que não corresponde com uma proposta de educação numa perspectiva emancipadora, capaz de superar as formas onipresentes enraizadas de internalização mistificada que destrói o real das coisas dentro da consciência.

A educação ofertada está insuficiente, na perspectiva de unificar a técnica-trabalho e a técnica-ciência, e, por isso, há uma separação entre a vida real e a escola o que resulta em uma formação retórica, distante da vida real.

## 5. CONCLUSÃO

Analisar as informações obtidas na pesquisa de campo, dados estatísticos sobre o Programa Universidade Para Todos (Prouni) em âmbito estadual e nacional, os dados estatísticos sobre números de instituições de ensino superior no Estado do Paraná e no Brasil, o número de estudantes que ingressam e que concluíram o ensino superior em instituições de ensino públicas e privadas no Paraná e no Brasil – à luz da teoria de Gramsci, Mézáros, Engels e Lênin foi uma tarefa que exigiu muito empenho e dedicação. Cada etapa foi sendo desenvolvida cuidadosamente, e ao final de cada uma desencadeava muitas outras que abriam a possibilidade de ampliar a discussão inicialmente proposta. O prazo determinado pelo curso orienta e delimita nossas ações na pesquisa. Não fosse isso, poderia continuar o debate que para mim foi instigante.

Ao concluir esta dissertação me sinto provocada a continuar aprofundando o estudo sobre esse tema que considero de crucial importância para mim, educadora que sou e que me considero empenhada na luta por uma educação que supere o modo de produção que transforma a educação, muitas vezes, não em um instrumento de emancipação humana, mas de alienação e de dominação da classe trabalhadora.

Estudar Gramsci e Mézáros é sentir-se diante de uma luz que te guia pelos caminhos que você sonha percorrer, mas não sabe como. É se encontrar consigo mesma em cada ideia expressa nas obras desses dois grandes pensadores.

Com a pesquisa foi possível perceber os avanços que o Prouni proporcionou e também alguns limites dessa política pública de inclusão social.

No campo dos avanços, o Prouni é um importante programa público de expansão do ensino superior no Brasil para a população de baixa renda. Não só para os que vivem nos grandes centros urbanos, mas também para os que vivem nas cidades do interior do Brasil. E, como o Programa tem um caráter público de política compensatória, permitiu o acesso de parcelas da população historicamente excluída do acesso ao ensino superior. Não fosse o recorte de público, só a expansão poderia não garantir o acesso dessa população. É uma política pública de inclusão social que mudou a perspectiva de vida das pessoas

contempladas com o Programa, e é uma política pública de inclusão social bem avaliada pelos beneficiários.

A pesquisa demonstrou que o Prouni na região estudada é uma política pública que atende à expectativa do público alvo, com relação aos critérios de ingresso, permanência e da qualidade do curso que a instituição conveniada oferece e que os cursos que os estudantes têm acesso, correspondem e atendem aos anseios e realidades do público alvo do Programa. Em relação ao acesso é importante destacar a necessidade de mais bolsas de estudo para atender a demanda que os entrevistados percebem ter na região.

Dentre os limites do Programa, um dos mais significativos é a lógica da mercantilização da educação que acabou favorecendo a expansão do mercado educacional. Da forma como ele foi engendrado favorece a mercantilização e a possibilidade de extrair lucro da parcela da população mais excluída em aspectos aparentemente ingênuos, como por exemplo, a maior parte das bolsas oferecidas são parciais. Ou seja, o estudante precisa arcar com 50% do valor da mensalidade, mesmo com renda familiar muito reduzida.

Ao mesmo tempo em que Prouni é uma política pública compensatória que permitiu o acesso de milhares de estudantes de baixa renda ao ensino superior, portanto contribuiu para a inclusão social, ele está pautado nos marcos do capital, e com isso, favoreceu a expansão privatista do mercado educacional brasileiro. Por estar engendrado dentro da lógica do capital, ele carrega consigo as contradições inerentes à estrutura do modo de produção capitalista. Neste aspecto, é preciso considerar as palavras de Mészáros, que afirma que por maior que sejam as soluções educacionais formais, mesmo sacramentadas em lei, podem ser completamente invertidas, se o capital enquanto modelo orientador da constituição da sociedade permanecer intacto (MÉSZÁROS, 2008).

O Prouni, embora seja uma política pública de inclusão social, implementada por um governo de um partido de esquerda, não traz consigo sinais de enfrentamento com o capital. Como demonstrado, ele acabou por reforçar a mercantilização da educação, e como política compensatória nos limites permitidos pelo capital, ele não garantiu formação política dos beneficiários e o processo de tomada de consciência de classe na lógica de superação do capital.

Sabe-se que o objetivo com a instituição do Prouni, à época, era o de democratizar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior e não o de formar consciência de classe. Essa é uma constatação importante pois, um governo, em tese de esquerda, implementar uma política pública de inclusão social com a dimensão que foi o Prouni, sem articular essa política com um projeto de nação que supere o modelo de sociedade que continua gerando exclusão social, sem considerar que educação será ofertada e um projeto com uma gênese totalmente voltada para a mercantilização da educação é voltar-se contra si mesmo, dentro de uma perspectiva da luta de classe.

A lógica da mercantilização se evidencia de várias formas no Programa. Uma constatada com a pesquisa é o aumento do percentual entre o número de estudantes que concluíram o ensino superior em 2003 com o número de estudantes que concluíram o ensino superior em 2017. Na iniciativa privada houve um aumento de 79.39%, enquanto que o aumento do número de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição pública foi de 40.73%. Portanto, a quantidade de estudantes que concluíram o ensino superior em instituição de ensino privada foi maior, e se considerar-se que o número de estudantes da iniciativa privada era muito maior em 2003, percebe-se que a situação é mais grave ainda. A comparação entre os dados de estudantes que concluíram o ensino superior no ano de 2003 com os dados dos que concluíram no ano de 2017 aponta para a expansão do ensino superior nesse período, pelo viés do ensino superior privado, mesmo tendo havido crescimento do setor público.

Isso demonstra que o Programa correspondeu com as justificativas apresentadas na minuta do projeto de lei que instituiu o Prouni, em que é possível perceber que ele teve sua origem vinculada com os interesses do mercado educacional e não vinculada a um projeto de nação. A justificativa faz referência, de forma retórica, ao Plano Nacional de Educação, mas sem nenhuma referência à concepção de educação a ser ofertada. O apelo para atender aos interesses do mercado fica explícito em vários trechos da justificativa e principalmente quando cita que 37,5% das vagas nas instituições de ensino superior privadas estavam ociosas à época.

O grande teórico da educação Dermeval Saviani, ao analisar as teorias

educacionais, afirma que a escola nova cumpriu função dupla. Uma, a de manter a expansão da escola nos limites suportáveis pelos interesses da classe dominante e a outra a de desenvolver um tipo de educação que atendia aos interesses da classe dominante. A esse fenômeno ele deu o nome de “mecanismo de recomposição da hegemonia da classe dominante” (Saviani 1980 Apud Saviani 1983, p. 23). Com a implementação do Prouni, uma política pública de inclusão social destinada aos filhos da classe trabalhadora, sendo implementada da forma como foi, desvinculada de um projeto mais amplo de nação, aconteceu algo semelhante. Houve a expansão da educação com o consentimento da classe dominante para atender aos interesses da classe dominante.

Outra contradição do Programa está no fato de que a implementação do Prouni teve como um dos propósitos a regulamentação e o controle social sobre a filantropia, que já contava com isenções de impostos e tributos. Com a criação do Prouni, se por um lado ele regulamentou a filantropia, por outro, ele ampliou muito mais o número de instituições com isenções.

O número de vagas que o Prouni abre em uma instituição de ensino superior privada é muito pequeno diante do número de vagas que as instituições têm e da demanda, como é o caso da Região Centro-Sul do Paraná. Na instituição onde foi realizado o *survey* a maioria dos estudantes necessita de algum auxílio financeiro para fazer o curso superior, 64% dos estudantes recorrem a algum tipo de auxílio financeiro, e o Programa atende só 21% do total de estudantes da instituição.

No Estado do Paraná 93,21% das instituições de ensino superior são de iniciativa privada e apenas 6,87% do setor público, com o agravante que no comparativo entre os anos de 2003 e 2017, constatou-se que o Estado reduziu em 40,9% o número de instituições de ensino superior públicas, enquanto as instituições de ensino superior privadas tiveram um aumento de 36,44%. A falta de instituições públicas leva os estudantes de baixa renda a não terem no horizonte a possibilidade de acessar um curso superior público, numa universidade pública. A possibilidade que se vislumbra é através do financiamento estudantil, concessão de bolsas, ou então através de programas como o Prouni.

Os estudantes contemplados com a bolsa parcial, na instituição onde foi

feita a pesquisa, recorrem, em grande parte, ao Fies para conseguir custear a outra metade da mensalidade da faculdade. Logo, o Prouni não foi suficiente para essa parcela da população, quanto ao atendimento às necessidades de custos da faculdade, obrigando-os a apelar pelo endividamento familiar, mesmo diante da realidade expressa nos dados do IBGE, sobre o aspecto de renda da população da Região Centro-Sul do Paraná. E os estudantes que não optaram pelo financiamento para complementar a mensalidade, de alguma forma, também tiveram que fazer um esforço financeiro, para bancar metade da mensalidade, apesar da baixa renda familiar.

A hipótese inicial desta pesquisa era a de que o Prouni aumentou o número de jovens na formação superior, entre a população de baixa renda. Porém, os beneficiários não reconhecem o papel do Estado na implementação dessa política pública de inclusão social. A pesquisa mostrou que os estudantes entrevistados, na sua maioria, reconhecem o papel do Estado na oferta do programa que garantiu a eles o acesso ao curso superior. A pesquisa indica que a formação superior ofertada pelo programa não garantiu – para essa parcela da população, filha da classe trabalhadora- uma formação política que os levassem a ter consciência de classe, na perspectiva de superação do modelo de sociedade que gera a exclusão da qual ela é vítima. Isto tem relação com a natureza do programa, pois o Prouni é uma política pública de inclusão social que não está ligada com um projeto mais amplo de sociedade que vise a superação do sistema gerido pela lógica do capital. E, como afirma Mészáros por maior que sejam as soluções educacionais formais elas podem ser completamente invertidas, se o capital enquanto modelo orientador da constituição da sociedade permanecer intacto.

Uma política pública de inclusão social pelo viés da educação que não carregue consigo a perspectiva de superação da lógica do sistema gerido pelo capital, com certeza não resolve o problema da inclusão social. A questão central geradora de desigualdades continua produzindo desigualdades e a lógica engendradora em todo o sistema reforça as relações socio-reprodutivas do capital. Mészáros afirma que um “projeto socialista só pode obter êxito se for articulado e afirmado de maneira consistente como a alternativa hegemônica ao metabolismo social estruturante resguardado e alienante do capital”. No caso do governo Lula não se tratava de um projeto socialista, talvez de uma social democracia, mas o

que se percebe é que o Prouni, apesar de ter sido implementado por um governo de um partido de esquerda, não foi estruturado dentro de um projeto estratégico mais amplo de nação que vise a superação do modo de produção vigente na sociedade atualmente.

Com isso o Prouni se tornou um Programa de uma aparente inclusão social no curto prazo, ou seja, num primeiro momento ele inclui no ensino superior uma parcela da população anteriormente excluída da formação superior e conseqüentemente socialmente. Mas no médio e longo prazo não, pois como ele está engendrado dentro da lógica do capital, ele carrega consigo as contradições inerentes à estrutura do modo de produção capitalista. E, como afirma Mészáros (2008) o capital produz mediações de segunda ordem e essas impõem ao ser humano uma forma alienada de mediação da realidade. E, a forma alienada de mediação impede a emancipação humana. Logo não há inclusão social, de fato, pois, ele tende a formar pessoas que continuarão reproduzindo o capital que gera exclusão social, de quem essas mesmas pessoas tendem a continuar sendo vítimas. Nesse sentido, o Prouni é muito mais uma política de assistência social do que uma possibilidade de inclusão social numa perspectiva de superação das desigualdades sociais por meio do acesso a educação superior.

A pesquisa indica que a educação superior ofertada através do Prouni não corresponde à perspectiva de educação apresentada por Gramsci. Para ele a educação deve ser permeada pelo realismo vivente, da vida nacional, a escola não deve a formar quadros apolíticos, com formação mental puramente retórica e sem compreensão real do quadro nacional. O programa não parte desta perspectiva. Ao contrário, o Prouni parte de perspectiva que reforça as formas onipresentes enraizadas de internalização mistificada que interfere em todo o processo de organização social, que destrói a mágica do real das coisas dentro da consciência (MÉSZÁROS, 2008).

Construir uma nova ordem social metabólica, radicalmente diferente, passa por uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram os indivíduos, e, como afirma Mészáros (2008), esse desafio não tem paralelo na história, pois o cumprimento dessa tarefa histórica envolve mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução do capital e a transformação progressiva

da consciência em resposta às condições necessariamente em transformação.

Portanto, o desafio imposto para a sociedade, numa perspectiva de inclusão social de médio e longo prazo, deve ser o de fazer no país uma reestruturação radical orientada pela estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema em que se encontram os indivíduos (Mészáros, 2008). E a educação não pode ficar desvinculada desse processo, caso contrário ela continuará instrumento ideológico da classe dominante e terá cada vez mais mão de obra, tecnicamente preparada, para produzir riqueza para uma parcela da população e exclusão da maior parte da população.

As múltiplas determinações destrutivas do capital tornam imperativa uma educação para além do capital - dentro desse projeto mais amplo onde se encontram todos os indivíduos - para se contrapor aos inconcebíveis antagonismos estruturais do sistema, uma alternativa concreta e sustentável para regulação metabólica social, se quiser garantir as condições elementares de sobrevivência humana (Mészáros, 2008).

Marx e Engels afirmaram que “a história de toda a sociedade é a história de lutas de classes”. Sem conhecimento da luta de classe, não há consciência de classe e sem consciência de classe não há luta de classe para atingir os objetivos definidos e declarados pelo grupo consciente da necessidade uma reação racional e adequada diante das circunstâncias geradas pelo modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

AGUM, Ricardo; RISCADO, Priscila; MENEZES, Monique. **Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão**. Revista Agenda Política | Vol.3 – n.2 – julho/dezembro – 2015 | ISSN: 2318-8499.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, (11/09/2006), Caderno Notícias. Disponível em:<http://www.assembleia.pr.leg.br/divulgacao/noticias/assembleia-aprova-criacao-da-universidade-estadual-do-norte-do-parana-1>. Acesso em 06/06/2019.

AQUINO, Laurence; MORCHE, Bruno; NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Acesso e Equidade no Ensino superior: ProUni uma política de inclusão social?**XI Salão de Iniciação Científica – PUCRS, 09 a 12 de agosto de 2010, p.1764.

BALDJÃO, Carlos. TEIXEIRA, Zuleide. **A Educação no Governo Lula**. Fundação Perseu Abramo, São Paulo,2011.

BOAVENTURA, de S.S. **Esquerda do Mundo, Uni-vos**. Boitempo, 1ª ed. São Paulo, 2018.

DE CASTRO, Sabrina Olímpio Caldas. DOS SANTOS, Franciele Michele. RODRIGUES, Cristiana Tristão. **O impacto do PROUNI e do FIES no desempenho acadêmico**. IV Encontro Brasileiro de Administração de Pública. A Construção da Administração Pública do Século XXI. João Pessoa, PB, 24 e 25 de maio de 2017.

ESTADÃO. São Paulo, (27, de junho, 2003), **Caderno educação**. Disponível em:<https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,universidades-perdem-status-de-filantropicas,20030627p58> . Acesso em 06/06/2019.

FREITAS, Luiz C.de. **A Reforma Empresarial na Educação-** Nova direita, Velhas ideas. Expressão Popular, 1ª ed. São Paulo, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere. Os intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo**.Vol. 2. Tradução Carlos Nelson Coutinho com Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sérgio Henriques. 4ª ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/guarapuava/panorama>. Acesso em 05/05/2019.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

LÊNIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução**. Boitempo, 1ª ed. São Paulo, 2017

LOURENÇO, Patrícia do E. S. Fonseca. **O Impacto da Expansão Provocada pelo Programa Reuni na Estrutura Organizacional da Universidade Federal de São Carlos**. Universidade de Araraquara, Araraquara, 2016.

MANACORDA, Mário A. **O Princípio Educativo em Gramsci**. Alínea, 2ª ed. Campinas, São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_ **História da Educação – Da Antiguidade aos Nossos Dias**. Cortez, 5ª ed. São Paulo, 1996

CHUÍ, Marilena. **Aula sobre Antônio Gramsci e noção do conceito de hegemonia**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/cidadania/p.52>. Acesso em: 06/06/2019

Mészáros, István. **A Educação Para Além do Capital**. Boitempo, 2ª ed. São Paulo, 2008

\_\_\_\_\_ **Para Além do Capital**. Boitempo, 1ª ed. São Paulo, 2011

MICHELOTTO, Regina M. **Gramsci e o papel da universidade na formação dos professores em serviço**. Série – Estudos Periódicos do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande –MS, n.16, p.191-198, jul./dez 2003.

NETO, Armindo Q. **Concepção Política da formação da Educação Superior no Brasil: da Origem aos dias atuais**. Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Linguist., Lett. Arts, Ponta Grossa, 18(1): 47-59, jan/jun. 2010.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE/CES nº56/13, Curitiba, 06/11/2013. Disponível em: [http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres\\_2013/CES/pa\\_ces\\_56\\_13.pdf](http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres_2013/CES/pa_ces_56_13.pdf). Acesso em 06/06/2019.

PEREIRA, Dirlei de A; CHAVES, Priscila M. **Sobre o sobre o conceito de classe social na teoria Karl Marx: algumas notas.** <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos-cientificos/sobre-o-conceito-de-classe-social-na-teoria-karl-marx-algumas-notas>. Acesso em 06/05/2019.

PEREIRA, Duarte. **Das Classes Sociais às Lutas de Classes.** <https://marxismo21.org/teoria-das-classes-sociais/>

POULANTZAS, Nicos. **As Classes Sociais no Capitalismo de hoje.** Ed.Zahar, 1ª ed. Rio de Janeiro.1975. Disponível em: <https://marxismo21.org/teoria-das-classes-sociais/>

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas, da pesquisa e do trabalho acadêmico.** Novo: Feevale, 2013.

ROCHA, Marcela Cristina. **PROUNI: um estudo das práticas e percepções sociais dos alunos bolsistas.** In Jornadas de Jóvenes investigadores, 19.,2011, Ciudad del Este. [ Anais...]. Ciudad del est: Ediciones UNE, 2011.

ROMÃO, José Eustáquio. **Paulo Freire e a Universidade.** Revista Lusófona de Educação, 24, 89-105.

RUA, Maria das G. ROMANI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas.** Disponível em:[http://igepp.com.br/uploads/ebook/para\\_aprender\\_politicas\\_publicas\\_-\\_unidade\\_04.pdf](http://igepp.com.br/uploads/ebook/para_aprender_politicas_publicas_-_unidade_04.pdf). Acesso em 17/06/2019.

SAVIANI, Demerval. **A expressão do Ensino Superior no Brasil: Mudanças e Continuidades.** Poiesis Pedagógica- V. 8, n.2 ago/dez. 2010; 4-17.

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação: o Lugar da Educação Superior.** Educativa, Goiânia, v. 13, n. 1, p. 45-66, jan./jun.2010.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: Teoria da Curvatura da Vara, Onze teses sobre Educação e Política.** Campinas, São Paulo, Editores Associados, 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de Trabalho Científico**. Ed. Cortez, 23ª Edição revista e atualizada. São Paulo, 2007.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**. Campanhia das Letras, 1ª ed. São Paulo.

SILVA, Adriano Maniçoba da. SANTOS, Beatriz Caroline Silva. **Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão**. Sorocaba, SP, v. 22, n. 3, nov. 2017.

SILVA, Elicio A. de M e EVANGELISTA, Francisco. **Antônio Gramsci e a educação (escola unitária)**. Laplace em Revista (Sorocaba), vol,1n.3, set. – dez. 2015, p.55-66.

Souza, Celina. **Política Pública: Uma Revisão da Literatura**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

SOUZA, Marina Elisabeth Vaz. MADEIRA, Eelenice Yamaguishi. **Normas de para apresentação de Monografia**. 6.ed.- São Paulo: FGV-SP, 2008.

TINEU, Rogério. **Ensaio sobre a teoria das classes sociais em Marx, Weber e Bourdieu**. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/viewFile/33734/23985>. Acesso em: 29/05/2019.

## ANEXO I

Mestrado em Políticas Públicas FPA/Flacso.

Questionário para realização da pesquisa de campo sobre o Prouni.

Público: Estudantes beneficiários de bolsas de estudo do Prouni, que estão no último ano do curso superior.

Responsável pela pesquisa: Professora Tereza Lemos

Local de realização da pesquisa: Instituição privada de ensino superior situada na Região Centro-Sul do Paraná.

Novembro, 2018.

1. Qual curso você está concluindo neste ano de 2018, nesta instituição de ensino superior?

---

---

2. O que levou você a escolher esse curso?

---

---

3. Você se considera um profissional pertencente à classe trabalhadora?

a. ( ) Sim.

b. ( ) Não.

c. Justifique sua resposta: \_\_\_\_\_

---

---

4. O que você sabe sobre as relações de classes sociais e modo de produção?

---

---

5. I. Para você cursar a faculdade, você fez uso de bolsa de estudo através do Prouni na modalidade:

a. ( ) Integral.

b. ( ) Parcial.

II Na sua avaliação o Programa Universidade Para Todos (Prouni) foi decisivo para que você conseguisse cursar esse curso e chegar onde chegou?

- a.  Sim.
- b.  Não.
- c. Por quê?

---

---

---

6. O fato de você ter conquistado um diploma de um curso como esse, você atribui isto :

- a.  À política pública de inclusão social do governo federal.
- b.  À política pública de inclusão social do governo federal e ao seu mérito de estudar e lutar para vencer os obstáculos que a vida lhe impôs.
- c.  Ao Mérito individual que independe de política pública.

d. Justifique sua resposta:

---

---

---

7. Com relação a esta política pública de inclusão social, Prouni, qual é sua avaliação;

- a.  Ruim
- b.  Boa.
- c.  Muito boa.
- d.  Excelente
- e. Por quê?

---

---

8. Prouni correspondeu com as suas expectativas com relação aos quesitos de:

I. Ingresso:

- a.  Sim
- b.  Mais ou menos
- c.  Não
- d. Por quê?

---

---

---

---

II. Permanência no curso:

- a.  Sim
- b.  Mais ou menos
- c.  Não
- d. Por quê?

---

---

---

III. Qualidade

- a.  Sim
- b.  Mais ou menos
- c.  Não
- d. Por quê?

---

---

---

9. Sobre o atual cenário brasileiro, você avalia que:

- a.  Está ruim.

b. ( ) Está bom.

c. ( ) Está muito bom.

d. ( ) Está excelente.

e. Por quê? \_\_\_\_\_

10. Se você pudesse indicar alguma mudança para o Prouni, o que indicaria?

---

---

---